

**UNIOESTE – UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ
CAMPUS DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON - PR
CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS - CCA
PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM DESENVOLVIMENTO RURAL
SUSTENTÁVEL**

AFONSO CAVALHEIRO NETO

**O PAPEL DOS CENTROS UNIVERSITÁRIOS DO ESTADO DO PARANÁ NO
DESENVOLVIMENTO DOS ODS ESTABELECIDOS PELA ONU**

**MARECHAL CÂNDIDO RONDON
PARANÁ - BRASIL**

2023

AFONSO CAVALHEIRO NETO

**O PAPEL DOS CENTROS UNIVERSITÁRIOS DO ESTADO DO PARANÁ NO
DESENVOLVIMENTO DOS ODS ESTABELECIDOS PELA ONU**

Tese apresentada à Universidade Estadual do Oeste do Paraná, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural Sustentável, para obtenção do título de Doutor.

Linha de pesquisa: Inovações Sócio-tecnológicas e Ação Extensionista.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a. Adriana Maria de Grandi.

**MARECHAL CÂNDIDO RONDON
PARANÁ - BRASIL
2023**

Cavalheiro Neto, Afonso

O papel dos Centros Universitários do Estado do Paraná no desenvolvimento dos ODS estabelecidos pela ONU / Afonso Cavalheiro Neto; orientadora Adriana Maria de Grandi. -- Marechal Cândido Rondon, 2023.

129 p.

Tese (Doutorado Campus de Marechal Cândido Rondon) -- Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Centro de Ciências Agrárias, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural Sustentável, 2023.

1. Desenvolvimento sustentável. 2. Centros Universitários do Estado do Paraná. 3. Ensino Superior ? gestão ? planejamento estratégico. 4. . Plano de desenvolvimento Institucional (PDI). I. de Grandi, Adriana Maria, orient. II. Título.

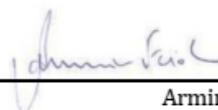
**Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural Sustentável
Mestrado e Doutorado**

ATA DA DEFESA PÚBLICA DA TESE DE DOUTORADO DE AFONSO CAVALHEIRO NETO, ALUNO(A) DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ - UNIOESTE, E DE ACORDO COM A RESOLUÇÃO DO PROGRAMA E O REGIMENTO GERAL DA UNIOESTE.

Aos 5 dias do mês de junho de 2023 às 14h00min, na modalidade remota síncrona, por meio de chamada de videoconferência, realizou-se a sessão pública da Defesa de Tese do candidato **Afonso Cavalheiro Neto**, aluno do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural Sustentável – Mestrado e Doutorado, na área de concentração em Desenvolvimento Rural Sustentável. A comissão examinadora da Defesa Pública foi aprovada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural Sustentável. Integraram a referida Comissão os (as) Professores (as) Doutores (as): Adriana Maria de Grandi, Armin Feiden, Alvorí Ahlert, Sandra Maria Coltre, Solange Irene Smolarek Dias. Os trabalhos foram presididos pela Professora Adriana Maria de Grandi, orientadora do candidato. Tendo satisfeito todos os requisitos exigidos pela legislação em vigor, o aluno foi admitido à Defesa de TESE DE DOUTORADO, intitulada: "**O PAPEL DOS CENTROS UNIVERSITÁRIOS DO ESTADO DO PARANÁ NO DESENVOLVIMENTO DOS ODS ESTABELECIDOS PELA ONU**". A Senhora Presidente declarou abertos os trabalhos, e em seguida, convidou o candidato a discorrer, em linhas gerais, sobre o conteúdo da Tese. Feita a explanação, o candidato foi arguido sucessivamente, pelos (as) professores (as) doutores (as): Armin Feiden, Alvorí Ahlert, Sandra Maria Coltre, Solange Irene Smolarek Dias. Findas as arguições, a Senhora Presidente suspendeu os trabalhos da sessão pública, a fim de que, em sessão secreta, a Comissão expressasse o seu julgamento sobre a Tese. Efetuado o julgamento, o candidato foi **Aprovado**. A seguir, a Senhora Presidente reabriu os trabalhos da sessão pública e deu conhecimento do resultado. E, para constar, o Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural Sustentável da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE – Campus de Marechal Cândido Rondon, lavra a presente ata, e assina juntamente com os membros da Comissão Examinadora e o candidato, conforme declarações assinadas em anexo.



Orientadora - Adriana Maria De Grandi
Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE)



Armin Feiden
Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE)

**Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural Sustentável
Mestrado e Doutorado**

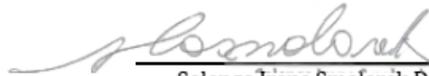
ATA DA DEFESA PÚBLICA DA TESE DE DOUTORADO DE AFONSO CAVALHEIRO NETO, ALUNO(A) DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ - UNIOESTE, E DE ACORDO COM A RESOLUÇÃO DO PROGRAMA E O REGIMENTO GERAL DA UNIOESTE.



Alvari Ahlert
Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE)



Sandra Maria Coltre
Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE)



Solange Irene Smolarek Dias
Centro Universitário Assis Gurgacz (FAG)



Afonso Cavalheiro Neto
Aluno(a)



Armin Feiden
Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural Sustentável

Dedico o presente trabalho à minha família, em especial minha mãe, que tanto admiro. Seu apoio, em todos os momentos de minha vida foram fundamentais para essa conquista.

AGRADECIMENTOS

A Deus, acima de todas as coisas, por permitir a superação dos obstáculos vivenciados durante a realização do Doutorado. Sem essa força divina nenhuma conquista seria possível.

À minha mãe e meu pai, Acácia e João, por todo amor e cuidado em todos os momentos, cujo apoio incondicional tornou realidade essa conquista.

À Profa. Dra. Adriana Maria de Grandi, minha orientadora, meus agradecimentos pela dedicação e parceria no desenvolvimento dessa pesquisa. Sua disponibilidade e conselhos fizeram toda diferença.

Aos membros da banca examinadora, Prof. Dr. Armin Feiden, Prof. Dr. Alveri Ahlert, Profa. Dra. Sandra Maria Coltre e Profa. Dra. Solange Smolareck Dias, pelas críticas, apontamentos e sugestões para que esse trabalho pudesse ser aprimorado.

Meus agradecimentos ao PPGDRS da UNIOESTE, campus de Marechal Cândido Rondon, na figura do seu corpo docente e técnico-administrativo. É uma honra fazer parte, agora como egresso, de um programa com essa qualidade e reputação.

Ao Centro Universitário Assis Gurgacz – FAG, ao qual estou vinculado, obrigado pelo apoio e incentivo para a realização do Doutorado, sem os quais sua conclusão não seria possível.

Agradeço igualmente aos Centros Universitários do Estado do Paraná e a seus respectivos gestores, que gentilmente concordaram em participar dessa pesquisa, fornecendo as informações necessárias para sua realização.

A CAPES, gestora de pós-graduação *stricto sensu* no país.

“O mundo tornou-se perigoso porque os homens aprenderam a dominar a natureza antes de se dominarem a si mesmos”.

Albert Schweitzer

CAVALHEIRO NETO, AFONSO. Universidade do Oeste do Paraná – UNIOESTE – 2023. **O PAPEL DOS CENTROS UNIVERSITÁRIOS DO ESTADO DO PARANÁ NO DESENVOLVIMENTO DOS ODS ESTABELECIDOS PELA ONU**. Orientadora: Profa. Dra. Adriana Maria de Grandi.

RESUMO

Este estudo teve como objetivo analisar o papel dos Centros Universitários do Estado do Paraná no desenvolvimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) estabelecidos pela Organização das Nações Unidas (ONU). Por meio da educação e capacitação de estudantes, professores e, ainda, a integração dos princípios de sustentabilidade e dos ODS em currículos de graduação e pós-graduação, programas de extensão, cursos de formação continuada e atividades de pesquisa, as Instituições de Ensino Superior (IES) podem contribuir para a disseminação do conhecimento sobre os ODS. Diretamente relacionada com os ODS, a sustentabilidade é um dos temas relevantes tratados nas IES, principalmente por intermédio da educação ambiental. Os processos relacionados à sustentabilidade nas IES são tratados no ensino, na pesquisa, na extensão e na gestão, de modo a construir um espaço educador sustentável. Todavia, a inserção da sustentabilidade na universidade pressupõe a necessidade de mudanças significativas e desafiadoras no que tange à gestão, formação técnica e docente, estrutura de campi e dos currículos, o que envolve um movimento de conscientização e cooperação de toda a comunidade acadêmica. É, portanto, dentro dessa linha de raciocínio que caminha esse trabalho, sobretudo, no que tange à “Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável”, como expressão de poder e políticas públicas voltadas para esse fim. Neste contexto, o presente estudo procurou responder à seguinte questão: qual o papel das IES no desenvolvimento da agenda 2030 sobre compromissos estabelecidos na Assembleia das Nações Unidas e como os Centros Universitários do Estado do Paraná atuam no desenvolvimento ODS estabelecidos pela ONU? A pesquisa teve como foco as atividades desenvolvidas pelos centros universitários paranaenses em relação aos ODS e a contribuição dessas atividades para a promoção do desenvolvimento sustentável. Para tanto, foram analisados os PDI’s das IES mencionadas. O estudo foi exploratório e foi aplicado um questionário para 37 gestores dos Centros Universitários do Estado do Paraná, dos quais 26 responderam. Foram igualmente analisados os PDI’s de 30 IES. Os dados foram tratados por estatística simples, com uso de distribuição de frequência. Como resultados, foram identificadas as práticas e estratégias que os Centros Universitários do Estado do Paraná têm adotado para promover os ODS. Os objetivos específicos propostos foram atendidos, tendo em vista que, no que diz respeito ao objetivo específico de “Identificar na produção científica o que são os objetivos do desenvolvimento Sustentável (ODS) estabelecidos pela Organização das Nações Unidas (ONU)” foi apresentada uma ampla revisão bibliográfica acerca dos ODS, do papel que as IES devem desempenhar, bem como, sobre a legislação que trata do PDI. Quanto ao objetivo específico de “Analisar os planos de desenvolvimento institucional dos Centros Universitários do Estado do Paraná para verificar o nível de institucionalização dos ODS”, apresentou-se detalhadamente os resultados obtidos na análise dos referidos documentos. No que se refere ao objetivo de “Verificar quais são as práticas e estratégias adotadas pelos Centros Universitários do Estado do Paraná para promover os ODS”, os resultados

das respostas dos gestores ao questionário aplicado foram discutidos no subitem 4.2. Os resultados referentes à análise dos PDI's permitem concluir que as IES tratam, mesmo que não seja de forma explícita, os ODS em seus PDI's. As respostas dos gestores ao questionário apresentam, em linhas gerais, coerência com os resultados obtidos na análise dos PDI's. Embora venham atuando de alguma forma no desenvolvimento dos ODS, é necessário que as IES e, conseqüentemente, seus gestores e demais atores da comunidade acadêmica, procurem tratar, de maneira mais explícita e direta, dos ODS em seus PDI's e em suas atividades de ensino, pesquisa, extensão e gestão. Somente com o compromisso e engajamento de todos será possível cumprir com sucesso as propostas da agenda 2030.

Palavras-Chave: Gestão de Instituições de Ensino Superior; Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS); Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI).

CAVALHEIRO NETO, AFONSO. Universidade do Oeste do Paraná – UNIOESTE – 2023. **THE ROLE OF THE UNIVERSITY CENTERS OF THE STATE OF PARANÁ IN THE DEVELOPMENT OF THE SUSTAINABLE DEVELOPMENT GOALS (SDGS) ESTABLISHED BY THE UNITED NATIONS (UN)**. Advisor: Profa. Dra. Adriana Maria de Grandi.

ABSTRACT

This study aimed to analyze the role of the University Centers of the State of Paraná in the development of the Sustainable Development Goals (SDGs) established by the United Nations (UN). Through the education and training of students, teachers and also the integration of the principles of sustainability and the SDGs in undergraduate and graduate curricula, extension programs, continuing education courses and research activities, Higher Education Institutions (HEIs) can contribute to the dissemination of knowledge about the SDGs. Directly related to the SDGs, sustainability is one of the relevant themes addressed in HEIs, mainly through environmental education. The processes related to sustainability in HEIs are treated in teaching, research, extension and management, in order to build a sustainable educational space. However, the insertion of sustainability in the university presupposes the need for significant and challenging changes regarding management, technical and teacher training, campus structure and curricula, which involves a movement of awareness and cooperation of the entire academic community. It is, therefore, within this line of reasoning that this study is developed, especially with regard to the "2030 Agenda for Sustainable Development", as an expression of power and public policies aimed at this end. In this context, the present study sought to answer the following question: what is the role of HEIs in the development of the 2030 agenda on commitments established at the United Nations Assembly and how do the University Centers of the State of Paraná act in the development of SDGs established by the UN? The research focused on the activities developed by the university centers of Paraná in relation to the SDGs and the contribution of these activities to the promotion of sustainable development. For this purpose, the Institutional Development Plans (IDP) of the Higher Education Institutions (HEIs) mentioned were analyzed. The study was exploratory and a questionnaire was applied to 37 managers of the University Centers of the State of Paraná, of which 26 responded. The IDPs of 30 HEIs were also analyzed. The data were treated by simple statistics, using frequency distribution. As a result, the practices and strategies that the University Centers of the State of Paraná have adopted to promote the SDGs were identified. The specific objectives proposed were met, considering that, with regard to the specific objective of "Identify in scientific production what are the objectives of development Sustainable (SDGs) established by the United Nations (UN)" was presented a broad bibliographic review about the SDGs, the role that HEIs should play, as well as about the legislation that deals with the IDP. Regarding the specific objective of "To analyze the institutional development plans of the University Centers of the State of Paraná to verify the level of institutionalization of the ODS", this study presents in detail the results obtained in the analysis of these documents. With regard to the objective of "To verify what are the practices and strategies adopted by the University Centers of the State of Paraná to promote the SDGs", the results of the managers' responses to the questionnaire applied were also carefully discussed. The results referring to the analysis of the IDPs

allow us to conclude that the HEIs treat, even if not explicitly, the SDGs in their IDPs. The answers of the managers to the questionnaire present, in general, coherence with the results obtained in the analysis of the IDPs. Although they have been acting in some way in the development of the SDGs, it is necessary that the HEIs and, consequently, their managers and other actors of the academic community, seek to address, in a more explicit and direct way, the SDGs in their IDPs and in their teaching, research, extension and management activities. Only with the commitment and engagement of all will it be possible to successfully fulfill the proposals of the 2030 agenda.

Keywords: Management of Higher Education Institutions; Sustainable Development Goals (SDGs); Institutional Development Plan (PDI).

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Citação Explícita dos ODS nos PDI's das IES.....	62
Gráfico 2 - Objetivos e Metas relacionados ao ODS 01 – Erradicação da Pobreza..	64
Gráfico 3 - Objetivos e Metas relacionados ao ODS 02 – Fome Zero e Agricultura Sustentável.....	65
Gráfico 04 - Objetivos e Metas relacionados ao ODS 03 - Saúde e bem-estar.....	66
Gráfico 05 - Objetivos e Metas relacionados ao ODS 04 - Educação de Qualidade.	67
Gráfico 06 - Objetivos e Metas relacionados ao ODS 05 – Igualdade de Gênero.....	68
Gráfico 07 - Objetivos e Metas relacionados ao ODS 06 - Água Potável e Saneamento	69
Gráfico 08 - Objetivos e Metas relacionados ao ODS 07 - Energia Limpa e Acessível	70
Gráfico 09 - Objetivos e Metas relacionados ao ODS 08 – Trabalho Decente e Crescimento Econômico	71
Gráfico 10 - Objetivos e Metas relacionados ao ODS 09 – Indústria, Inovação e Infraestrutura.....	72
Gráfico 11 - Objetivos e Metas relacionados ao ODS 10 – Redução das Desigualdades	73
Gráfico 12 - Objetivos e Metas relacionados ao ODS 11 - Cidades e Comunidades Sustentáveis.....	74
Gráfico 13 - Objetivos e Metas relacionados ao ODS 12 – Consumo e Produção Responsáveis.....	75
Gráfico 14 - Objetivos e Metas relacionados ao ODS 13 - Ação Contra a Mudança Global do Clima.....	76
Gráfico 15 - Objetivos e Metas relacionados ao ODS 14 - Vida na Água	77
Gráfico 16 - Objetivos e Metas relacionados ao ODS 15 - Vida Terrestre	78
Gráfico 17 - Objetivos e Metas relacionados ao ODS 16 - Paz, Justiça e Instituições Eficazes.....	80
Gráfico 18 - Objetivos e Metas relacionados ao ODS 17 - Parcerias e Meios de Implementação.....	81
Gráfico 19 - Estratégias e Ações relacionadas ao ODS 01 - Erradicação da Pobreza	82

Gráfico 20 - Estratégias e Ações relacionadas ao ODS 02 - Fome Zero e Agricultura Sustentável.....	83
Gráfico 21 - Estratégias e Ações relacionadas ao ODS 03 - Saúde e bem-estar	84
Gráfico 22 - Estratégias e Ações relacionadas ao ODS 04 - Educação de Qualidade	85
Gráfico 22 - Estratégias e Ações relacionadas ao ODS 05 – Igualdade de Gênero	86
Gráfico 23 - Estratégias e Ações relacionadas ao ODS 06 – Água Potável e Saneamento.....	87
Gráfico 24 - Estratégias e Ações relacionadas ao ODS 07- Energia Limpa e Acessível	88
Gráfico 25 - Estratégias e Ações relacionadas ao ODS 08 - Trabalho Decente e Crescimento Econômico	89
Gráfico 26 - Estratégias e Ações relacionadas ao ODS 09 – Indústria, Inovação e Infraestrutura.....	90
Gráfico 27 - Estratégias e Ações relacionadas ao ODS 10 - Redução das Desigualdades.....	91
Gráfico 28 - Estratégias e Ações relacionadas ao ODS 11 – Cidades e Comunidades Sustentáveis.....	92
Gráfico 29 - Estratégias e Ações relacionadas ao ODS 12 - Consumo e Produção Responsáveis.....	93
Gráfico 30 - Estratégias e Ações relacionadas ao ODS 13 - Ação Contra a Mudança Global do Clima.....	94
Gráfico 31 - Estratégias e Ações relacionadas ao ODS 14 - Vida na Água	95
Gráfico 32 - Estratégias e Ações relacionadas ao ODS 15 - Vida Terrestre	96
Gráfico 33 - Estratégias e Ações relacionadas ao ODS 16 - Paz, Justiça e Instituições Eficazes.....	97
Gráfico 34 - Estratégias e Ações relacionadas ao ODS 17 – Parcerias e Meios de Implementação.....	98
Gráfico 35 - Indicadores relacionados aos ODS	99
Gráfico 36 - Parcerias e Cooperações para Desenvolvimento dos ODS	101
Gráfico 37 - Tema transversal: Educação para Cidadania.....	102
Gráfico 38 - Tema transversal: Diversidade Cultural.....	104
Gráfico 39 - Tema transversal: Direitos Humanos.....	105
Gráfico 40 - Tema transversal: Sustentabilidade Ambiental.....	106

Gráfico 41 - Tema transversal: Inovação e Tecnologia	107
Gráfico 42 - Tema transversal: Participação Cidadã	109
Quadro 2 - Síntese das respostas ao questionário	110
Gráfico 43 - Área de Atuação dos Centros Universitários	112
Gráfico 44 - Quantidade de Cursos Ofertados	113
Gráfico 45 - Abordagem da Sustentabilidade.....	114
Gráfico 46 - Estratégias Para Implementação dos ODS	115
Gráfico 47 - Ações para o desenvolvimento sustentável e a promoção dos ODS ..	116
Gráfico 48 - Desafios enfrentados na promoção da sustentabilidade e dos ODS...	117
Gráfico 49 - Metas do PDI Relacionadas aos ODS.....	118
Gráfico 50 - Integração dos ODS no PDI	118

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	19
1.1.OBJETIVOS	20
1.1.1.Objetivo Geral	20
1.1.2.Objetivos Especificos	21
1.2.JUSTIFICATIVA	17
2.OS ODS E OS PLANOS DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL	22
2.1.A AGENDA 2030 PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	22
2.1.1.Desenvolvimento sustentável na sociedade capitalista contemporânea .	23
2.1.2.Histórico de ações para o desenvolvimento sustentável	28
2.1.3.Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) na Agenda 2030	32
2.1.4.O papel das instituições de ensino superior nos ODS	37
2.2.PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL (PDI)	41
2.2.1.O PDI como Proposta Governamental	43
2.2.2.Ferramentas para elaboração do PDI	49
2.2.2.1.Análise <i>SWOT</i>	50
2.2.2.2. <i>Balanced Scorecard (BSC)</i>	52
2.2.2.3.Planejamento Estratégico Situacional (PES).....	54
2.2.2.4.CANVAS.....	55
2.2.3.Os Planos de Desenvolvimento Institucional das IES	56
3 MATERIAL E MÉTODOS	59
4 RESULTADOS	61
4.1.ANÁLISE DO PDI DAS IES.....	61
4.1.1.Verificação da menção explícita aos ODS	62
4.1.2.Verificação da existência de objetivos e metas relacionadas aos ODS	63
4.1.2.1.Objetivos e metas para a erradicação da pobreza	63
4.1.2.2.Objetivos e metas para a fome zero e agricultura sustentável	64
4.1.2.3.Objetivos e metas para a saúde e bem-estar.....	65
4.1.2.4.Objetivos e metas para a educação de qualidade.....	66
4.1.2.5.Objetivos e metas para a igualdade de gênero	67
4.1.2.6.Objetivos e metas para água potável e saneamento	68
4.1.2.7.Objetivos e metas para energia limpa e acessível	69

4.1.2.8.Objetivos e metas para o trabalho decente e crescimento econômico	70
4.1.2.9.Objetivos e metas para a indústria, inovação e infraestrutura.....	71
4.1.2.10.Objetivos e metas para a redução das desigualdades	72
4.1.2.11.Objetivos e metas para cidades e comunidades sustentáveis	74
4.1.2.12.Objetivos e metas para o consumo e produção responsáveis	75
4.1.2.13.Objetivos e metas contra a mudança global do clima	76
4.1.2.14.Objetivos e metas para a vida na água	77
4.1.2.15.Objetivos e metas para a vida terrestre.....	78
4.1.2.16.Objetivos e metas para a paz, justiça e instituições eficazes	79
4.1.2.17.Objetivos e metas para parcerias e meios de implementação	80
4.1.3.Verificação da existência de estratégias e ações relacionados aos ODS.	81
4.1.3.1.Estratégias e ações para erradicação da pobreza	82
4.1.3.2.Estratégias e ações para fome zero e agricultura sustentável	83
4.1.3.3.Estratégias e ações para saúde e bem-estar	83
4.1.3.4.Estratégias e ações para educação de qualidade	84
4.1.3.5.Estratégias e ações para a igualdade de gênero	85
4.1.3.6.Estratégias e ações para água potável e saneamento.....	86
4.1.3.7.Estratégias e ações para energia limpa e acessível	87
4.1.3.8.Estratégias e ações para o trabalho decente e crescimento econômico.....	88
4.1.3.9.Estratégias e ações para indústria, inovação e infraestrutura	89
4.1.3.10.Estratégias e ações para redução das desigualdades	90
4.1.3.11.Estratégias e ações para cidades e comunidades sustentáveis	91
4.1.3.12.Estratégias e ações para o consumo e produção responsáveis	92
4.1.3.13.Estratégias e ações contra a mudança global do clima	93
4.1.3.14.Estratégias e ações para a vida na água	94
4.1.3.15.Estratégias e ações para a vida terrestre	95
4.1.3.16.Estratégias e ações para a paz, justiça e instituições eficazes	96
4.1.3.17.Estratégias e ações para parcerias e meios de implementação	97
4.1.4.Verificação da existência de indicadores de monitoramento	98
4.1.5.Verificação da existência de parcerias relacionadas aos ODS	100
4.1.6.Verificação da existência de temas transversais relacionados aos ODS	102
4.1.6.1.Educação para a cidadania	102
4.1.6.2.Diversidade cultural	103
4.1.6.3.Direitos humanos	105

4.1.6.4.Sustentabilidade ambiental	106
4.1.6.5.Inovação e tecnologia.....	107
4.1.6.6.Participação cidadã	108
4.2.ANÁLISE DAS RESPOSTAS DOS GESTORES	110
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	119
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	122

1. INTRODUÇÃO

As Instituições de Ensino Superior (IES) possuem um papel fundamental no desenvolvimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), que são uma agenda global estabelecida pela Organização das Nações Unidas (ONU) para promover o desenvolvimento sustentável em nível econômico, social e ambiental.

Por meio da educação e capacitação de estudantes, professores e, ainda, a integração dos princípios de sustentabilidade e dos ODS em currículos de graduação e pós-graduação, programas de extensão, cursos de formação continuada e atividades de pesquisa, as IES podem contribuir para a disseminação do conhecimento sobre os ODS. Conseqüentemente, podem promover a conscientização sobre os ODS por meio de campanhas de sensibilização, palestras, *workshops* e eventos (GAZZONE et al., 2018).

Especificamente no campo da pesquisa, as IES são capazes de realizar estudos e promover inovações voltadas para a solução de problemas relacionados aos ODS. Isso pode envolver a investigação de novas tecnologias, práticas sustentáveis, políticas públicas, estratégias de mitigação e adaptação às mudanças climáticas, conservação da biodiversidade, inclusão social, entre outros temas relevantes para o desenvolvimento sustentável.

Em se tratando do estabelecimento de parcerias e redes de cooperação, as IES podem também colaborar com outras instituições, organizações governamentais e da sociedade civil na identificação e implementação de soluções sustentáveis. As parcerias com diversos setores da sociedade permitem promover o desenvolvimento sustentável em suas áreas de atuação, por meio da realização de projetos conjuntos, programas de cooperação, ações de mobilização social e engajamento da comunidade acadêmica em atividades voltadas para os ODS. Neste contexto, as IES podem atuar como catalisadoras de ações sustentáveis e contribuir para a construção de uma sociedade mais justa, inclusiva e sustentável.

Uma outra possibilidade para as IES, é promover a sustentabilidade em suas próprias práticas de gestão e operação. Entre outras alternativas, podem ser implementadas medidas de eficiência energética, gestão de resíduos, uso sustentável de recursos naturais, promoção da igualdade de gênero e diversidade, e a adoção de políticas de responsabilidade social e ambiental. As IES também são capazes de

promover ações de sensibilização e capacitação para sua comunidade acadêmica e colaboradores sobre a importância da sustentabilidade e dos ODS.

Diretamente relacionada com os ODS, a sustentabilidade é um dos temas relevantes tratados nas IES, principalmente por intermédio da educação ambiental (DRAHEIN, 2016). Atualmente, a sustentabilidade é abordada no ensino superior no contexto da temática da Ambientalização, dentro da Educação Ambiental (BORGES, 2021). Nesse sentido, a sustentabilidade vem sendo trabalhada no aspecto didático-pedagógico, com a introdução da temática ambiental nos currículos dos cursos e na gestão institucional, com a adoção de ações de administração sustentável.

Para Wachholz (2014, apud BORGES, 2021), os processos relacionados à sustentabilidade nas IES são tratados no ensino, na pesquisa, na extensão e na gestão, de modo a construir um espaço educador sustentável. No entanto, a inserção da sustentabilidade na universidade pressupõe a necessidade de mudanças significativas e desafiadoras no que tange à gestão, formação técnica e docente, estrutura de campi e dos currículos, o que envolve um movimento de conscientização e cooperação de toda a comunidade acadêmica.

É, portanto, dentro dessa linha de raciocínio que caminha esse trabalho, sobretudo, no que tange à “Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável” (ONU, 2015), como expressão de poder e políticas públicas voltadas para esse fim. Neste contexto, o presente estudo buscou responder à seguinte questão: qual o papel das IES no desenvolvimento da agenda 2030 sobre compromissos estabelecidos na Assembleia das Nações Unidas e como os Centros Universitários do Estado do Paraná atuam no desenvolvimento dos ODS estabelecidos pela ONU?

1.1. OBJETIVOS

1.1.1. Objetivo Geral

Analisar o papel dos Centros Universitários do Estado do Paraná no desenvolvimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) estabelecidos pela Organização das Nações Unidas (ONU).

1.1.1. Objetivos Específicos

- Identificar na produção científica o que são os objetivos do desenvolvimento Sustentável (ODS) estabelecidos pela Organização das Nações Unidas (ONU);
- Analisar Plano de desenvolvimento institucional dos Centros Universitários do Estado do Paraná para verificar o nível de institucionalização dos ODS;
- Verificar quais são as práticas e estratégias adotadas pelos Centros Universitários do Estado do Paraná para promover os ODS.

1.2. JUSTIFICATIVA

As IES têm um papel de liderança na sociedade e podem ser exemplos de práticas sustentáveis, influenciando outras instituições e a sociedade como um todo. Ao adotar medidas sustentáveis em suas operações, incorporar os ODS em suas atividades de ensino, pesquisa e extensão, e promover a sensibilização e mobilização da comunidade acadêmica, as IES podem inspirar outras instituições e indivíduos a seguir essas orientações.

Contemporaneamente, ao pensarmos acerca da noção de desenvolvimento econômico e social é praticamente inevitável não associar essa à questão da sustentabilidade, já que, muitas vezes, temos falhado ou pelo menos ficado em débito com o meio ambiente que nos circunda. Mas, de fato, não há como negarmos que não seja desafiador fazer com que evoluamos enquanto sociedade e que tenhamos uma relação sustentável ou ecologicamente correta com o meio natural.

Com base nesse pressuposto, é necessário ponderar de que maneira nós, enquanto sociedade, levamos em consideração a noção/conceito de desenvolvimento sustentável. Mais do que isso, em que medida nossas instituições de ensino em suas mais variadas formas representativas buscam se adequar aos protocolos, acordos e agendas que visam a esse objetivo comum.

Existem no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural Sustentável (PPGDRS) da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE) iniciativas voltadas à produção científica e à discussão de ações práticas sobre os temas do meio ambiente e sustentabilidade. Composto por uma equipe multidisciplinar

de professores-pesquisadores que desenvolvem pesquisas sobre o Desenvolvimento Rural Sustentável, a agricultura familiar e os movimentos educacionais ambientais e sociais no campo, o PPGDRS é o primeiro programa que forma mestres e doutores nessa área do conhecimento.

As discussões sobre o papel das instituições de educação superior para o alcance dos ODS, abordadas no presente estudo, envolvem aspectos relacionados ao desenvolvimento rural sustentável, foco do PPGDRS, considerando que as IES pesquisadas, de alguma forma alcançam, em suas respectivas áreas de abrangência, não somente a área urbana, mas também localidades rurais próximas, principalmente no caso daquelas que ofertam cursos de graduação ou pós-graduação na área de Ciências Agrárias, como Agronomia, Agronegócios, Agroecologia e Medicina Veterinária, entre outros. Dessa forma, ao promover a reflexão sobre a sustentabilidade, as IES contribuem para a formação de cidadãos ecologicamente orientados, capazes de lidar com situações que vão além do conhecimento técnico, preparados para se posicionar tanto nas discussões como em propostas voltadas a soluções que não compactuem com práticas que potencializem os problemas ambientais (SOUZA, 2006).

Neste sentido, a presente pesquisa se justifica, portanto, pelo entendimento de que, cada vez mais, as questões relacionadas aos ODS precisam ser tratadas em todos os níveis educacionais.

2. OS ODS E OS PLANOS DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

2.1. A AGENDA 2030 PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Em síntese, a efetivação da Agenda 2030 está sendo gestada ou propriamente efetivada pelos líderes mundiais signatários da Organização das Nações Unidas - ONU que assinaram o referido documento em Nova York no ano de 2015. Em seus princípios fundamentais, a agenda indica um “um plano de ação para erradicar a pobreza, proteger o planeta e garantir que as pessoas alcancem a paz e a prosperidade”, o que resultou na criação de “17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), que se baseiam nos antigos Objetivos de Desenvolvimento do

Milênio (ODM)” (ONU, 2015). Essas ações devem ser efetivadas ou alinhadas a partir de políticas públicas dos países membros e que assinaram o referido documento.

Comumente, entendemos que um dos princípios fundamentais da efetivação ou não de políticas públicas é por meio da educação para sua propagação, a priori, a educação é, em sua essência, o que conduz a evolução de nós enquanto sociedade em seu processo de desenvolvimento. Ou seja, para que as políticas públicas deixem de ser mera abstração e possam ser efetivadas, precisam ressoar em nosso processo formativo, enquanto sujeitos inseridos em sociedade, o que notadamente implica em sua aplicação no processo educativo.

Essa provocação nos faz refletir em que medida a Agenda 2030 está em consonância com as políticas educacionais de nossas instituições de ensino superior (IES), ou mesmo, evidenciar se há reconhecimento das IES com os preceitos retratados na referida agenda socioambiental. Trata-se, portanto, de uma discussão que perpassa a mera relação do desenvolvimento sustentável enquanto política pública, mas, fundamentalmente, que pondera sua efetiva aplicação em IES como agentes de influência e transformação da sociedade.

2.1.1. Desenvolvimento sustentável na sociedade capitalista contemporânea

De que maneira podemos ponderar o desenvolvimento econômico e social na contemporaneidade associado a noção de sustentabilidade? Em primeira mão a noção/conceito de desenvolvimento sustentável é a junção e a resposta desta interrogação, que notadamente é compreender o desenvolvimento da sociedade capitalista contemporânea a partir de uma relação de equilíbrio com o meio natural. Nessa linha de compreensão Santos (2009, p.106) pondera que ao “redescobrir a noção de finitude dos recursos naturais, a sociedade põe em xeque o comportamento predatório do ser humano no processo de ocupação e de civilização do espaço geográfico”.

Isso significa que colocamos em evidência nosso comportamento enquanto sociedade organizada, a partir do sistema capitalista de produção, nos questionamos até que ponto nossas ações não esgotaram os recursos naturais em consideração a exacerbada busca pelo desenvolvimento econômico. Assim, quando procuramos entender essa questão, a associamos inicialmente a definição dada pela Comissão Mundial Sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, presente no documento Nosso

Futuro Comum (1991, p.46), que pondera o mesmo como “aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem as suas próprias necessidades”, enquanto derivação desse processo temos dois conceitos chave:

O conceito de “necessidades”, sobretudo as necessidades essenciais dos pobres do mundo, que devem receber a máxima prioridade; A noção das “limitações” que o estágio da tecnologia e da organização social impõe ao meio ambiente, impedindo de atender às necessidades presentes e futuras (CMMAD, 1991, p. 46).

Ambos os conceitos nos permitem inúmeras reflexões, a primeira delas enfatiza que é inevitável ponderar o desenvolvimento sustentável enquanto instrumento para o suprir das “necessidades” das populações mais pobres, o que evidentemente está muito presente na sociedade capitalista contemporânea, sobretudo, quando a relacionamos ao desenvolvimento desigual e contraditório associado ao neoliberalismo econômico.

Contudo, a segunda noção talvez não seja mais tão aplicável na contemporaneidade, já que indica as limitações da tecnologia associada ao atender as necessidades presentes e futuras. É possível compreender que as tecnologias possuem fator essencial para estruturarmos novas formas de desenvolvimento da sociedade, principalmente, quando a associamos às práticas ecologicamente corretas.

Com base nessas premissas podemos fazer um rápido reconstituir histórico associado as discussões relacionadas ao desenvolvimento sustentável ou a sustentabilidade do meio ambiente de maneira geral. Santos (2009, p. 106) enfatiza que “os movimentos de defesa do meio ambiente, de forma um pouco mais estruturada, tiveram início em meados do século XIX, tendo havido, porém, apenas no século XX, na segunda metade da década de 40, no pós-guerra” o que podemos relacionar enquanto uma evolução das discussões associadas a uma agenda ambiental.

Os fatores que conduzem a esse aprimoramento das discussões estão em grande medida vinculados as armas nucleares utilizadas na Segunda Grande Guerra e mesmo os testes que continuaram a serem feitos no período da Guerra Fria. Outro fator de destaque associado a isso é o rápido crescimento do setor industrial e

consequentemente, de consumo, a partir da estruturação de uma nova sociedade capitalista.

Santos (2009), ainda pondera que do ponto de vista histórico a evolução de uma agenda ambiental internacional pode ser dividida em pelo menos três fases:

1. Estende-se do início do século XX até a Conferência de Estocolmo, ocorrida em 1972, fase em que a temática ambiental ainda está em formação e suas inter-relações com a ordem mundial, praticamente, não são denunciadas;
2. Tem início com a preparação da Conferência de Estocolmo que veio integrar, definitivamente, a temática ambiental na agenda internacional;
- e 3. O último período do histórico “meio ambiente–relações internacionais”, que se estende de 1985 aos nossos dias, e que marcará a globalização definitiva da problemática ecológica, ultrapassando as dimensões meramente locais, nacionais ou regionais da degradação causada, sobretudo após a realização da Conferência do Rio de Janeiro, em 1992 (SANTOS, 2009, p. 107).

Todas essas fases buscam trazer em seu esteio o conceito de desenvolvimento sustentável, ou seja, procuram pensar em práticas econômicas e por consequência, sociais, que façam com que a nossa sociedade capitalista evolua dentro de uma agenda de não esgotamento dos recursos naturais e com efeito do meio ambiente para as futuras gerações.

A partir desta perspectiva, as discussões relacionadas a temática do desenvolvimento sustentável tem enquanto variáveis fundamentais a questão econômica, social e ambiental (GAZZONE et al., 2018, p. 4). De acordo com esses preceitos, sugerem que os novos paradigmas associados ao desenvolvimento sustentável estão estruturados em cinco dimensões, que precisam ser consideradas mutuamente:

Social: tem como objetivo de melhorar substancialmente os direitos e condições das amplas massas de população e reduzir as distâncias entre os padrões de vida de abastados e não abastados;

Econômica: possibilitada por uma alocação e gestão eficiente dos recursos e por um fluxo regular do investimento público e privado, avaliada mais em termos macrossociais, do que apenas por critérios de lucratividade micro empresarial;

Ecológica: envolvendo medidas para reduzir o consumo de recursos e a produção de resíduos, medidas para intensificar as pesquisas e a introdução de novas tecnologias limpas e poupadoras de recursos;

Espacial: voltada a uma configuração rural-urbana mais equilibrada e uma melhor distribuição territorial de assentamentos humanos e atividades econômicas, envolvendo questões de concentração excessiva das áreas metropolitanas, destruição de ecossistemas frágeis, projetos de agricultura, industrialização descentralizada e rede de proteção das reservas naturais, biosfera e biodiversidade;

Cultural: em busca das raízes endógenas dos modelos de modernização e dos sistemas rurais integrados de produção, privilegiando processos de

desenvolvimento que respeitem as peculiaridades de cada ecossistema, de cada cultura e cada local (grifo nosso) (GAZZONE et al., 2018, p. 4).

Essas dimensões são fundamentais para compreendermos não só o conceito de desenvolvimento sustentável, mas, em grande medida como a sociedade contemporânea tem se estruturado, a partir do sistema capitalista de produção. Portanto, quando olhamos para essa noção com base em uma perspectiva social percebemos uma abordagem em grande medida progressista, já que se pensa a mesma enquanto uma apaziguadora das desigualdades sociais ao “reduzir as distâncias entre os padrões de vida de abastados e não abastados” (GAZZONE et al., 2018, p. 4).

Entretanto, cabe nos questionar até que ponto esse preceito abrange a realidade social? Ou mesmo, nos oferece subsídios para que possamos nos desenvolver enquanto sociedade que não tenha na desigualdade social sua principal característica.

Conforme Gazzone et al. (2018), essas dimensões precisam ser consideradas mutuamente, o que significa que não podemos considerar o aspecto social do desenvolvimento sustentável sem levar em consideração o viés econômico, que está calcado essencialmente em um desenvolvimento econômico e social da sociedade que não esteja apenas estruturado na lucratividade do setor empresarial ou industrial.

Com base nessa perspectiva, a teia compreensiva do desenvolvimento sustentável é complementada com a dimensão ecológica, que sinaliza para reduzir o consumo de recursos e a produção de resíduos. Ou seja, o nosso desenvolvimento enquanto sociedade, dentro de uma abordagem econômica sustentável precisa levar em consideração a rápida redução no consumo de recursos e, conseqüentemente, de produção resíduos, para que de fato esse desenvolvimento seja efetivamente ecologicamente correto.

Corroborando a ideia, Gazzone et al. (2018) ainda salientam a questão espacial, que está em grande proporção relacionada à distribuição das atividades econômicas no espaço urbano e rural. Por conseguinte, isso nos faz ponderar em que medida as atividades econômicas desenvolvidas nesses espaços são sustentáveis ou ecologicamente corretas e mais do que isso, como também se relacionam com o aspecto econômico e social.

Por fim, quando nos deparamos com a quinta e última dimensão de desenvolvimento sustentável sugerida pelos autores, duas questões precisam ser consideradas. A primeira delas, e mais evidente, já é enunciada pelos mesmos quando indicam que o desenvolvimento econômico, social e sustentável com base em uma abordagem cultural precisa considerar os “processos de desenvolvimento que respeitem as peculiaridades de cada ecossistema, de cada cultura e cada local” (GAZZONE et al., 2018, p. 4).

No entanto, questiona-se, apenas isso basta? Será que o desenvolvimento econômico sustentável a partir de sua abordagem cultural não é muito mais do que isso? Não há dúvidas que sim, sobretudo, quando associamos essa quinta dimensão ao papel das IES enquanto espaço de promoção e propagação dessa noção de desenvolvimento sustentável, afinal de contas, tais instituições não formam apenas indivíduos para o já conhecido mercado de trabalho. Mas, fundamentalmente formam sujeitos/profissionais inseridos em uma sociedade que precisa dar conta de um desenvolvimento econômico e social associado a responsabilidade socioambiental o que evidentemente nos faz refletir acerca do desenvolvimento sustentável.

Brandão (2012, p.31) introduz de maneira perspicaz esse debate ao indicar que “apesar de todos os malabarismos analíticos praticados pelas ‘teorias modernas’ do territorial, do regional e do urbano, jaz ainda uma visão de ambiente não construído socialmente”. Apontando essa crítica ao modelo de desenvolvimento desigual e contraditório da própria sociedade capitalista moderna, que não concebe enquanto base do desenvolvimento territorial a sustentabilidade.

A discussão recai aqui para as contradições inerentes ao próprio sistema capitalista de produção. Portanto, embora indica-se que o ambiente seja construído socialmente por nós, na qualidade de agentes e sujeitos históricos, isso não implica necessariamente em um desenvolvimento sustentável ou ecologicamente correto. Isso significa que, “enfrentar tais interpretações envolve partir de uma visão sólida de produção social do espaço, historicamente determinado, resultante dos conflitos e consensos que se estruturam em torno do ambiente construído” (BRANDÃO, 2012, p. 31).

É dentro dessas relações de conflitos e consensos que a sociedade capitalista moderna vem estruturando sua agenda ambiental no século XXI. Seria demasiadamente ilusória afirmar que caminhamos a passos largos para um desenvolvimento sustentável da sociedade, na prática percebemos que as políticas

públicas e as ações de diferentes órgãos e instituições muitas vezes têm se mostrado paliativas e que o desenvolvimento econômico, tendo como base uma sustentabilidade socioambiental, tem determinações muito mais complexas que as aparentes.

2.1.2. Histórico de ações para o desenvolvimento sustentável

De acordo com Santos (2009, p. 106), a “preocupação teórica com a sustentabilidade nasce nos campos das ciências ambientais e ecológicas”, em consonância com disciplinas, tais como, a Sociologia, a Economia, a Filosofia, gestão socioambiental e até mesmo o Direito, quando associamos o ordenamento jurídico que vem sendo instituído, para tanto, tem um histórico relativamente recente, conforme ressalta o autor:

Os movimentos de defesa do meio ambiente, de forma um pouco mais estruturada, tiveram início em meados do século XIX, tendo havido, porém, apenas no século XX, na segunda metade da década de 40, no pós-guerra, o que se pode, realmente, chamar de uma revolução ambiental surgida, dentre outros fatores, principalmente, em função dos testes nucleares e do rápido crescimento da indústria e do consumo (SANTOS, 2009, p.106).

Desde o período pós-guerra até serem estruturadas as primeiras ações efetivas temos um significativo intervalo de tempo em que as discussões sobre as preocupações ambientais começam a ser gestadas sem necessariamente serem colocadas em prática. Isso se modifica a partir da Conferência de Estocolmo, ocorrida entre os dias 05 e 16 de junho de 1972 e sediada em Estocolmo na Suíça, contando com a participação de 113 países. Dentre os principais desdobramentos da conferência está a elaboração da Declaração de Estocolmo, com 26 princípios e a criação de um Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente – PNUMA.

Os objetivos fundamentais dessa conferência dialogam em grande medida com alguns aspectos da agenda ambiental contemporânea, sobretudo, em relação as mudanças climáticas e na definição de bases para o desenvolvimento sustentável. Além disso, dentre os objetivos, cabe destacar as discussões relacionadas a qualidade da água; soluções para reduzir os desastres naturais; tentativas de redução na utilização de pesticidas na agricultura, além da quantidade de metais pesados lançados na natureza. Todas essas temáticas estão em diálogo com o

desenvolvimento contraditório do sistema capitalista de produção na sociedade contemporânea.

Galli (2007, p.62) salienta que a Declaração de Estocolmo reconhece pela primeira vez na história “como direito humano fundamental a vida em ambiente sadio e não degradado”, o que indica uma preocupação em relação ao meio ambiente para com as futuras gerações.

Após a Conferência de Estocolmo podemos associar a década de 1980 como um período de “institucionalização e regulamentação da questão ambiental” (SANTOS, 2009, p.107), como novos agentes procurando se engajar nas lutas em defesa do meio ambiente e, conseqüentemente, do desenvolvimento sustentável. Essa atuação, apesar de vagarosa e de estar ainda em construção, é fundamental para o constituir de uma consciência ambiental, sobretudo, na sociedade ocidental, em relação a agenda ambiental.

Ainda sobre essa conjuntura da década de 1980, o autor destaca que:

É nos anos 80 que acontece o que podemos chamar de a segunda onda verde internacional, motivada, dentre outros, pelo crescimento dos movimentos associativos e da consciência planetária (associados ao desenvolvimento da mídia internacional), pela confirmação de fenômenos ecológicos globais (desertificação, chuvas ácidas, redução da camada de ozônio estratosférico, mudanças climáticas), pelos acidentes em Bhopal (contaminação por produtos químicos) e no Reno (pesticidas), pela explosão de Chernobyl, pela mobilização em torno das florestas tropicais (sobretudo após o assassinato de Chico Mendes), eventos ocorridos entre 1984 e 1988 (SANTOS, 2009, p.107).

Em grande escala vivenciamos ao longo da década de 1980 as conseqüências diretas do crescimento desigual e contraditório do sistema capitalista de produção, enquanto forma de organização econômica, política e cultural da sociedade moderna contemporânea. Isso significa que a não existência de uma agenda ambiental anterior fez com que o meio ambiente acabasse cobrando o preço desta não conscientização, com as mais diversas conseqüências ambientais em diferentes regiões do mundo.

É, portanto, o fruto desse processo que vemos desenvolver a partir da segunda metade da década de 80 “um verdadeiro boom mundial de iniciativas ambientais”. A questão ora chamada de ambiental ora de ecológica passa a ser vista com preocupação por todos, especialmente, dos grandes líderes de Estado. Santos (2009), salienta que entre 1985 e 1990 ocorreram pelo menos 17 conferências

mundiais para tratar da temática ambiental. Isso também não deixa de ser resultado das já mencionadas, conferência de Estocolmo e da Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (CMMAD), que acabou publicando o Relatório *Brundtland* - Nosso Futuro Comum no ano de 1987.

É basicamente a partir deste documento, que passa a ser organizada a agenda ambiental da Rio-92 ou Eco-92, ocorrida entres os dias 3 a 14 de junho na cidade do Rio de Janeiro, organizada pelas Nações Unidas e que buscavam dar uma nova abordagem a questão do meio ambiente e ao desenvolvimento sustentável. Nessa conferência estiveram presentes representantes de pelo menos 178 países com o objetivo básico de diminuir a degradação ambiental, e assim, garantir um ambiente saudável para as próximas gerações.

Com fundamento nessas premissas, a discussão ambiental associada ao desenvolvimento sustentável ganhava novos ares, principalmente, em relação à sociedade consumista, se 20 anos antes em Estocolmo a preocupação central estava focada nas mudanças climáticas e seus impactos no meio ambiente, na Rio-92, apesar da continuidade dessa discussão, a mesma é redimensionada, ao ponderar que não bastava diminuir os impactos na emissão de CO₂, mas fazer com que a agenda ambiental faça parte do cotidiano das pessoas, conscientizando-as sobre os efeitos do consumismo. Portanto, o desenvolvimento sustentável deveria acontecer dentro de uma racionalidade, não só enquanto política de Estado, e sim, criando uma maior consciência ambiental nos indivíduos.

Essa maior preocupação para com uma educação ambiental pode ser vista no Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global, assinado durante a Rio-92, conforme indica Galli (2007, p.73):

[...] parte do pressuposto de que a educação é um processo dinâmico, em permanente construção, e que por isso deve propiciar a reflexão, o debate e a sua própria modificação. Seus signatários reconhecem o papel central da educação na formação de valores e na ação social e se comprometem com o processo educativo transformador através de envolvimento pessoal das suas comunidades e nações para criar sociedades sustentáveis e equitativas (GALLI, 2007, p.73).

Evidencia-se, portanto, é que não bastava meramente uma agenda ambiental de pactos e compromettimentos em relação aos líderes de Estado, mas a formação de uma sociedade pautada em valores socioambientais, para criar, conforme indica o autor, uma sociedade sustentável e equitativa em relação ao meio ambiente. O que

estava em pauta naquele momento era uma consciência ética sobre a questão ambiental, na qual, a educação passa a ser vista como aporte.

Para Galli (2007, p.73-74), a educação ambiental naquele momento pós Rio-92, “deve ter como base o pensamento crítico e inovador, em qualquer lugar ou tempo, em seus modos formal e não formal, promovendo a transformação e a construção da sociedade”. Esses preceitos significam um promissor desenvolvimento de uma educação voltada ao desenvolvimento sustentável que não seja apenas mera repetição, mas que forme sujeitos críticos e inovadores em relação as pautas ambientais, independente do lugar ocupado no espaço social, cultural e geográfico.

Nesse momento histórico, a discussão em relação a agenda ambiental está embasada não apenas em uma educação ambiental, mas em grande parte no desenvolvimento humano enquanto preceito fundamental para nossa vida em sociedade. José Eli da Veiga (2005, p.249-250), ao ponderar sobre o desenvolvimento sustentável a partir de seu aspecto humano salienta que o “objetivo básico do desenvolvimento é alargar as liberdades humanas. O processo de desenvolvimento pode expandir as capacidades humanas, expandindo as escolhas que as pessoas têm para viver vidas plenas e criativas”. O autor alinha a noção de desenvolvimento sustentável para além do aspecto educacional e centra os indivíduos na qualidade de agentes desse processo de mudança. Isso significa que não nos basta a retórica de acordos e convenções, mas ações humanas, éticas e pautadas em princípios morais que visem fundamentalmente beneficiar os indivíduos em sociedade.

Nessa linha de raciocínio o autor ainda enfatiza que “é a abordagem do desenvolvimento que tem sido defendida por todos os Relatórios sobre o Desenvolvimento Humano, desde o primeiro, em 1990” (VEIGA, 2005, p.250), sendo um dos preceitos presentes, por exemplo, na Agenda 2030, ao expor os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS e, conseqüentemente, vincular os mesmos à educação, do ensino básico ao papel das IES nesse processo.

Cabe ainda mencionar uma última vez a importância da Rio-92 na definição de uma agenda ambiental que acabou estabelecendo uma base para o desenvolvimento sustentável nas décadas seguintes. Dentre esses preceitos, a Declaração do Rio, que ficou conhecida como Carta da Terra e das Florestas, preconiza o uso sustentável dos recursos naturais do Planeta, os vários acordos internacionais de cooperação para o desenvolvimento sustentável e a Agenda 21, que

elencou compromissos a longo prazo ligados a projetos e metas a serem atendidas a partir da agenda ambiental discutida e estabelecida na Rio-92.

Tais princípios expõem que a agenda ambiental contemporânea não é fruto de processos estanques, mas sim, constituída a partir de um histórico de acordos e convenções que remontam a segunda metade do século, com destaque para a Conferência de Estocolmo (1972); a Primeira Conferência Mundial do Clima de 1979; a Rio-92, ocorrida na cidade do Rio de Janeiro em 1992; a primeira Conferência das Partes (COP) realizada em Berlim (1995); a COP-3 realizada em Kyoto no Japão em 1997; e a COP-21 (2015), que tratou fundamentalmente do Acordo de Paris e a Agenda 2030 (2015), que trouxe como resultado os ODS que buscaremos compreender na sequência.

2.1.3. Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) na Agenda 2030

Historicamente, as ações que visavam o desenvolvimento da sociedade a partir de uma perspectiva sustentável sempre focaram no aspecto humano e não meramente no político e econômico como erroneamente muitos acreditam. Esse é, via de regra, um dos valores da própria ONU quando da sua constituição após a Segunda Guerra Mundial, ou seja, garantir a paz e a prosperidade humana centrada no indivíduo e não necessariamente em seu aspecto econômico. Destaca-se isso, pois, é em grande medida dentro dessa linha de raciocínio que a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável está sendo construída, com base na noção de transformação do mundo e da realidade humana.

Fundamentada nesses preceitos, a Agenda 2030 apresenta em seu preâmbulo que busca “fortalecer a paz universal com mais liberdade”, com ênfase na “erradicação da pobreza em todas as suas formas e dimensões, incluindo a pobreza extrema” (ONU, 2015). Observa-se em que medida o foco está no aspecto humano, em erradicar a fome e a pobreza extrema, essa é a ideia fundamental do desenvolvimento humano e sustentável que preconiza as ações da ONU contemporaneamente.

Para atender esses princípios, a Agenda 2030 procura estabelecer os já aqui mencionados 17 objetivos de Desenvolvimento Sustentável e as 169 metas que aparecem enquanto derivação desses objetivos. A organização desses objetivos e

metas está estruturada em alguns pilares que são expostos no preâmbulo deste documento, notadamente, pessoas, planeta, prosperidade, paz e parcerias.

Assim, em relação às pessoas, evidencia-se o que indica o documento: “estamos determinados a acabar com a pobreza e a fome, em todas as suas formas e dimensões, e garantir que todos os seres humanos possam realizar o seu potencial em matéria de dignidade e igualdade, em um ambiente saudável (ONU, 2015). Destaca-se nesse aspecto novamente, a questão já muito debatida de se acabar com a pobreza e a fome com o intuito de devolver aos indivíduos a sua dignidade e igualdade enquanto pessoa humana.

Sobre o planeta, em consonância com esses mesmos aspetos evidencia-se:

Estamos determinados a proteger o planeta da degradação, incluindo por meio do consumo e da produção sustentáveis, da gestão sustentável dos seus recursos naturais e de medidas urgentes para combater a mudança do clima, para que possa atender as necessidades das gerações presentes e futuras (ONU, 2015).

Em relação ao planeta, o que ganha destaque é o uso excessivo dos recursos naturais e a degradação ambiental, que acaba conseqüentemente causando as evidentes mudanças climáticas. Mas, o que acaba unificando esses dois primeiros preceitos é a questão da prosperidade, ou seja, ao mesmo tempo em que precisamos evidenciar o ser humano e o planeta como centro do nosso processo de preocupação, isso está em diálogo fundamentalmente com a nossa prosperidade enquanto sociedade humana. A preocupação essencial da Organização das Nações Unidas nesse momento e notadamente de todos os países que são signatários da mesma é: “assegurar que todos os seres humanos possam desfrutar de uma vida próspera e de plena realização pessoal, e que o progresso econômico, social e tecnológico ocorra em harmonia com a natureza” (ONU, 2015).

Para vencer e fazer com que ocorra uma sociedade próspera a partir da junção pessoas e planeta, a ONU indica duas necessidades que estão fundamentalmente inter-relacionadas, notadamente, a paz e as parcerias. Em relação à paz, indica que “estamos determinados a promover sociedades pacíficas, justas e inclusivas, livres do medo e da violência. Não pode haver desenvolvimento sustentável sem paz, e não há paz sem desenvolvimento sustentável” (ONU, 2015). Esse último preceito ganha uma significação importante quando ponderamos que não é possível o desenvolvimento sustentável e humano, em momentos que não haja paz.

Para a garantia desses aspectos indica-se as parcerias:

Estamos determinados a mobilizar os meios necessários para implementar esta Agenda por meio de uma Parceria Global para o Desenvolvimento Sustentável revitalizada, com base no espírito de solidariedade global fortalecida, com ênfase especial nas necessidades dos mais pobres e mais vulneráveis e com a participação de todos os países, todas os grupos interessados e todas as pessoas. As interconexões e a natureza integrada dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável são de importância crucial para assegurar que o propósito da nova Agenda se concretize (ONU, 2015).

A ênfase fundamental recai, portanto, na interconexão e participação de todos os países e grupos interessados para que a relação entre os seres humanos e o planeta seja consciente e desencadeie a paz e a prosperidade do mesmo. Nessa linha de raciocínio, Veiga (2005, p.250-251) pondera que o “crescimento econômico obviamente pode ser muito importante como um meio de expandir as liberdades desfrutadas pelos membros de uma sociedade”, mas isso significa que “as liberdades também dependem de muitos outros determinantes, como os serviços de educação e saúde, ou os direitos civis”.

Nesse aspecto a discussão redimensiona-se, não recaindo apenas no mero desenvolvimento econômico enquanto liberdade dos indivíduos, algo muito presente no pensamento liberal clássico, mas fundamental entre essa já mencionada interdependência, desenvolvimento/sustentabilidade ambiental e humana.

Com base nessa linha de raciocínio Veiga (2005, p.250-251) complementa que a “industrialização, o progresso tecnológico ou a modernização social podem contribuir substancialmente para a expansão da liberdade humana, mas esta depende também de outras influências”. Em grande parte, é para atender esses preceitos que a ONU vem construindo sua agenda ambiental e seus objetivos e metas para o desenvolvimento sustentável, pautando-se em uma sociedade capitalista moderna que tenha sua base na harmonia entre os seres humanos e o planeta.

Voltamos nosso olhar agora para os 17 objetivos e as 169 metas que visam o desenvolvimento sustentável da sociedade contemporânea. Evidentemente, não teremos espaço para discorrer sobre todos esses objetivos e metas, assim, conforme foco do presente trabalho, daremos maior atenção aos objetivos que versam sobre o aspecto educacional e o papel das instituições de ensino superior.

Neste sentido, quando olhamos para os objetivos que discorrem especificamente sobre o papel da educação na agenda aqui considerada, inicialmente

ganha destaque o objetivo 4, que indica: “assegurar a educação inclusiva e equitativa de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos”. Esse objetivo possui sete metas, com ênfase para a garantia de que “todas as meninas e meninos completem o ensino primário e secundário livre, equitativo e de qualidade”, bem como, “tenham acesso a um desenvolvimento de qualidade na primeira infância, cuidados e educação pré-escolar, de modo que estejam prontos para o ensino primário” (ONU, 2015).

Além disso, também coloca como meta “assegurar a igualdade de acesso para todos os homens e mulheres à educação, técnica, profissional e superior de qualidade, a preços acessíveis, incluindo a universidade” (ONU, 2015). Essa meta ganha destaque por se tratar diretamente do ensino profissional e superior, uma garantia não só do Estado, mas, enquanto um dever das instituições de ensino superior.

A partir desses pressupostos, cabe nos questionar em que medida e de que maneira as instituições de ensino superior podem contribuir para que o acesso à educação aconteça como uma prática que desencadeie o desenvolvimento sustentável?

A respeito desse questionamento, Gazzzone et al. (2018) sugerem que:

[...] as Instituições de Ensino Superior (IES) possuem papel fundamental, por serem formadoras de pensamento e opinião, sendo assim, podem potencializar a criação e a difusão de um pensamento sustentável. Para tanto, é necessário que as pessoas envolvidas no desenvolvimento das atividades universitárias sirvam como base para a disseminação do conhecimento e fortalecimento de práticas sustentáveis (GAZZONE et al., 2018, p. 3).

Não há dúvida que as IES sejam fundamentais dentro do processo de formar cidadãos críticos para a vida em sociedade, porém essa criticidade nem sempre vem associada a um pensamento sustentável de preservação ambiental e de nossos recursos naturais. Talvez por esse motivo, mostra-se tão relevante a reafirmação de importância e de responsabilidade que as IES possuem relacionadas ao desenvolvimento de atividades acadêmico/universitárias, que sirvam de base e conseqüentemente, fortaleçam uma consciência ambiental relacionada ao desenvolvimento sustentável.

Não basta apenas pensarmos em uma educação formativa do sujeito desde a infância, mas sobretudo, que integre um direcionamento de conscientização

ambiental em sua completude, dentro do que podemos associar a uma cultura para o desenvolvimento sustentável, conforme sugere o documento da ONU:

[...] até 2030, garantir que todos os alunos adquiram conhecimentos e habilidades necessárias para promover o desenvolvimento sustentável, inclusive, entre outros, por meio da educação para o desenvolvimento sustentável e estilos de vida sustentáveis, direitos humanos, igualdade de gênero, promoção de uma cultura de paz e não-violência, cidadania global, e valorização da diversidade cultural e da contribuição da cultura para o desenvolvimento sustentável (ONU, 2015).

As bases do desenvolvimento sustentável associadas a educação, estão determinadas na aquisição de conhecimentos relacionados a questões de direitos humanos, igualdade de gênero, promoção da paz social e promoção da diversidade cultural. Percebe-se, que “as IES devem ser reconhecidas por sua busca ao desenvolvimento sustentável e colocar em prática suas crenças em relação à sustentabilidade e servir de base, ou seja, exemplo aos discentes e a sociedade” (GAZZONE et al., 2018, p. 3).

É notório em que medida as IES precisam apresentar-se como exemplo para a sociedade de boas práticas e de promoção do desenvolvimento sustentável, em articulação com as políticas de Estado para a garantia de tais metas e preceitos. Nessa linha argumentativa, uma das metas salientadas pela ONU é “ampliar globalmente o número de bolsas de estudo disponíveis para os países em desenvolvimento, em particular os países de menor desenvolvimento relativo” (ONU, 2015). Práticas como essa não são efetivadas apenas a partir da iniciativa de IES, tampouco apenas enquanto anseio de políticas de Estado, mas, sobretudo, do trabalho conjunto entre ambos.

No entanto, o desenvolvimento sustentável nas IES deve constituir-se como resultado de práticas que levem em consideração diferentes aspectos, quer dizer, “além de serem difundidos entre os discentes”, os “aspectos sustentáveis devem ser compartilhados entre os servidores da instituição, é necessário que se coloque em prática e se desenvolva conceitos abordados no ensino” (GAZZONE et al., 2018, p. 4). Isso significa que, assim como o desenvolvimento sustentável precisa fazer parte das nossas práticas culturais constituídas em sociedade, nas instituições de ensino superior o mesmo também precisa estar em diálogo com a cultura da instituição, ou seja, transitar da sala de aula aos diferentes colaboradores da instituição, e não ficar apenas no plano teórico, ter enquanto prática ou valor de atuação.

2.1.4. O papel das instituições de ensino superior nos ODS

Qual o papel das Instituições de Ensino Superior (IES) a partir dos ODS e das práticas de desenvolvimento sustentável? Será que as instituições que são responsáveis pela oferta de ensino superior em nossa sociedade possuem responsabilidades socioambientais relacionadas a um desenvolvimento da sociedade, que leve em consideração as práticas de sustentabilidade? De antemão entendemos que essas não são meras perguntas que possuem respostas prontas ou acabadas, mas, que estão em diálogo com o constituir da sociedade contemporânea em relação as boas práticas socioambientais.

Com base nesses preceitos, inicialmente cabe nos questionar qual a função de uma IES ou como a mesma se coloca no seio da sociedade. Nessa perspectiva, Gazzone et al. (2018) indicam que:

[...] as Instituições de Ensino Superior (IES) possuem papel fundamental, por serem formadoras de pensamento e opinião, sendo assim, podem potencializar a criação e a difusão de um pensamento sustentável. Para tanto, é necessário que as pessoas envolvidas no desenvolvimento das atividades universitárias sirvam como base para a disseminação do conhecimento e fortalecimento de práticas sustentáveis. Embora tenha havido alguns desenvolvimentos na educação superior no que concerne ao desenvolvimento sustentável, ainda existem numerosos desafios que precisam ser superados (GAZZONE et al., 2018, p. 3).

O primeiro tópico a ser destacado é a evidente influência que as instituições de ensino superior possuem no processo formativo dos indivíduos em sua integralidade, conforme já mencionado anteriormente, as IES formam não só profissionais de distintas áreas do conhecimento, mas também, sujeitos que podem ser potenciais difusores de um pensamento sustentável. Portanto, uma das questões que precisamos levar em consideração é a formação cidadã, política, cultural e social que as instituições desempenham na vida de seus egressos.

Por serem espaços formativos de sujeitos em sua integralidade as IES precisam apresentar-se para além do espaço de sala de aula enquanto exemplo de práticas sustentáveis, assim, “em seus espaços institucionais deve prevalecer a eliminação de desperdícios e a redução do consumo de recursos naturais, implicando necessariamente em uma mudança de comportamentos” (GAZZONE et al., 2018, p. 5). Essa mudança de comportamento deve partir da própria instituição, na qualidade

de espaço de promoção da ciência, e, conseqüentemente, de boas práticas ecológicas.

Outra contribuição que as IES podem trazer para a sociedade em relação as boas práticas, está relacionada a implantação de sistemas de gestão ambiental, o qual pode estar presente nos diferentes campi ou unidades universitárias da qual a instituição faz parte. Um exemplo nesse sentido é a implantação de mini usinas de energia solar, que atendam a necessidade da instituição. Esse modelo pode ser pensado levando em consideração o ensino, a pesquisa e a extensão, envolvendo não só a comunidade acadêmica, mas também, convênios com setores da sociedade civil.

Nessa mesma linha de raciocínio, Gazzone et al. (2018) sugerem que as IES possuem quatro níveis de intervenção na sociedade relacionados ao desenvolvimento sustentável, sendo eles:

(1) educação dos tomadores de decisão para um futuro sustentável; (2) investigação de soluções, paradigmas e valores que sirvam uma sociedade sustentável; (3) operação dos campi universitários como modelos e exemplos práticos de sustentabilidade à escala local; e (4) coordenação e comunicação entre os níveis anteriores e entre estes e a sociedade (GAZZONE et al., 2018, p. 5).

Os níveis estão direcionados a diferentes grupos sociais. Assim, o primeiro, procura ponderar os acadêmicos, como sujeitos em processo formativo e que por consequência se tornarão “tomadores de decisão”, para um futuro e uma sociedade pautada em práticas sustentáveis. Compreende-se que não só as IES, mas a educação como um todo tenha papel fundamental nesse processo formativo, ao ser formadora de sujeitos para a vida em sociedade (GAZZONE et al., 2018).

O segundo nível de intervenção está focado na pesquisa, como espaço em que a partir da investigação procura a solução de paradigmas que possam servir para uma sociedade e um desenvolvimento pautado em práticas ecologicamente corretas ou sustentáveis. Nesse ponto, destaca-se a atuação do docente-pesquisador na qualidade de incentivador e promotor de tais práticas.

O terceiro nível está relacionado à administração da IES como promotora de modelos práticos de sustentabilidade, o que consiste basicamente na instituição aparecer como exemplo para a comunidade acadêmica e a sociedade de boas práticas sustentáveis. Por exemplo, instalando sistemas de utilização da água da

chuva para a limpeza de ambientes e usinas de produção de energia elétrica a partir de luminosidade solar, ou seja, apresentar-se como um espaço de referência relacionada as práticas ecológicas.

Por último, também aparece como nível de intervenção da IES, relacionado ao desenvolvimento sustentável, a coordenação e a comunicação entre todos os níveis supracitados e a sociedade. Quem tem primordialmente essa função é a administração da IES, seus reitores e pró-reitores em diálogo com a sociedade civil organizada, lideranças políticas administrativas em seus diferentes níveis. Isso significa que os diálogos não devem ser deslocados ou constituir-se de maneira separada, a IES precisa estabelecer práticas que visem o desenvolvimento sustentável sempre em interação com as administrações públicas e com o objetivo comum de apresentar-se como desenvolvimento sustentável para a sociedade (GAZZONE et al., 2018).

Há, portanto, inúmeras formas das IES promoverem o desenvolvimento sustentável, com ênfase no planejamento e desenvolvimento de práticas de ensino, pesquisa e extensão voltadas para tanto. Contudo, as práticas sustentáveis não acontecem necessariamente de maneira automática, sendo sempre dependentes do interesse e participação da instituição. Gazzone et al. (2018, p.6) indicam que alguns aspectos que podem dificultar a inserção de práticas sustentáveis nas instituições de ensino superior estão relacionados ao “sistema burocrático e hierárquico rígido; a falta de conscientização e comprometimento dos agentes envolvidos (docentes, discentes e administração); e a inexistência de definição de políticas institucionais de curto e longo prazo”.

Dentre esses aspectos, cabe elencarmos com destaque a falta de conscientização e comprometimento em nível institucional, ao considerar que não basta o interesse do servidor, do docente ou apenas dos acadêmicos, é necessário que todos estejam envolvidos em promover boas práticas de desenvolvimento sustentável em nível institucional, para que os projetos possam dar continuidade.

Como exemplo, pode-se destacar as ideias advindas de acadêmicos para projetos que considerem o desenvolvimento sustentável a nível institucional, se não forem incentivadas pelos docentes e, apoiadas pelos gestores e mantenedores das instituições, dificilmente sairão do plano teórico. Ou seja, é necessária toda uma articulação em nível institucional para que o desenvolvimento sustentável aconteça como políticas e práticas da IES e não meramente como discurso.

Nessa perspectiva, Gazzone et al. (2018) desenvolveram uma pesquisa na Universidade de Santa Maria - UFSM para tentar compreender a inserção e o conhecimento de práticas sustentáveis no âmbito da instituição. Para tanto, os autores utilizaram cinco tópicos relacionados a temática, notadamente, o Plano de Gestão de Logística Sustentável da instituição; A Agenda Ambiental da Administração Pública; A Agenda 21; A Política Nacional de Resíduos Sólidos e a Logística Reversa. A partir de tais parâmetros, os resultados evidenciados foram assim descritos:

Os resultados demonstram que os servidores da UFSM possuem um baixo conhecimento sobre os tópicos apresentados. Em linhas gerais, o grau de conhecimento demonstrado é insuficiente para que se considerem os servidores da UFSM conhecedores das temáticas apresentadas. Fato que pode acarretar em um ineficaz desenvolvimento sustentável dentro da UFSM. As temáticas propostas aos servidores na pesquisa são comumente utilizadas pela Administração Pública na busca por um ambiente pautado no desenvolvimento sustentável, pois se tratam das principais iniciativas institucionais que atualmente são encontradas na gestão pública. Percebe-se assim, a necessidade de maior disseminação referente ao conhecimento dos tópicos apresentados (GAZZONE et al., 2018, p. 9).

Os servidores consultados, não demonstram ter conhecimentos suficientes para compreender as temáticas apresentadas. Isso indica que uma primeira atitude a ser tomada em nível institucional seria a disseminação dos conceitos e de conteúdos relacionados a temática ambiental ou do desenvolvimento sustentável. Dessa maneira, a nível de instituições mostra-se necessário a educação ambiental, o conhecimento dos servidores em relação a temática, para a partir disso desenvolver projetos relacionados ao tema.

O estudo demonstra que existe ampla deficiência de informações relacionados ao tema no contexto da administração pública. Porém, isso não significa que isso seja uma regra, de que em todas as IES não exista informação em relação a temática ou indivíduos envolvidos no desenvolvimento de projetos e práticas voltadas para o desenvolvimento sustentável e a educação ambiental.

No entanto, via de regra, o “desenvolvimento sustentável ainda é algo pouco palpável na Universidade e que depende de maior engajamento dos atores envolvidos nesse processo” (GAZZONE et al., 2018, p. 6). Portanto, o que se verifica a partir do trabalho dos autores é que a sustentabilidade (e práticas a ela associadas) é um tópico presente e recorrente nos planos de desenvolvimento das instituições. Entretanto, isso não significa necessariamente que as instituições possuam uma política de desenvolvimento sustentável ou uma agenda voltada a isso.

Essa é a questão fundamental e o desafio que a Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável expõe. Fazer com que as instituições de ensino superior constituam de fato uma agenda ambiental enquanto política institucional, envolver toda a comunidade acadêmica nesse processo, com ênfase para o papel da instituição dentro do processo de formação dos sujeitos/profissionais para a vida em sociedade.

Baseado nesses preceitos, uma das questões fundamentais da presente pesquisa é notadamente propiciar a reflexão sobre as ações que as IES desempenham ou deixam de desempenhar relacionadas a Agenda 2030 para a educação ambiental. Isso significa, que o mesmo busca se justificar como contribuição reflexiva e propositiva, ponderando o papel das instituições na qualidade de formadora de sujeitos e na constituição de novos conhecimentos.

2.2. PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL (PDI)

As Instituições de Ensino Superior (IES) são, de modo geral, organizações complexas que se caracterizam pela existência de diversos processos, tanto relacionados às atividades-fim quanto às atividades-meio, classificados em três grandes áreas: ensino, pesquisa e extensão (DAL MAGRO e RAUSCH, 2012).

Ainda, as IES possuem significativa responsabilidade social, política, econômica, artística e cultural (MIZAEL, 2012), e são responsáveis pela promoção do progresso intelectual da população (LYRIO, 2014; CORRÊA et al., 2015), o que ressalta sua grande importância para o país.

Por conseguinte, as IES trazem para a sala de aula e para suas atividades de pesquisa e extensão as demandas da sociedade, ao mesmo tempo em que proporcionam uma interação entre o universo acadêmico e a comunidade na qual se insere (CORRÊA et al., 2015). Suas ações e esforços tem como resultado o desenvolvimento de situações de aprendizagem e formação crítica do indivíduo, de modo a colaborar para a formação do capital humano, intelectual e tecnológico de uma nação.

A fim de que alcance prestígio e reconhecimento, as IES devem desenvolver suas atividades de ensino, pesquisa e extensão com qualidade (DAL MAGRO e RAUSCH, 2012). Nesse contexto, enfrentam um grande desafio: a promoção da eficiência administrativa - atividades-meio - em conjunto com as atividades de ensino,

pesquisa e extensão - atividades-fim (MIZAEL et al., 2013). Desse modo, exigem dos seus gestores “capacidade reflexiva, proativa, conhecimento, visão, capacidade de planejamento, coordenação, controle e avaliação dos processos gerenciais” (MIZAEL, 2012), de forma que possibilite o melhor desempenho.

Nesse cenário se insere o planejamento estratégico, ferramenta que se tornou o centro das atenções da alta administração de todos os tipos de organização, sejam elas públicas ou privadas, com ou sem fins lucrativos, grandes ou pequenas. O planejamento estratégico corresponde a ações positivas que uma organização pode realizar para enfrentar ameaças e aproveitar oportunidades existentes nos ambientes interno e externo (ALDAY, 2000). O processo de planejamento é voltado para o desenvolvimento de ações focadas em um determinado horizonte temporal e tem relação direta com a tomada de decisão, buscando influenciar as ações e resultados futuros da organização.

No processo de planejamento, é necessário estabelecer os objetivos e os meios para alcançá-los (MAXIMINIANO, 2008), possibilitando às organizações a projeção do seu futuro, com objetivos alinhados à sua missão e visão institucionais (MIZAEL et al., 2013). Trata-se de um processo que leva os gestores a refletir sobre o que é mais importante para a organização e para o seu futuro, permitindo focar nos pontos mais relevantes (ALDAY, 2000). Por isso, é necessário realizar um diagnóstico do ambiente interno e externo à IES, de maneira que cada uma dessas características seja levantada e evidenciada.

O planejamento nas IES é representado pelo Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), importante ferramenta que subsidia o desenvolvimento do planejamento institucional dessas organizações (MIZAEL et al., 2013). O PDI, é uma forma de avaliação das instituições pelos órgãos responsáveis, e também um plano para a melhoria e para o acompanhamento da implementação das ações estratégicas traçadas pela IES (CORRÊA et al., 2015; SOUZA, 2007).

O PDI deve possibilitar um diagnóstico sistêmico estratégico e também estabelecer bases para reflexão, formulação, implementação e gestão dos planos de ação que possibilitem o desenvolvimento integral para o período de tempo estabelecido (normalmente cinco anos).

A legislação e demais documentos oficiais que estabelecem as diretrizes para a elaboração do PDI não apresentam uma metodologia para sua elaboração ou implementação, oferecendo apenas os elementos que devem constar no documento.

Sendo assim, é necessário a adoção de um método de elaboração do PDI, tendo como base algumas ferramentas existentes no contexto empresarial, como a análise *SWOT*, o *Balanced Scorecard* (BSC), o Planejamento Estratégico Situacional (PES), dentre outras.

2.2.1. O PDI como Proposta Governamental

O PDI tem sua origem na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), e teve seu detalhamento operacional por meio do Decreto nº 3860 de 9 de julho de 2001 (BRASIL, 2001), que introduziu de modo definitivo a figura do PDI como um dos elementos do processo de credenciamento das Instituições de Ensino Superior.

O Parecer CNE/CES nº 1366/2001 (BRASIL, 2001, p. 3) destaca a importância do PDI como manifestação específica e "livre" da instituição, nos seguintes termos: "[...] reforça-se no presente parecer a importância e a relevância do plano de desenvolvimento institucional, que determina a missão de cada instituição e as estratégias que as mesmas livremente elegem para atingir metas e objetivos".

A Resolução nº 10/2002 (BRASIL, 2002), recoloca a posição do PDI, como avaliação institucional, frente ao MEC: de uma dimensão de avaliação entre 11 indicadas no Decreto nº 3860/2001 (BRASIL, 2001), passa a englobar a sua maioria. No artigo 7, é afirmado que "o Plano de Desenvolvimento Institucional, que se constitui em compromisso da instituição com o MEC, é requisito aos atos de credenciamento e credenciamento de instituições de ensino superior e poderá ser exigido também no âmbito das ações de supervisão realizadas pelo SESu/MEC" (BRASIL, 2001, p. 3).

Em junho de 2002, o MEC, através do Sistema de Acompanhamento de Processos das Instituições de Ensino Superior (SAPIEnS/MEC), publicou um documento destinado a servir de referencial para a construção do PDI, pretendendo, com isso, responder dúvidas e questionamentos diversos das IES quanto a sua concepção, forma e conteúdo, desde que foi introduzido como requisito obrigatório para o protocolo de processos de autorização de cursos e de credenciamento de IES. Na realidade, este documento vem sacramentar o enfoque "credencialista" conferido ao PDI na Resolução nº 10/2002 (BRASIL, 2002). Tendo em vista a natureza normativa do documento, ele é uma boa fonte para avaliar o papel que o MEC espera que o PDI desempenhe dentro e fora da instituição universitária. Inicialmente, é assim definido:

O Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI, elaborado para um período de cinco anos, é o documento que identifica a Instituição de Ensino Superior (IES), no que diz respeito à sua filosofia de trabalho, à missão a que se propõe, às diretrizes pedagógicas que orientam suas ações, à sua estrutura organizacional e às atividades acadêmicas que desenvolve e/ou que pretende desenvolver (BRASIL, 2002, p. 2).

Esse tópico talvez suscite a ideia de que o objetivo do PDI é permitir que a instituição possa expressar livremente sua proposta de trabalho. No entanto, analisando um dos pressupostos básicos a ele atribuído, nesse documento, as contradições começam a aparecer, desde a contraposição criatividade/liberdade x eixos temáticos obrigatórios, como destacado:

A construção do PDI poderá se fazer de forma livre, para que a Instituição exerça sua criatividade e liberdade no processo de sua elaboração. Entretanto, os eixos temáticos constantes das instruções a seguir, deverão estar presentes, pois serão tomados como referenciais das análises subsequentes, que se realizarão por comissão designada pela SESu/MEC para este fim (BRASIL, 2002, p. 2).

Ainda no segundo semestre de 2002, em fins da gestão do Ministro da Educação do governo anterior, aumentou a pressão no sentido de estabelecer uma obrigatoriedade geral de credenciamento das universidades e centros universitários que culminou na Resolução CNE/CES nº 23, de 5 de novembro de 2002. No artigo 2º está claramente ratificada a centralidade e abrangência conferida ao PDI como instrumento de planejamento e avaliação:

O credenciamento de universidades e centros universitários deverá ser centrado na avaliação do Plano de Desenvolvimento Institucional — PDI de cada instituição e nos critérios vigentes da avaliação institucional, promovendo-se equilíbrio entre critérios objetivos e subjetivos de avaliação de qualidade, de modo a contemplar agilidade no processo, progressividade nas metas fixadas e eficácia e eficiência nas análises construtivas dos desempenhos institucionais, ao longo de tempos determinados (BRASIL, 2002, p. 2).

Além da centralidade e abrangência, pode-se perceber, claramente, o atrelamento a “critérios vigentes de avaliação institucional”. Esses critérios estão expressos nos Manuais de Avaliação Institucional, anexados ao Parecer nº 267/2002, que tratou da questão do credenciamento de universidades e de centros universitários.

Em dezembro de 2004, a Secretaria de Educação Superior – SESu/MEC publicou as “Diretrizes para Elaboração do PDI”, documento que fornece um roteiro

de apoio às Instituições, com o propósito de auxiliar na construção do PDI. Nele, são elencados os eixos temáticos essenciais que devem estar presentes, ou seja, constam ali as dimensões que serão analisadas pela SESu/MEC e pela SETEC/MEC.

Posteriormente, o Decreto nº 5.773/2006 chama atenção para o fato de o PDI, como instrumento de planejamento estratégico, constituir requisito imprescindível para o reconhecimento e a avaliação de cursos superiores. O Decreto nº 5.773 exige, no art. 15, que o pedido de credenciamento de IES deverá ser instruído, entre outros documentos, com o “plano de desenvolvimento institucional”. E, no art. 16, discrimina os elementos que devem ser contemplados no PDI, entre eles, o “projeto pedagógico da instituição”. Nesse modelo, o PDI absorve o PPI. Conforme o Decreto nº 5.773/2006, o PDI deve conter, pelo menos, os seguintes elementos:

- I – missão, objetivos e metas da instituição, em sua área de atuação, bem como seu histórico de implantação e desenvolvimento, se for o caso;
- II – projeto pedagógico da instituição;
- III – cronograma de implantação e desenvolvimento da instituição e de cada um de seus cursos, especificando a programação de abertura de cursos, o aumento de vagas, a ampliação das instalações físicas e, quando for o caso, a previsão de abertura dos cursos fora de sede;
- IV – organização didático-pedagógica da instituição, com indicação de número de turmas previstas por curso, número de alunos por turma, locais e turnos de funcionamento e eventuais inovações consideradas significativas, especialmente quanto à flexibilidade dos componentes curriculares, oportunidades diferenciadas de integralização do curso, atividades práticas e estágios, desenvolvimento de materiais pedagógicos e incorporação de avanços tecnológicos;
- V – perfil do corpo docente, indicando requisitos de titulação, experiência no magistério superior e experiência profissional não-acadêmica, bem como os critérios de seleção e contratação, a existência de plano de carreira, o regime de trabalho e os procedimentos para substituição eventual dos professores do quadro;
- VI – organização administrativa da instituição, identificando as formas de participação dos professores e alunos nos órgãos colegiados responsáveis pela condução dos assuntos acadêmicos e os procedimentos de autoavaliação institucional e de atendimento aos alunos;
- VII – infraestrutura física e instalações acadêmicas, especificando:
 - a) com relação à biblioteca: acervo de livros, periódicos acadêmicos e científicos e assinaturas de revistas e jornais, obras clássicas, dicionários e enciclopédias, formas de atualização e expansão, identificando sua correlação pedagógica com os cursos e programas previstos; vídeos, DVD, CD, CD-ROMS e assinaturas eletrônicas; espaço físico para estudos e horário de funcionamento, pessoal técnico administrativo e serviços oferecidos;
 - b) com relação aos laboratórios: instalações e equipamentos existentes e a serem adquiridos, identificando sua correlação pedagógica com os cursos e programas previstos, os recursos de informática disponíveis, informações concernentes à relação equipamento/aluno; e descrição de inovações tecnológicas consideradas significativas; e
 - c) plano de promoção de acessibilidade e de atendimento prioritário, imediato e diferenciado às pessoas portadoras de necessidades educacionais especiais ou com mobilidade reduzida, para utilização, com segurança e

autonomia, total ou assistida, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos serviços de transporte, dos dispositivos, sistemas e meios de comunicação e informação, serviços de tradutor e intérprete da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS;
VIII – oferta de educação a distância, sua abrangência e polos de apoio presencial;
IX – oferta de cursos e programas de mestrado e doutorado; e
X – demonstrativo de capacidade e sustentabilidade financeiras (BRASIL, 2006).

A Lei do SINAES dispõe, no art. 2º, que a avaliação institucional interna, desenvolvida pela própria IES, e externa, realizada pelo MEC, contemplará, obrigatoriamente, a análise global e integrada das dimensões, estruturas, relações, compromisso social, atividades, finalidades e responsabilidades sociais das IES e de seus cursos. Os resultados dessa avaliação constituirão referencial básico dos processos de regulação e supervisão da educação superior (Credenciamento e reconhecimento institucional e autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos de graduação). O art. 3º estabelece que serão avaliadas, pelo menos, as seguintes dimensões:

- I. a missão e o plano de desenvolvimento institucional;
- II. a política para o ensino, a pesquisa, a pós-graduação, a extensão e as respectivas formas de operacionalização, incluídos os procedimentos para estímulo à produção acadêmica, as bolsas de pesquisa, de monitoria e demais modalidades;
- III. a responsabilidade social da instituição, considerada especialmente no que se refere à sua contribuição em relação à inclusão social, ao desenvolvimento econômico e social, à defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural;
- IV. a comunicação com a sociedade;
- V. as políticas de pessoal, as carreiras do corpo docente e do corpo técnico-administrativo, seu aperfeiçoamento, desenvolvimento profissional e suas condições de trabalho;
- VI. organização e gestão da instituição, especialmente o funcionamento e representatividade dos colegiados, sua independência e autonomia na relação com a mantenedora, e a participação dos segmentos da comunidade universitária nos processos decisórios;
- VII. infraestrutura física, especialmente a de ensino e de pesquisa, biblioteca, recursos de informação e comunicação;
- VIII. planejamento e avaliação, especialmente os processos, resultados e eficácia da autoavaliação institucional;
- IX. políticas de atendimento aos estudantes;
- X. sustentabilidade financeira, tendo em vista o significado social da continuidade dos compromissos na oferta da educação superior.

O Decreto nº 9.235/2017, de 15/12/2017, dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação das instituições de educação superior e dos cursos superiores de graduação e de pós-graduação no sistema federal de

ensino e revoga o Decreto nº 5.773/2006, de 09/05/2006. Em seu art. 21, estabelece que, observada a organização acadêmica da instituição, o PDI deve contemplar, no mínimo, os seguintes elementos:

I - missão, objetivos e metas da instituição em sua área de atuação e seu histórico de implantação e desenvolvimento, se for o caso;

II - projeto pedagógico da instituição, que conterà, entre outros, as políticas institucionais de ensino, pesquisa e extensão;

III - cronograma de implantação e desenvolvimento da instituição e de cada um de seus cursos, com especificação das modalidades de oferta, da programação de abertura de cursos, do aumento de vagas, da ampliação das instalações físicas e, quando for o caso, da previsão de abertura de campus fora de sede e de polos de educação a distância;

IV - organização didático-pedagógica da instituição, com a indicação de número e natureza de cursos e respectivas vagas, unidades e campus para oferta de cursos presenciais, polos de educação a distância, articulação entre as modalidades presencial e a distância e incorporação de recursos tecnológicos;

V - oferta de cursos e programas de pós-graduação *lato* e *stricto sensu*, quando for o caso;

VI - perfil do corpo docente e de tutores de educação a distância, com indicação dos requisitos de titulação, da experiência no magistério superior e da experiência profissional não acadêmica, dos critérios de seleção e contratação, da existência de plano de carreira, do regime de trabalho, dos procedimentos para substituição eventual dos professores do quadro e da incorporação de professores com comprovada experiência em áreas estratégicas vinculadas ao desenvolvimento nacional, à inovação e à competitividade, de modo a promover a articulação com o mercado de trabalho;

VII - organização administrativa da instituição e políticas de gestão, com identificação das formas de participação dos professores, tutores e estudantes nos órgãos colegiados responsáveis pela condução dos assuntos acadêmicos, dos procedimentos de autoavaliação institucional e de atendimento aos estudantes, das ações de transparência e divulgação de informações da instituição e das eventuais parcerias e compartilhamento de estruturas com outras instituições, demonstrada a capacidade de atendimento dos cursos a serem ofertados;

VIII - projeto de acervo acadêmico em meio digital, com a utilização de método que garanta a integridade e a autenticidade de todas as informações contidas nos documentos originais;

IX - infraestrutura física e instalações acadêmicas, que especificará:

a) com relação à biblioteca:

1. acervo bibliográfico físico, virtual ou ambos, incluídos livros, periódicos acadêmicos e científicos, bases de dados e recursos multimídia;

2. formas de atualização e expansão, identificada sua correlação pedagógica com os cursos e programas previstos; e

3. espaço físico para estudos e horário de funcionamento, pessoal técnico-administrativo e serviços oferecidos; e

b) com relação aos laboratórios: instalações, equipamentos e recursos tecnológicos existentes e a serem adquiridos, com a identificação de sua correlação pedagógica com os cursos e programas previstos e a descrição de inovações tecnológicas consideradas significativas;

X - demonstrativo de capacidade e sustentabilidade financeiras;

XI - oferta de educação a distância, especificadas:

a) sua abrangência geográfica;

b) relação de polos de educação a distância previstos para a vigência do PDI;

- c) infraestrutura física, tecnológica e de pessoal projetada para a sede e para os polos de educação a distância, em consonância com os cursos a serem ofertados;
- d) descrição das metodologias e das tecnologias adotadas e sua correlação com os projetos pedagógicos dos cursos previstos; e
- e) previsão da capacidade de atendimento do público-alvo (BRASIL, 2006).

Verifica-se que tanto nos processos de avaliação pelo SINAES, quanto nos de regulação, o PPI e o PDI são exigidos e avaliados. O Quadro a seguir apresenta uma síntese sobre a legislação pertinente ao PDI:

Quadro 1: Síntese da Legislação sobre o PDI

Legislação	Objeto	Artigo	Influência no PDI
Portaria MEC nº 1.466/2001, de 12/07/2001	Autorização de cursos fora de sede.	art. 4º	Pedidos de autorização devem ter como documentação o PDI, dentre outros.
Resolução CNE/CES nº 10, de 2002	Dispõe sobre o credenciamento, transferência de manutenção, estatutos e regimentos de IES, autorização de cursos de graduação, reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos superiores, normas e critérios para a supervisão do ensino superior do Sistema Federal de Ensino Superior.	art. 6º e art. 7º	O PDI deve ser desenvolvido conjuntamente entre a mantenedora e a mantida; apresenta a listagem dos documentos que devem ser incluídos no PDI; coloca o PDI como requisito aos atos de credenciamento e reconhecimentos das IES; pode ser exigido no âmbito das ações de supervisão realizadas pela SESu/MEC; deve sofrer aditamento no caso de modificações.
Portaria MEC nº 7/2004, de 19/03/2004	Aditamentos por modificações no PDI.	art. 1º	Alterações devem ser atualizadas no Sistema SAPIENS em virtude de inclusão e exclusão de cursos, ensejando alterações no PDI.
Portaria nº 2.051/2004, de 09/07/2004	Regulamenta os procedimentos de avaliação do SINAES.	art. 15	As comissões externas de avaliação das IES devem examinar, entre outros documentos, o PDI.
Decreto nº 5.224/2004, de 01/10/2004	Dispõe sobre a organização dos CEFETs que se tornaram IFs (Institutos Federais).	art. 17 e art. 21	O credenciamento dos IFs fica condicionado à apresentação do PDI e a indicadores institucionais de desempenho.
Portaria MEC nº 4.361/2004, de 29/12/2004	Protocolo de processos junto ao SAPIENS.	art. 1º, art. 3º e art. 14	Exigência do PDI para o credenciamento e reconhecimentos das IES; PDI e seus aditamentos.
Decreto nº 5.622/2005, de 19/12/2005	Regulamenta o art. 80 da LDB.	art. 12 e art. 26	Exigência do PDI para pedidos de credenciamento das IES; necessidade de constar no PDI vínculos para a oferta de cursos e programas a distância em bases territoriais múltiplas.
Decreto nº 5.773/2006, de 09/05/2006	Dispõe sobre a supervisão e avaliação das IES e seus cursos.	art. 15 e art. 16	PDI como documento obrigatório nos processos de credenciamento e reconhecimentos; apresenta os elementos que devem constar no PDI.
Portaria Normativa MEC nº 2/2007, de 10/01/2007	Regulação e avaliação da educação superior na modalidade a distância.	art. 3º	Os cursos EAD ofertados pelas IES devem estar previstos no PDI por ocasião do credenciamento.
Portaria Normativa nº 40/2007, de 12/12/2007	Institui o e-MEC.	art. 2º, art. 15, art. 26, art. 46, art. 57 e art. 59	Análise do PDI pela comissão de avaliação externa nas visitas in loco; necessidade do curso a ser autorizado constar no PDI; exigência do PDI para os pedidos de credenciamento EAD; mudanças no PDI devem tramitar como aditamento ao ato de credenciamento ou reconhecimentos; os pedidos de credenciamento de campus fora de sede envolvem mudanças no PDI.
Resolução CNE/CES nº 3/2010, de 14/10/2010	Regulamenta o art. 52 da LDB e dispõe sobre normas e procedimentos para o credenciamento e reconhecimentos de Universidades do Sistema Federal de Ensino.	art. 3º e art. 6º	O credenciamento como Universidade deve considerar a compatibilidade do PDI e do Estatuto com a categoria administrativa de Universidade, além de destacar a necessidade

			da inserção, de forma eletrônica, do PDI, dentre outros documentos.
Resolução nº 1/2016, de 11/03/2016	Estabelece diretrizes e normas nacionais para a oferta de programas e cursos de nível superior na modalidade a distância.	art. 2º, art. 5º, art. 6º, art. 7º, art. 9º, art. 10, art. 14, art. 16 e art. 25	Exigência de constar no PDI a modalidade de educação definida pela IES, os polos de EAD e a distinção entre os polos; a expansão de cursos e polos EAD está subordinada aos termos do PDI; nos processos de credenciamento para EAD, as IES devem prever em seu PDI, detalhadamente, as áreas, cursos e programas de educação a distância.
Portaria Normativa nº 11/2017, de 20/06/2017	Estabelece normas para o credenciamento de instituições e a oferta de cursos superiores a distância, em conformidade com o Decreto no 9.057, de 25 de maio de 2017.	art. 1º, art. 2º, art. 4º, art. 7º,	O credenciamento EAD está condicionado à previsão no Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI; os Polos de EAD devem estar previstos no PDI; as formas de cooperação institucional entre as modalidades presencial e a distância deverão estar previstas no PDI e no PPC.
Portaria Normativa nº 19/2017, de 13/12/2017	Dispõe sobre os procedimentos de competência do INEP referentes à avaliação de instituições de educação superior, decursos de graduação e de desempenho acadêmico de estudantes.	art. 6º e art. 15	O formulário eletrônico deve ser preenchido pelas IES em consonância com o PDI; A comissão avaliadora, na visita in loco, deve verificar a exatidão dos dados do PDI.
Decreto nº 9.235/2017, de 15/12/2017	Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação das instituições de educação superior e dos cursos superiores de graduação e de pós-graduação no sistema federal de ensino.	art. 20 e art. 21	Os pedidos de credenciamento e reconhecimentos devem ser instruídos, dentre outros documentos, com o PDI; apresenta os elementos que devem constar no PDI.
Portaria nº 20/2017, de 21/12/2017	Dispõe sobre os procedimentos e o padrão decisório dos processos de credenciamento, reconhecimentos, autorização, reconhecimento e renovação de cursos superiores.	art. 4º e art. 5º	Exigência de conceito igual ou superior a 3(três) nos indicadores referentes ao PDI para deferimento de pedidos de credenciamento e reconhecimentos.
Portaria nº 23/2017, de 21/12/2017	Dispõe sobre o fluxo dos processos de credenciamento e reconhecimentos de instituições de educação superior e de autorização, reconhecimento e renovação de cursos superiores.	art. 26 e art. 62	Nos pedidos de autorização ou reconhecimento, é indispensável que o curso conste no PDI atualizado; os pedidos de unificação de mantidas devem ser instruído no Sistema e-MEC, contendo o PDI.

Fonte: Elaborado pelo autor com base na Legislação existente (2023).

2.2.2. Ferramentas para elaboração do PDI

O PDI é um documento que identifica a IES no que diz respeito à sua filosofia de trabalho, à missão a que se propõe, às diretrizes pedagógicas que orientam suas ações, à sua estrutura organizacional e às atividades acadêmicas que desenvolve e/ou que pretende desenvolver. Em suma, trata-se de um documento que apresenta o planejamento da IES para um período de 5 (cinco) anos.

Existem diversas metodologias e ferramentas que podem ser utilizadas pelos gestores para a elaboração do planejamento estratégico da IES. Considerando as diversas alternativas disponíveis, elencamos a seguir quatro ferramentas que podem ser de grande valia nesse processo: a análise *SWOT*, o *Balanced Scorecard (BSC)*, o Planejamento Estratégico Situacional (PES) e o Canvas.

Amplamente utilizadas atualmente, são ferramentas de gestão estratégica que, se adotadas de forma combinada, são complementares entre si. A análise *SWOT* enfoca no diagnóstico interno e externo, explicitando forças, fraquezas, oportunidades

e ameaças. O *BSC*, por sua vez, visa oferecer o caminho para as IES estruturarem estratégias e objetivos para mensurar o desempenho organizacional. Já o *PES* tem como foco as relações políticas, sociais e econômicas que influenciam no processo de planejamento estratégico. O *Canvas*, não menos importante, permite explicitar o modelo de negócios, por intermédio do qual a IES oferece valor para seu público-alvo. Assim, é possível a adoção de mais de uma ferramenta de forma concomitante, já que cada uma delas contribui de modo diferente e complementar no processo de elaboração de um planejamento estratégico adequado.

2.2.2.1. Análise *SWOT*

A análise *SWOT* foi proposta na década de 60, por Kenneth Andrews e Roland Christensen, então professores da Harvard Business School, com o propósito de ajudar as organizações na elaboração de seus Planejamentos Estratégicos. A análise *SWOT* (*FOFA* em português), permite a identificação de quatro elementos: Forças (*Strengths*), Fraquezas (*Weaknesses*), Oportunidades (*Opportunities*) e Ameaças (*Threats*).

Partindo da categorização de fatores ambientais significativos, tanto internos como externos, a análise *SWOT* possibilita a identificação de competências e formas de atuação no mercado, favorecendo a implementação de estratégias e planos de ação focados no alcance dos objetivos organizacionais (MORRIS, 2005). Por refletir a situação da organização de forma global, é uma ferramenta utilizada para realizar o diagnóstico estratégico, visando a melhoria contínua.

Ainda, a análise *SWOT* apresenta como características um menor custo, a simplicidade, o incentivo à colaboração, a flexibilidade e a integração entre as diversas áreas organizacionais (COLAUTO et al., 2007). Para sua utilização, é necessário entender as variáveis que influenciam as ações dos gestores, de modo a contemplar todos os elementos que compõem a análise quando da elaboração do planejamento estratégico, uma vez que esses elementos devem impactar as ações das organizações (MORRIS, 2005).

O primeiro elemento, força, diz respeito às fortalezas da organização e seu diferencial em relação aos concorrentes. Como se trata de um elemento interno, está sob seu controle. As respostas para algumas perguntas podem facilitar a identificação das forças por parte da instituição, tais como: quais são os recursos mais promissores

da IES? Qual é a sua principal competência? Quais os diferenciais em relação à concorrência?

O segundo componente, fraquezas, também é um elemento interno. Para identificá-las, a IES pode se perguntar: quais são os pontos negativos apontados pela comunidade acadêmica (alunos, professores, pessoal técnico-administrativo)? O que está influenciando negativamente o alcance de bons resultados (acadêmicos, administrativos e econômico-financeiros)? Quais os conceitos obtidos nas avaliações externas são apontados como insatisfatórios?

As oportunidades são forças externas que impactam positivamente a organização. Elas apresentam possibilidades para a organização prosperar. Para identificar as oportunidades que possam existir, a IES pode se questionar: que oportunidades existem no mercado ou em quais ambientes existem benefícios? Houve crescimento recente do mercado ou ocorreram outras mudanças que poderiam gerar oportunidade? Houve mudanças na legislação que podem trazer oportunidades para a IES? Trata-se de uma oportunidade em curso ou durará apenas um curto período de tempo? Há alguma tendência de mercado que pode representar um nicho a ser explorado?

Por sua vez, as variáveis externas que impactam negativamente a organização são chamadas de ameaças; caso a IES não esteja atenta a elas, o planejamento estratégico e os resultados desejados podem ser prejudicados. Como são componentes externos à organização, não é possível de controlá-las, mas a formulação de planos de contingência pode mitigar seus impactos. A identificação das ameaças pode ser feita buscando respostas para questionamentos como: está ocorrendo alguma mudança significativa nos valores das mensalidades dos concorrentes ou na disponibilidade de recursos importantes para a IES? Estão sendo observadas mudanças no comportamento dos alunos, da sociedade, da economia? A legislação e regulamentação do setor sofreu alguma modificação? Quais novas tecnologias ou recursos inovadores estão disponíveis? Quais estão sendo adotadas pelas IES concorrentes?

O foco principal da análise *SWOT* é a implementação de estratégias que visem à manutenção/aumento dos pontos fortes, à diminuição/eliminação dos pontos fracos, ao aproveitamento das oportunidades e à busca de proteção contra eventuais ameaças. A IES deve adotar estratégias específicas caso algum dos elementos

domine os demais, para assegurar sua sobrevivência e permitir seu crescimento (GHEMAWAT, 2000).

2.2.2.2. *Balanced Scorecard (BSC)*

O *BSC* é uma ferramenta de gestão elaborada por Kaplan e Norton, no início da década de 1990 (SILVA, 2009), que apresenta a visão de negócio em um conjunto abrangente de medidas, orientadas para o desempenho futuro (KAPLAN e NORTON, 1996). Bastante usada pelas empresas para avaliar e gerir o desempenho organizacional (BRAAM, e NIJSSEN, 2004), tem como fundamento a utilização de indicadores relativos a diferentes aspectos do negócio (SILVA, 2009). O *BSC* enfatiza quais medidas (financeiras e não financeiras) precisam estar presentes no sistema de avaliação, devendo ser disseminadas em todos os níveis da organização, para permitir o alcance de resultados mais efetivos.

O modelo do *BSC*, a partir da visão e missão estabelecida pelas empresas, decompõe esses elementos em diferentes perspectivas, de acordo com a visão de acionistas, clientes, empregados e outras partes que possam ter interesse na organização, alinhando a linguagem e facilitando o seu entendimento; essas perspectivas proporcionam uma estrutura para o *BSC* por intermédio da qual se pode transpor a estratégia para o operacional. O *BSC* integra medidas para as estratégias de negócio em 4 (quatro) dimensões: financeira, cliente, processos internos e conhecimento e crescimento (KAPLAN e NORTON, 1996).

As métricas e os objetivos utilizados derivam de um processo de cima para baixo, partindo da missão e da estratégia da unidade de negócio, é feito o detalhamento em medidas tangíveis para toda a organização. As métricas representam um balanceamento entre medidas externas (clientes, fornecedores, parceiros de negócio) e internas (processos críticos de negócio, inovação e aprendizado, crescimento), assim como medidas de resultado (decorrentes de esforços passados) e medidas que direcionam o desempenho futuro (KAPLAN e NORTON, 1996). As quatro áreas críticas do *BSC* são caracterizadas a seguir:

a) Perspectiva do cliente - para escolher as medidas representativas desta área, a organização deve identificar seu cliente-alvo/segmento de mercado e suas demandas e expectativas com relação à empresa, de forma a propor valor para servi-los, ou seja, elaborar uma estratégia para criar valor e diferenciação do ponto de vista do cliente. A organização deve desenvolver

direcionadores de desempenho que lidarão com a melhoria desses indicadores e com o alinhamento das expectativas de ambos os lados. Normalmente, serão escolhidas medidas que incluem, por exemplo, satisfação do consumidor, lealdade desse consumidor, fatia de mercado (*market share*), taxas de retenção e entrada de novos clientes.

b) Perspectiva dos processos internos - são identificados e mensurados os processos chaves que a empresa deve executar com excelência (custo, qualidade e tempos de ciclo), de forma a continuar agregando valor para os clientes e, conseqüentemente, para seus acionistas. Ademais, estão incluídas nessa perspectiva medidas de processos de inovação que criam novos produtos e serviços. É importante definir as prioridades estratégicas para os vários processos internos, de forma a satisfazer tanto o cliente quanto o *shareholder*. As informações obtidas na perspectiva anterior irão possibilitar a identificação e o delineamento dos processos chaves para satisfazer às necessidades do cliente, bem como o desenvolvimento das melhores medidas e objetivos que levem à melhoria desses processos ou, até mesmo, à implementação de novos.

c) Perspectiva de aprendizagem e crescimento - as medidas dessa perspectiva são as habilitadoras para as outras três perspectivas. Por isso, representam a base sobre a qual o *BSC* está construído. Faz-se necessária a definição de elementos que criem um clima que apoie a mudança, a inovação e o crescimento organizacional. Aqui, são identificadas as medidas que auxiliam a empresa a solucionar problemas relacionados aos capitais humano, informacional e organizacional. As medidas típicas dessa perspectiva estão relacionadas com a motivação dos funcionários, retenção, capacidades e alinhamento, bem como com capacidades dos sistemas de informação e disponibilidade de informação.

d) Perspectiva financeira - representa um componente crítico no *BSC*, uma vez que se deve delinear a estratégia para o crescimento, a lucratividade e os riscos sob a perspectiva do *shareholder*. Os objetivos e as métricas escolhidos devem revelar se a execução da estratégia traçada está levando a melhorias nos resultados financeiros da organização. Além disso, essa perspectiva serve como foco para os objetivos e as medidas em todas as outras perspectivas. Podem estar incluídas aqui métricas relacionadas a lucratividade, crescimento da receita, aumento da produtividade e melhoria no uso de ativos (KAPLAN e NORTON, 1996; KAPLAN, 2001; KAPLAN e NORTON, 2001).

O *BSC*, vai além de um sistema tático ou operacional de mensuração, ele pode ser usado como um sistema de gerenciamento estratégico, permitindo a gestão das estratégias organizacionais a longo prazo (KAPLAN e NORTON, 1996). Isso porque, para cada uma das perspectivas, é necessária a definição dos seus respectivos objetivos, ações e indicadores, que são voltados para medir a evolução da organização em cada uma delas (SILVA, 2009).

Kaplan (2001) destaca que as iniciativas são meios e não fins, pois devem ajudar as organizações a alcançarem objetivos estratégicos. A mensuração da estratégia e do desempenho deve ter como foco principal os resultados que a organização pretende alcançar, e não as iniciativas ou programas que estão sendo implementados.

2.2.2.3. Planejamento Estratégico Situacional (PES)

O Planejamento Estratégico Situacional (PES) foi proposto por Carlos Matus no final da década de 1970, com o objetivo de suplantar a ótica por vezes determinística e superficial de algumas abordagens tradicionais de planejamento. A fim de não desprezar alguns aspectos importantes da realidade, Matus buscou uma abordagem mais holística (HUERTAS, 1995). Esse método constitui um ramo do planejamento estratégico que envolve o jogo político, social e econômico, por meio da gestão dos conflitos e da cooperação dos atores envolvidos na rede. Dessa forma, possibilita trabalhar a complexidade dos problemas sociais, capacidade esta que não é comumente encontrada nas metodologias tradicionais (DIAS, 2012).

Ao proporcionar a integração da análise política e da análise técnica em uma metodologia centralizada na cooperação ativa entre os atores, o PES rompe com distintos atributos do planejamento tradicional (MATUS, 2007). É um modelo indicado para organizações públicas ou para qualquer organização onde o lucro não seja a finalidade e o jogo político esteja presente.

Independentemente da metodologia designada, qualquer planejamento tem como objetivo reunir uma quantidade suficiente de informações e de conhecimento acerca da realidade para direcionamento de ações em um dado horizonte temporal (AZANHA, 1993). Assim, pode ser considerado razoável prever as possíveis formas de alteração, caso indesejadas, construindo objetivos compatíveis com a instituição. O modelo PES, apresenta 3 (três) características principais: (i) o modo de reunir as informações (subjetividade); (ii) a forma de prever as alterações futuras (futuro incerto) e (iii) a concepção de realidade indesejada (plano-proposta) (RIEG e ARAÚJO FILHO, 2002).

Uma crítica de Matus (1997) aos métodos tradicionais de planejamento diz respeito ao fato de serem centralizados em um único indivíduo, geralmente externo à realidade analisada. Em contrapartida, sugere um modelo de diagnóstico interativo e situacional, a partir do qual todos os atores envolvidos são convidados a construí-lo, a fim de possibilitar a incorporação das demandas e necessidades de cada ator, bem como suas respectivas responsabilidades ante os problemas e soluções (TEIXEIRA, 2004).

2.2.2.4. CANVAS

O Canvas é uma ferramenta estratégica de gestão e empreendedorismo que ajuda o gestor na descrição, desenho e articulação do seu modelo de negócio ou, de forma simplificada, que permite a descrição da lógica adotada pela organização para a geração de receita (LOBOSCO et al., 2015). Entende-se por modelo de negócio a maneira utilizada pela organização para realizar seu negócio; é a transposição das questões e objetivos estratégicos para um modelo conceitual que explicita como o negócio funciona (OSTERWALDER, PIGNEUR e TUCCI, 2005).

O modelo de negócio Canvas proporciona benefícios ao facilitar conceituações de novos espaços de projeto, mapear relações complexas entre os diversos atores participantes do processo, identificar estruturas de agregação de valor e abordar os serviços pela ótica dos clientes e do prestador dos serviços. Adicionalmente, o Canvas apresenta como vantagem permitir a comunicação visual dos elementos fundamentais para o modelo de negócios proposto, viabilizando melhor compreensão do negócio da empresa e maior eficiência na elaboração do plano de negócios, do planejamento estratégico e demais planos de ação. Dessa forma, essa ferramenta constitui um importante instrumento de comunicação que facilita o entendimento pelos públicos interno e externo (GABRICH, 2015).

O Canvas baseia-se em nove componentes básicos, que contemplam quatro áreas principais de qualquer negócio: clientes, oferta, infraestrutura e viabilidade financeira. Esses elementos procuram evidenciar a lógica de como uma organização gera valor (OSTERWALDER e PIGNEUR, 2011; BONAZZI e MEIRELLES, 2015).

O modelo de negócio Canvas funciona como uma ponte que conecta recursos à estratégia, alinhando esses aspectos para converter as estratégicas em atividades (ROCHA e MEIRELLES, 2014). Para a gestão de um campus universitário, o modelo precisa ser modificado para melhor se adequar às necessidades das IES, tais como uma estrutura mais específica e a inclusão de medidas com valor concreto.

Cabe destacar a importância da IES, ao elaborar seu PDI, considerar como princípios a clareza e a objetividade do texto, tal como a coerência, de maneira a expressar a adequação entre todos os seus elementos, e a factibilidade, a fim de demonstrar a viabilidade do seu cumprimento integral. Além disso, tais princípios trabalham em favor de simplificar a identificação e o monitoramento da realização das metas institucionais estabelecidas. Os eixos temáticos propostos pela legislação

devem estar todos presentes, uma vez que serão tomados como referenciais das análises subsequentes por parte do MEC.

2.2.3. Os Planos de Desenvolvimento Institucional das IES

Os planos de desenvolvimento institucionais das IES (Instituições de Ensino Superior) estão previstos nas Portarias Normativas do Ministério da Educação (MEC) nº 2/2018 e nº 20/2019.

A Portaria Normativa MEC nº 2/2018 estabelece as diretrizes para a elaboração do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) das IES, com o objetivo de garantir a qualidade e a efetividade da gestão acadêmica e administrativa dessas instituições.

Já a Portaria Normativa MEC nº 20/2019 dispõe sobre os procedimentos de supervisão e acompanhamento das IES e de seus respectivos PDIs, a fim de garantir a adequação das instituições às normas e diretrizes do MEC e o cumprimento de suas responsabilidades institucionais.

Ambas as portarias são importantes referências para as IES na elaboração e implementação de seus planos de desenvolvimento institucional, visando à melhoria contínua da qualidade do ensino superior no Brasil.

As etapas do PDI são estabelecidas pela Portaria Normativa MEC nº 2/2018 e incluem as seguintes fases:

- a) Constituição da Comissão Elaboradora do PDI: A primeira etapa é a formação da comissão responsável pela elaboração do PDI, que deve ser composta por representantes dos diferentes segmentos da instituição, incluindo professores, técnicos administrativos e estudantes.
- b) Análise da situação atual da instituição: Nesta fase, é feita uma análise da situação atual da instituição, considerando suas potencialidades, fragilidades, oportunidades e ameaças.
- c) Definição da missão, visão e valores da instituição: Com base na análise realizada, a instituição deve definir sua missão, visão e valores, que irão nortear a elaboração do PDI.
- d) Definição dos objetivos estratégicos: Nesta etapa, são definidos os objetivos estratégicos da instituição, que deverão ser alcançados no

período de vigência do PDI.

- e) Definição das metas e indicadores: Para cada objetivo estratégico, são estabelecidas metas a serem atingidas e indicadores que permitirão medir o progresso alcançado.
- f) Identificação das ações estratégicas: Com base nos objetivos, metas e indicadores definidos, são identificadas as ações estratégicas necessárias para alcançar os resultados pretendidos.
- g) Estabelecimento do cronograma de implantação: Nesta fase, é definido o cronograma de implantação das ações estratégicas, com a previsão de prazos, responsabilidades e recursos necessários para sua execução.
- h) Elaboração do documento final: Por fim, todas as informações e dados levantados ao longo das etapas anteriores são reunidos em um documento final, que deve ser submetido à aprovação dos órgãos competentes da instituição e do Ministério da Educação.

O Ministério da Educação (MEC) avalia o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) das Instituições de Ensino Superior (IES) a cada ciclo de avaliação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES).

O PDI é avaliado quanto ao seu conteúdo e cumprimento das normas e diretrizes estabelecidas pelo MEC. A avaliação é realizada por meio da análise do Relatório de Avaliação da Comissão Própria de Avaliação (CPA) da instituição, que deve ser elaborado anualmente.

Além disso, o MEC também pode realizar visitas in loco para avaliar a implementação das ações previstas no PDI e verificar se a instituição está cumprindo as normas e diretrizes estabelecidas.

É importante destacar que o PDI é um documento fundamental para o desenvolvimento e aprimoramento das IES, e sua avaliação pelo MEC tem como objetivo garantir a qualidade do ensino superior no país e a melhoria contínua das instituições.

As exigências para criação, reconhecimento e autorização de funcionamento de uma Universidade, de um Centro Universitário e de uma Faculdade são diferentes, e estão estabelecidas na legislação brasileira.

De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), as Faculdades são instituições de ensino superior que oferecem cursos de graduação em áreas específicas do conhecimento. Já os Centros Universitários são instituições

de ensino superior que, além de oferecer cursos de graduação, também podem oferecer cursos de pós-graduação *lato sensu* (especializações) e *stricto sensu* (mestrado e doutorado).

Em relação às exigências para criação e autorização de funcionamento, as Faculdades precisam cumprir uma série de requisitos, como a apresentação de um projeto pedagógico para cada curso, a oferta de infraestrutura adequada e a qualificação do corpo docente. Já os Centros Universitários precisam cumprir esses mesmos requisitos, além de comprovar um mínimo de três cursos de mestrado reconhecidos pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

No que diz respeito ao reconhecimento dos cursos, as Faculdades e os Centros Universitários estão sujeitos a avaliações periódicas do Ministério da Educação (MEC), que verificam a qualidade dos cursos oferecidos e a adequação às normas e diretrizes estabelecidas pelo órgão.

Em síntese, as exigências para criação, reconhecimento e autorização de funcionamento de um Centro Universitário são mais rigorosas do que as exigências para uma Faculdade, uma vez que o primeiro tem a possibilidade de oferecer cursos de pós-graduação *stricto sensu*. No entanto, ambas as instituições estão sujeitas a avaliações periódicas do MEC, para garantir a qualidade do ensino superior no país.

A Portaria nº 1.428/2019, que instituiu a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA), não trata exclusivamente dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), mas estabelece diretrizes gerais para a implementação da Educação Ambiental nas instituições de ensino do país, o que inclui a inclusão dos ODS nos projetos pedagógicos das Instituições de Ensino Superior (IES).

De acordo com a Portaria, a Educação Ambiental deve ser entendida como uma prática educativa que busca sensibilizar e conscientizar a população sobre a importância da preservação e conservação do meio ambiente, visando à sustentabilidade socioambiental. Nesse sentido, a Educação Ambiental deve estar presente em todos os níveis e modalidades de ensino, incluindo as IES.

Em relação aos ODS, a Portaria destaca a importância da integração desses objetivos aos projetos pedagógicos das IES, como forma de promover a formação de profissionais comprometidos com a sustentabilidade e capazes de contribuir para o desenvolvimento sustentável do país. A inclusão dos ODS nos projetos pedagógicos

das IES deve ser feita de forma transversal, ou seja, integrada a todas as áreas do conhecimento e não apenas em disciplinas específicas.

Além disso, a Portaria também estabelece a necessidade de ações integradas entre as IES e outras instituições e órgãos da sociedade, visando à implementação da Educação Ambiental e a promoção dos ODS. Essas ações podem incluir projetos de pesquisa, extensão e cooperação técnica, bem como a realização de eventos e campanhas de conscientização.

Isto posto, a Portaria nº 1.428/2019 estabelece diretrizes gerais para a implementação da Educação Ambiental nas instituições de ensino do país, o que inclui a inclusão dos ODS nos projetos pedagógicos das IES. A inclusão dos ODS deve ser feita de forma transversal, integrada a todas as áreas do conhecimento, e deve ser acompanhada de ações integradas entre as IES e outras instituições e órgãos da sociedade.

3 MATERIAL E MÉTODOS

O presente trabalho é de caráter exploratório. Esse tipo de estudo objetiva obter maior familiaridade com o fenômeno pesquisado para conhecer de forma mais ampla suas implicações práticas (GIL, 1991). O corte ocorreu de forma transversal em 2023, sem considerar a evolução dos dados no tempo.

Os dados de fonte primárias foram coletados por meio de um questionário. Já os dados secundários foram retirados de bibliografia científica, sites governamentais e legislações.

O instrumento de coleta de dados foi um questionário com nove questões de múltipla escolha, encaminhado via *Google Forms*.

Quanto a população pesquisada, foram escolhidos os Centros Universitários do Estado do Paraná, considerando que no Brasil, o Ministério da Educação (MEC) reconhece Universidades, Centros Universitários e Faculdades como instituições de ensino superior diferentes, com características específicas e critérios de avaliação distintos.

De acordo com o MEC, as Faculdades são instituições que oferecem cursos de graduação, presenciais ou a distância, em uma ou mais áreas de conhecimento específicas. Já as Universidades e Centros Universitários são instituições que

possuem um leque mais amplo de cursos de graduação, além de programas de pós-graduação e extensão, abrangendo diversas áreas do conhecimento.

Outra diferença importante é que, enquanto as Faculdades possuem foco no ensino e na formação profissional, os Centros Universitários apresentam uma missão mais ampla, que inclui também a pesquisa e a extensão universitária, distinguindo das Universidades no que diz respeito à obrigatoriedade da oferta de pós-graduação *stricto sensu*.

O MEC também estabelece critérios específicos para a criação e funcionamento de Faculdades e Centros Universitários, levando em conta aspectos como a estrutura organizacional, a oferta de cursos, a qualificação do corpo docente e a infraestrutura disponível. O processo de avaliação e reconhecimento dessas instituições é realizado de forma periódica pelo MEC, por meio do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES).

O SINAES (Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior) avalia de forma diferente os Centros Universitários e as Faculdades, considerando suas especificidades e missões institucionais. A avaliação das Faculdades pelo SINAES tem como foco principal a verificação da qualidade dos cursos de graduação oferecidos, levando em conta aspectos como a infraestrutura física, a organização didático-pedagógica, a formação do corpo docente, o desempenho dos estudantes e o impacto social das atividades da instituição. Já a avaliação dos Centros Universitários é mais ampla, abrangendo não apenas os cursos de graduação, mas também os programas de pós-graduação e as atividades de pesquisa e extensão. Além disso, o SINAES leva em consideração a diversidade e a abrangência da oferta de cursos, bem como a qualidade dos serviços prestados pela instituição à comunidade acadêmica e à sociedade em geral.

Cabe destacar que tanto os Centros Universitários quanto as Faculdades são avaliados pelo SINAES de forma periódica, com o objetivo de garantir a qualidade da educação superior oferecida no país e promover a melhoria contínua das instituições. No Estado do Paraná há uma outra particularidade a ser considerada, um número significativo de Universidades são Instituições Estaduais, não subordinadas ao Sistema Federal de Ensino e, portanto, não avaliadas de acordo com o SINAES.

Dessa forma, para evitar distorções na comparação entre as IES, optou-se por incluir na amostra apenas os Centros Universitários, que no Paraná totalizam 37

Instituições de Ensino Superior. Como público-alvo para responder o questionário foram selecionados os 37 gestores de cada IES.

Os dados foram tratados por estatística simples, com uso de distribuição de frequência, de acordo com as respostas aos questionários, e analisados descritivamente.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Dos 37 Planos de Desenvolvimento Institucional (PDI) dos Centros Universitários 30 (81,1%) foram disponibilizados para a análise pelas IES e dos 37 questionários enviados aos gestores, 26 (70,3%) retornaram.

4.1. ANÁLISE DO PDI DAS IES

A fim de verificar se os PDI dos Centros Universitários que compõem a amostra contemplam os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) estabelecidos pela Organização das Nações Unidas (ONU), foram seguidos os seguintes passos:

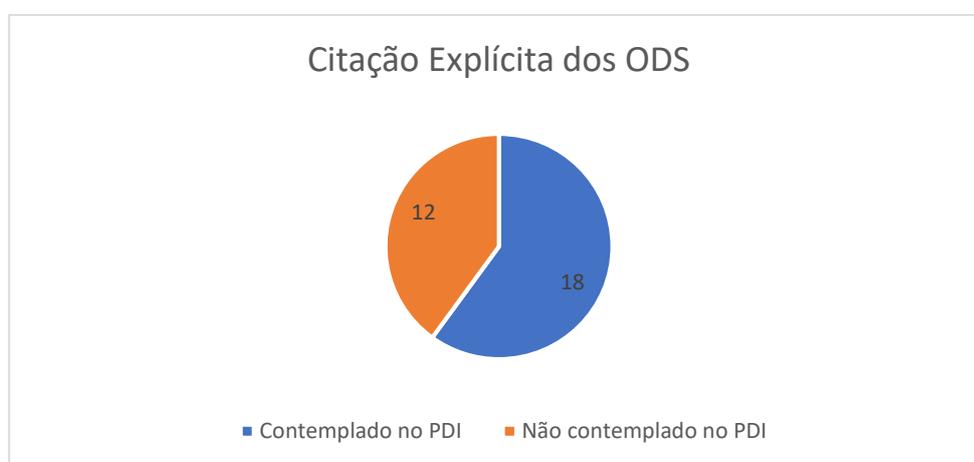
- a) Verificar se há menção explícita aos ODS no PDI das IES;
- b) Verificar se o PDI das IES tem objetivos e metas relacionados aos ODS;
- c) Verificar se as estratégias e ações propostas pelas IES em seu PDI apresentam relação com os ODS;
- d) Verificar a existência de indicadores de monitoramento para avaliar o progresso das ações relacionadas aos ODS;
- e) Verificar se o PDI das IES menciona a existência de parcerias ou cooperações com Organizações para trabalhar temas relacionados aos ODS;
- f) Verificar se há temas transversais no PDI das IES que se relacionam com os ODS.

Na sequência são apresentados os resultados obtidos em cada um dos critérios de análise.

4.1.1. Verificação da menção explícita aos ODS

A análise dos documentos permitiu identificar que, mesmo sendo de alguma forma tratados no PDI, os ODS não se encontram explicitamente mencionados na totalidade da amostra estudada. Dentre os 30 PDI's analisados, os ODS são explicitamente citados em 18 (60%) documentos, embora tenham sido encontradas relações implícitas nos outros 12 (40%) documentos.

Gráfico 1 – Citação Explícita dos ODS nos PDI's das IES



Fonte: PDI's analisados, (2023).

A menção explícita aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) nos Planos de Desenvolvimento Institucional (PDI) das Instituições de Ensino Superior (IES) é importante por diversas razões.

Em primeiro lugar, demonstra que a instituição está comprometida com a Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU) e que reconhece a importância de contribuir para o alcance dos ODS. Isso pode ser um fator importante na construção da reputação da instituição e no fortalecimento de sua imagem junto à comunidade acadêmica e da sociedade em geral.

Além disso, a citação explícita dos ODS no PDI pode ser um indicador de que a instituição está alinhada com as demandas da sociedade e do mercado de trabalho, e que está trabalhando para formar profissionais capazes de contribuir para o desenvolvimento sustentável.

Para Caponi (2021, p. 16), “os estudos relacionados ao ensino da Educação Ambiental são carentes na prática de rotina de sala de aula, tornando-se uma lacuna

de estudos, tendo a Agenda 2030 e os ODS, mais especificamente o ODS4, em que a educação deve promover oportunidades de aprendizagem integrativa”.

Assim, mencionar explicitamente os ODS no PDI pode auxiliar a instituição a definir suas prioridades e estratégias de forma mais clara e objetiva, facilitando o planejamento e o monitoramento de suas ações. Ainda, pode contribuir para um uso mais eficiente dos recursos e para um maior impacto das iniciativas desenvolvidas pela instituição em prol do desenvolvimento sustentável.

4.1.2. Verificação da existência de objetivos e metas relacionadas aos ODS

Embora não tenha sido encontrada a menção explícita aos ODS na totalidade dos PDI's analisados, verificou-se que todas as IES apresentam, em maior ou menor número, objetivos e metas que se relacionam com os ODS.

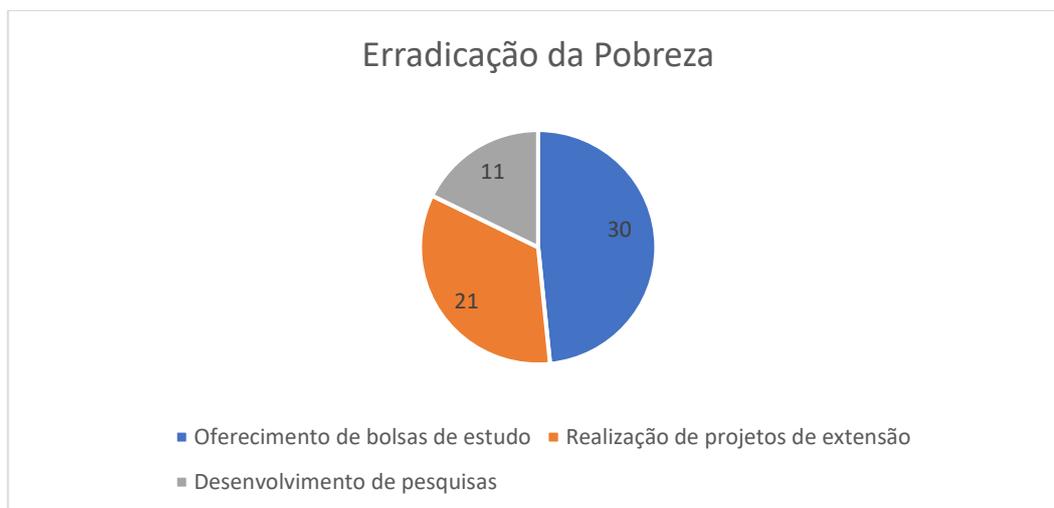
Para a quantificação dos objetivos e metas relacionadas aos ODS, as menções encontradas foram agrupadas em descrições genéricas, que permitiram agrupar as diferentes formas de redação adotadas pelas IES em seu PDI. Essas descrições, apresentadas a seguir, podem ser consideradas categorias, nas quais foram enquadrados os objetivos e metas identificados na análise dos documentos.

4.1.2.1 Objetivos e metas para a erradicação da pobreza

Em relação à ODS 01 – erradicação da pobreza, foram encontrados nos PDI's analisados, objetivos e metas enquadradas nas seguintes categorias:

- a) O oferecimento de bolsas de estudo e auxílio financeiro para estudantes de baixa renda a fim de promover a igualdade de oportunidades de acesso à educação superior, encontrados em 30 (100%) PDI's;
- b) A realização de projetos de extensão voltados para a capacitação e geração de renda para comunidades em situação de pobreza, encontrados em 21 (70%) PDI's;
- c) O desenvolvimento de pesquisas voltadas para soluções inovadoras e acessíveis para combate à pobreza, presentes em 11 (36,7%) PDI's.

Gráfico 2 - Objetivos e Metas relacionados ao ODS 01 – Erradicação da Pobreza



Fonte: PDI's analisados, (2023).

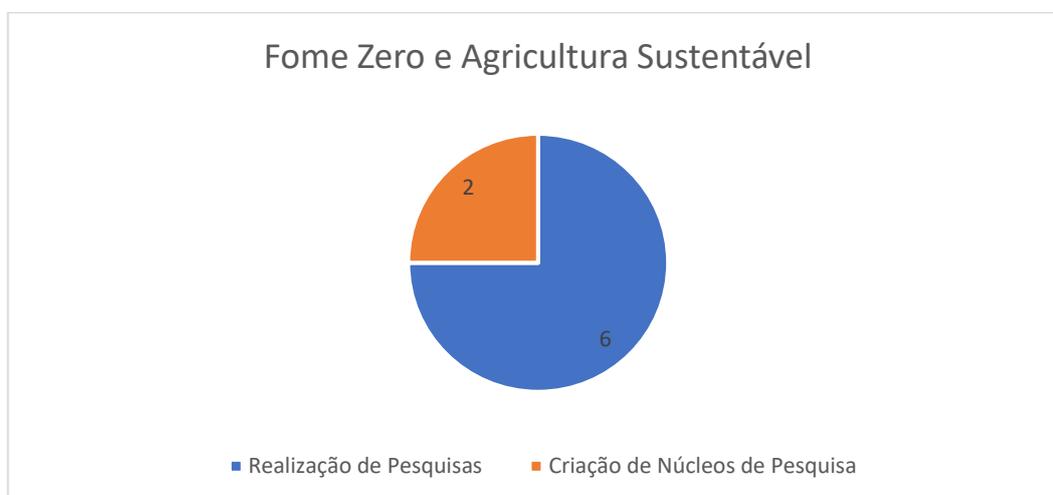
Considerando que a responsabilidade social das IES é uma das dimensões do SINAES no processo de avaliação conduzido pelo Ministério da Educação, a existência de objetivos e metas relacionadas ao ODS 01 – erradicação da pobreza, como esperado, foi constatada na totalidade dos PDI's das IES analisadas, que demonstram uma preocupação legítima com a melhoria da qualidade de vida da população do seu entorno e da sociedade em geral.

4.1.2.2 Objetivos e metas para a fome zero e agricultura sustentável

Quanto ao ODS 02 - fome zero e agricultura sustentável, foi identificada em alguns PDI a existência de objetivos e metas que se enquadram nas seguintes categorias:

- a) Realização de pesquisas na área de agricultura sustentável, encontrados em 6 (20%) PDI's;
- b) Criação de núcleos de pesquisa e extensão em agroecologia, presentes em 2 (6,7%) PDI's.

Gráfico 3 – Objetivos e Metas relacionados ao ODS 02 – Fome Zero e Agricultura Sustentável



Fonte: PDI's analisados, (2023).

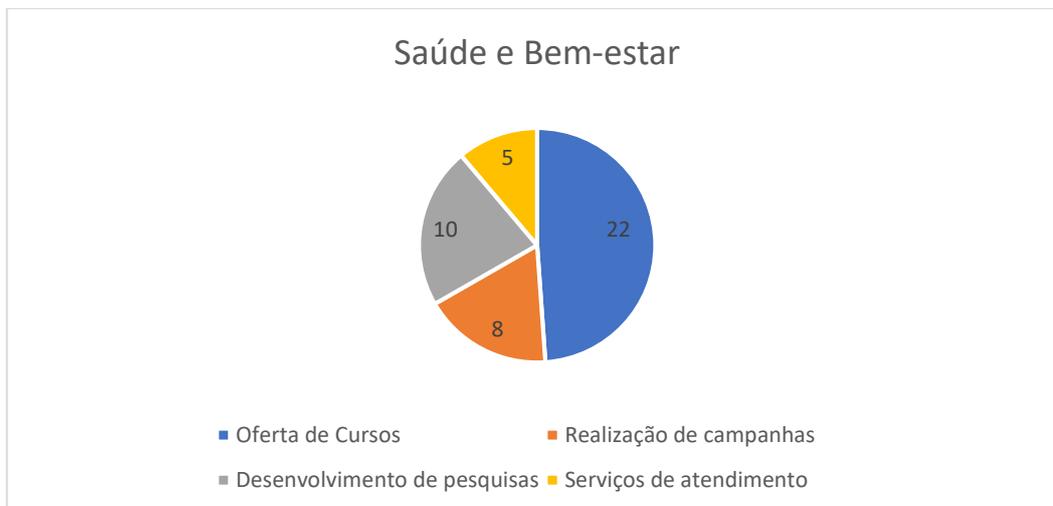
A existência de objetivos e metas relacionadas ao ODS 02 – fome zero e agricultura sustentável foi constatada em algumas das IES que ofertam cursos de graduação na área de Ciências Agrárias, como Agronomia, Agroecologia, Agricultura e Agronegócios.

4.1.2.3 Objetivos e metas para a saúde e bem-estar

No que diz respeito ao ODS 03 – saúde e bem-estar, os objetivos e metas encontrados se enquadram nas seguintes categorias:

- a) A oferta de cursos de graduação e pós-graduação em áreas relacionadas à saúde, encontrados em 22 (73,3%) PDI's;
- b) A realização de campanhas de vacinação e de conscientização sobre doenças, encontrados em 8 (26,7%) PDI's;
- c) O desenvolvimento de projetos de pesquisa e extensão voltados para prevenção e combate a doenças e promoção da saúde, presentes em 10 (33,3%) PDI's;
- d) A disponibilização de serviços de atendimento psicológico para a comunidade acadêmica e a comunidade externa, existentes em 5 (16,7%) documentos.

Gráfico 04 - Objetivos e Metas relacionados ao ODS 03 - Saúde e bem-estar



Fonte: PDI's analisados, (2023).

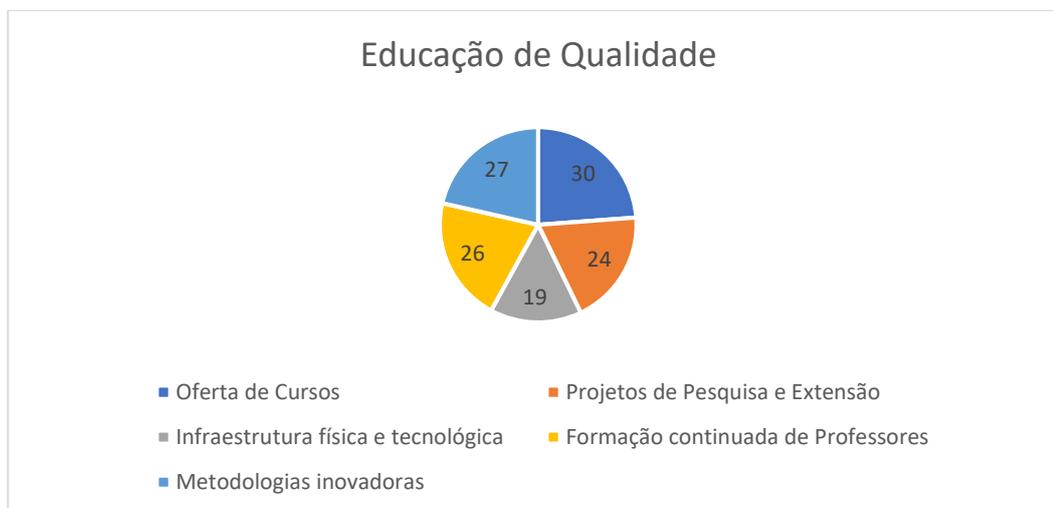
A identificação de objetivos e metas relacionadas ao ODS 03 – saúde e bem-estar se deu no conjunto de IES que ofertam cursos de graduação na área de Ciências da Saúde, como Medicina, Enfermagem, Fisioterapia, Nutrição e, também, o curso de Psicologia, embora esse último pertença à área de Ciências Humanas.

4.1.2.4 Objetivos e metas para a educação de qualidade

Os objetivos e metas relacionados ao ODS 04 – educação de qualidade estão presentes em todos os PDI analisados. Foram encontrados objetivos e metas enquadrados nas seguintes categorias:

- a) A oferta de cursos de graduação e pós-graduação com ênfase no desenvolvimento de habilidades e competências profissionais, presentes em 30 (100%) PDI's;
- b) A realização de projetos de pesquisa e extensão voltados para a melhoria da qualidade da educação no país, encontrados em 24 (80%) PDI's;
- c) A melhoria da infraestrutura física e tecnológica, mencionados em 19 (63,3%) documentos;
- d) A formação continuada dos professores, encontrados em 26 (86,7%) PDI's;
- e) A implementação de metodologias inovadoras de ensino, presentes em 27 (90%) PDI's.

Gráfico 05 - Objetivos e Metas relacionados ao ODS 04 - Educação de Qualidade



Fonte: PDI's analisados, (2023).

Uma vez que o ODS 04 – educação de qualidade é um tema relacionado à atividade-fim das IES (ensino, pesquisa e extensão), os PDI's dos Centros Universitários pesquisados, em sua totalidade, apresentam objetivos e metas específicas para esse tema, independentemente do tamanho das IES e/ou dos cursos que ofertam.

Diretamente relacionada à educação de qualidade, com foco na sustentabilidade, o conhecimento sobre a Educação Ambiental, conforme Caponi (2021, p.17), precisa ser incorporado, em atendimento à legislação, à Agenda 2030 e aos ODS. Por se constituírem em *locus* adequado para a divulgação da Educação Ambiental, as universidades são responsáveis pela formação dos futuros profissionais e gestores, que “neste caso dependem dos ensinamentos que ocorrem na rotina de sala de aula para se tornarem profissionais reflexivos quanto aos cuidados com o meio ambiente”.

4.1.2.5 Objetivos e metas para a igualdade de gênero

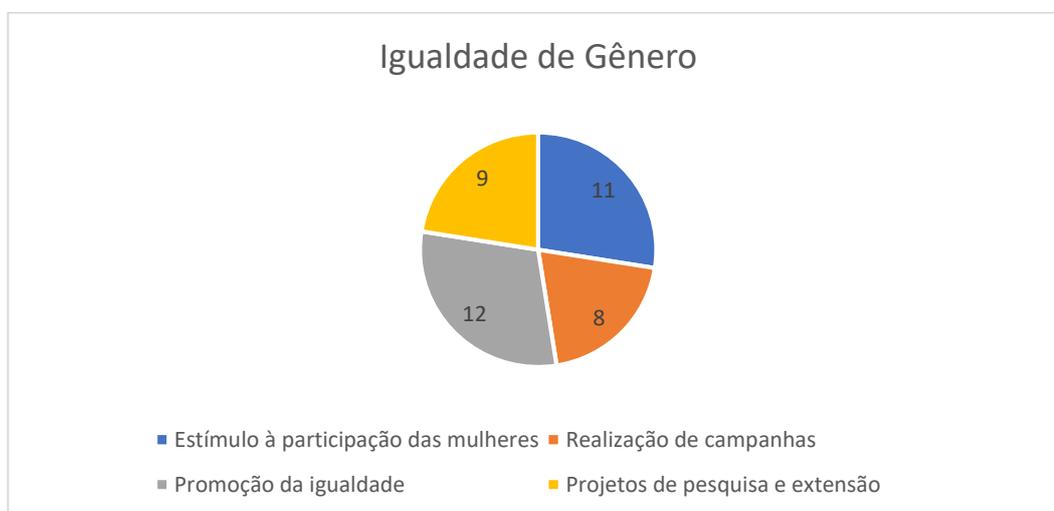
No que concerne ao ODS 05 – igualdade de gênero, os objetivos e metas relacionados se encaixam nas seguintes categorias:

- a) O estímulo à participação de mulheres em cursos e carreiras tradicionalmente masculinas, encontrados em 11 (36,7%) PDI's;
- b) A realização de campanhas de conscientização sobre a importância da

igualdade de gênero e combate ao assédio sexual, encontrados em 8 (26,7%) PDI's;

- c) A promoção da igualdade de gênero nas atividades acadêmicas e administrativas da instituição, presentes em 12 (40%) documentos analisados;
- d) O desenvolvimento de pesquisas e projetos de extensão sobre igualdade de gênero, encontrados no PDI de 9 (30%) IES.

Gráfico 06 - Objetivos e Metas relacionados ao ODS 05 – Igualdade de Gênero



Fonte: PDI's analisados, (2023).

A identificação de objetivos e metas relacionados ao ODS 05 – igualdade de gênero se deu nos PDI's dos Centros Universitários de maior porte (acima de 20 cursos), indicando que nas IES menores essa parece ainda não ser uma prioridade.

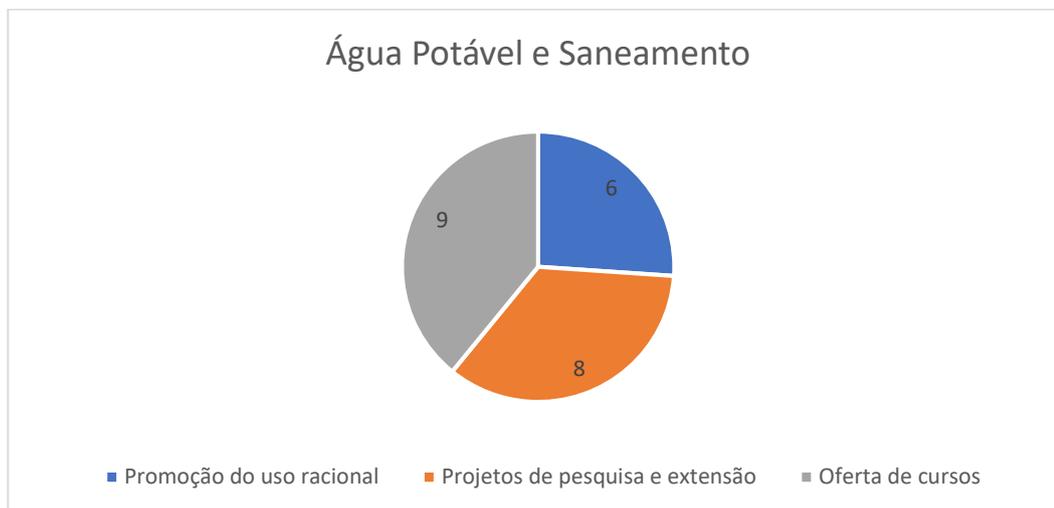
4.1.2.6 Objetivos e metas para água potável e saneamento

O ODS 06 – água potável e saneamento é contemplado em alguns dos PDI's analisados, nos quais foram identificados objetivos e metas nas categorias a seguir:

- a) A promoção do uso racional da água e implementação de sistemas de reuso e reciclagem de água na instituição, encontrados em 6 (20%) PDI's;
- b) O desenvolvimento de projetos de pesquisa e extensão voltados para a preservação e gestão da água, presentes em 8 (26,7%) documentos;
- c) A oferta de cursos e disciplinas voltados para a formação de profissionais

capacitados na área de saneamento ambiental, identificados em 9 (30%) PDI's.

Gráfico 07 - Objetivos e Metas relacionados ao ODS 06 - Água Potável e Saneamento



Fonte: PDI's analisados, (2023).

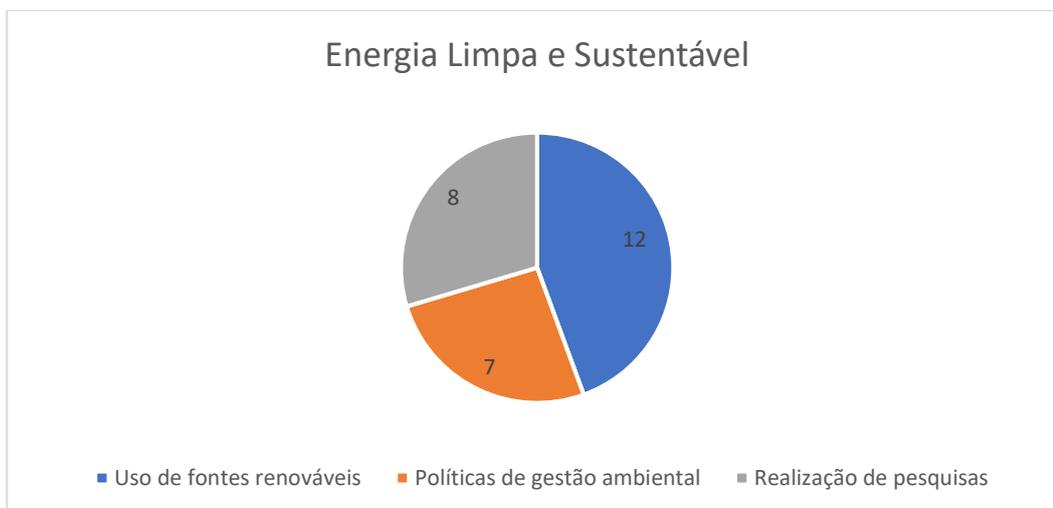
Os objetivos e metas enquadrados nas categorias acima foram encontrados nos PDI's de algumas Instituições que ofertam o curso de Gestão Ambiental. Outro aspecto relevante diz respeito ao porte dessas IES, são todas instituições que ofertam mais de 40 cursos de graduação.

4.1.2.7 Objetivos e metas para energia limpa e acessível

A análise dos documentos permitiu identificar, no tocante ao ODS 07 – energia limpa e acessível, a existência de objetivos e metas relacionados a:

- a) O uso de fontes de energia renovável na IES, como energia solar e eólica, presentes em 12 (40%) documentos;
- b) O desenvolvimento de políticas de gestão ambiental que promovam a sustentabilidade das instalações físicas e a redução do consumo de recursos naturais, encontrados em 7 (23,3%) PDI's;
- c) A realização de pesquisas voltadas para a produção e uso de fontes de energia limpa e renovável, existentes no PDI de 8 (26,7%) IES.

Gráfico 08 - Objetivos e Metas relacionados ao ODS 07 - Energia Limpa e Acessível



Fonte: PDI's analisados, (2023).

Os objetivos e metas referentes ao ODS 07 – energia limpa e acessível, enquadrados nas categorias supracitadas, estão presentes nos PDI's do mesmo conjunto de IES que demonstram uma preocupação com o ODS 06 – água potável e saneamento (com um acréscimo de 3 IES com as mesmas características), comprovando a estreita relação existente entre esses dois ODS.

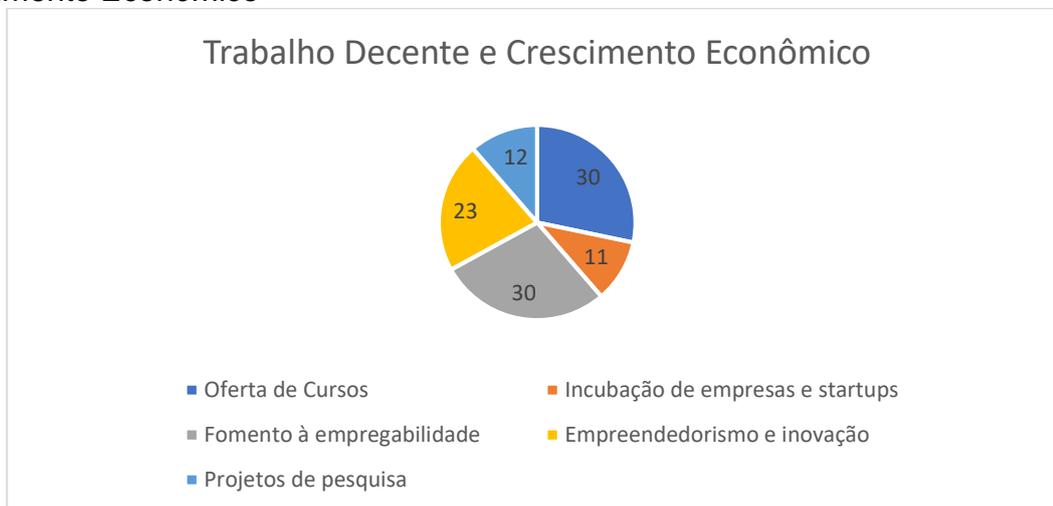
4.1.2.8 Objetivos e metas para o trabalho decente e crescimento econômico

O ODS 08 – trabalho decente e crescimento econômico é amplamente contemplado nos objetivos e metas dos PDI das IES, estando presente nas categorias que dizem respeito a:

- a) A oferta de cursos e programas de capacitação para o mercado de trabalho, identificados em 30 (100%) documentos;
- b) O estímulo à incubação de empresas e startups na IES, encontrados em 11 (36,7%) PDI's;
- c) O fomento à empregabilidade dos estudantes por meio de programas de estágio, bolsas de pesquisa e incentivos à iniciação científica, presentes em 30 (100%) PDI's;
- d) A promoção do empreendedorismo e a inovação na instituição, identificados em 23 (76,7%) documentos;
- e) O desenvolvimento de projetos de pesquisa voltados para a geração de

emprego e renda, existentes em 12 (40%) PDI's.

Gráfico 09 - Objetivos e Metas relacionados ao ODS 08 – Trabalho Decente e Crescimento Econômico



Fonte: PDI's analisados, (2023).

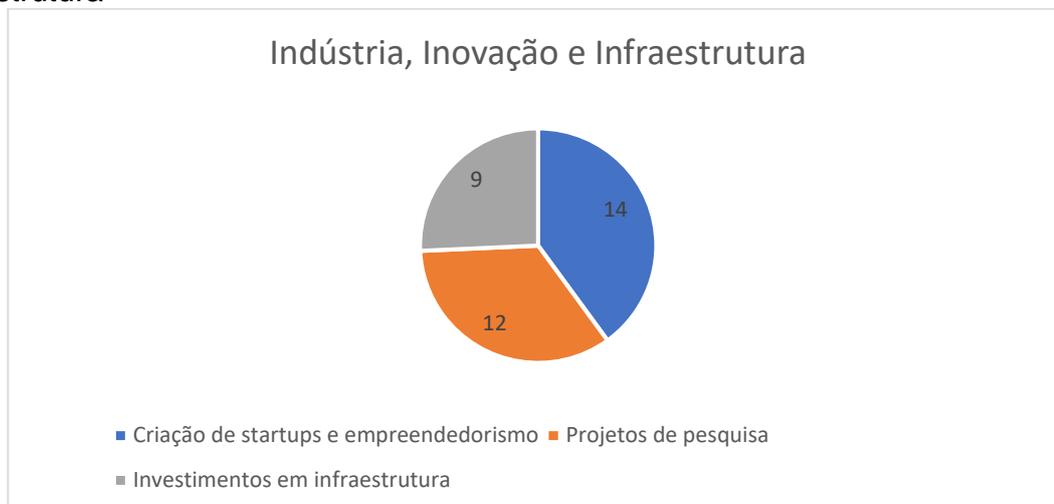
Uma vez que a formação para o mundo do trabalho é uma preocupação de todas as Instituições de Ensino, é natural que os seus PDI's apresentem objetivos e metas que dizem respeito à formação dos mais diferentes profissionais, os quais estão estreitamente relacionados com o ODS 08 – trabalho decente e desenvolvimento econômico. Isso explica o fato da maioria dos Centros Universitários pesquisados apresentar, em seus PDI's, metas e objetivos que dizem respeito a esse ODS.

4.1.2.9 Objetivos e metas para a indústria, inovação e infraestrutura

Em se tratando do ODS 09 – indústria, inovação e infraestrutura, os PDI's das IES apresentam objetivos e metas inerentes às seguintes categorias:

- a) O estímulo à criação de startups e empreendedorismo na área de tecnologia, encontrados em 14 (46,7%) PDI's;
- b) O desenvolvimento de projetos de pesquisa aplicada em áreas tecnológicas avançadas, como inteligência artificial, biotecnologia e robótica, encontrados em 12 (40%) documentos;
- c) A realização de investimentos em infraestrutura tecnológica, como data centers, laboratórios de informática e equipamentos de última geração, presentes em 9 (30%) PDI's analisados.

Gráfico 10 - Objetivos e Metas relacionados ao ODS 09 – Indústria, Inovação e Infraestrutura



Fonte: PDI's analisados, (2023).

Embora apresente uma estreita ligação com o ODS 08 - trabalho decente e crescimento econômico, o ODS 09 - indústria, inovação e infraestrutura é um pouco mais específico, de modo que a presença de objetivos e metas especificamente a ele relacionados foi constatada em um número menor de PDI'S.

Esse conjunto menor, de 14 documentos, é formado por Centros Universitários com mais de 40 cursos, indicando uma possível relação entre o porte da IES e a abrangência da abordagem, ainda que indireta, dos ODS na elaboração dos seus PDI's.

4.1.2.10 Objetivos e metas para a redução das desigualdades

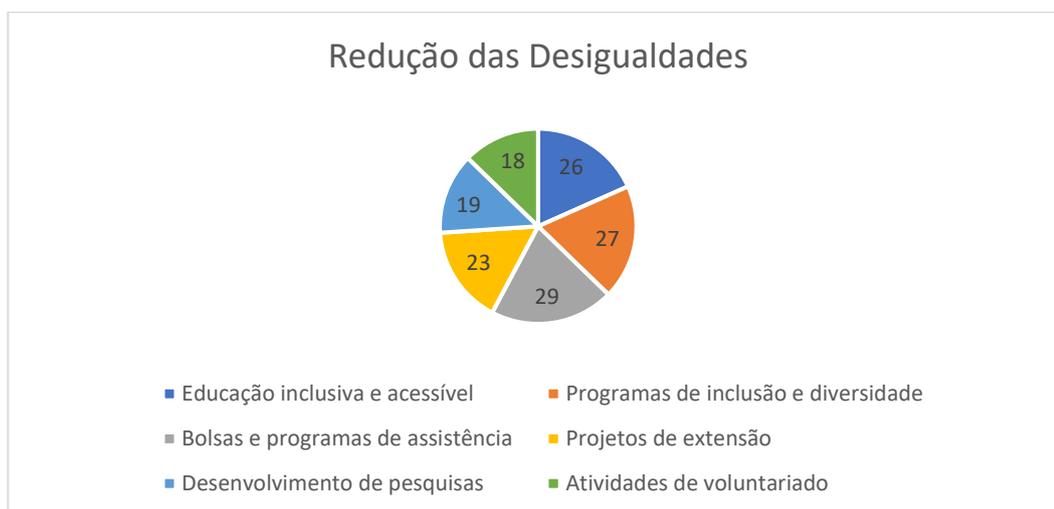
O ODS 10 – redução das desigualdades é largamente contemplado nos objetivos e metas constantes nos PDI's das IES. Nos documentos analisados, foram encontrados objetivos e metas enquadrados nas seguintes categorias:

- a) A promoção da educação inclusiva e acessível, garantindo igualdade de oportunidades para todos os estudantes, independentemente de sua origem social, cultural ou étnica, presentes em 26 (86,7%) documentos;
- b) A criação de programas de inclusão e diversidade para incentivar a participação de grupos minoritários em cursos de graduação e pós-graduação, encontrados em 27 (90%) PDI's;
- c) O oferecimento de bolsas e programas de assistência estudantil para

grupos em situação de vulnerabilidade social, existentes em 29 (96,7%) PDI's;

- d) A realização de projetos de extensão voltados para a promoção da inclusão social e combate às desigualdades, encontrados nos PDI's de 23 (76,7%) IES;
- e) O desenvolvimento de pesquisas voltadas à promoção da inclusão social, identificados em 19 (63,3%) documentos analisados;
- f) O incentivo à participação dos estudantes em atividades de voluntariado e de engajamento comunitário, a fim de promover o desenvolvimento social e econômico das comunidades carentes, encontrados em 18 (60%) PDI's.

Gráfico 11 - Objetivos e Metas relacionados ao ODS 10 – Redução das Desigualdades



Fonte: PDI's analisados, (2023).

A redução das desigualdades, assim como a formação para o mundo do trabalho, é uma preocupação inerente a todos os Centros Universitários pesquisados, de modo que a existência de objetivos e metas vinculados, de alguma forma, ao ODS 10, era esperada. Nesse sentido, Gazzone et al. (2018) destacam a evidente influência que as instituições de ensino superior possuem no processo formativo dos indivíduos em sua integralidade; as IES formam não apenas profissionais de diferentes áreas do conhecimento, mas também a formação cidadã, política, cultural e social.

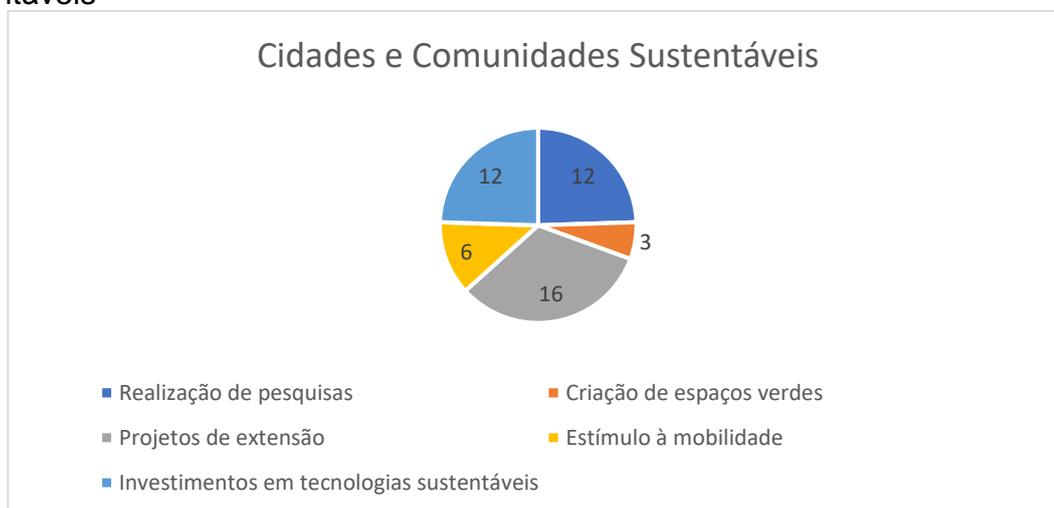
Por serem espaços formativos de sujeitos em sua integralidade, as IES estão atentas para o desenvolvimento de práticas e ações que levem a uma mudança de comportamentos, permitindo a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

4.1.2.11 Objetivos e metas para cidades e comunidades sustentáveis

Quanto ao ODS 11 – cidades e comunidades sustentáveis, foram encontrados nos PDI's analisados objetivos e metas nas seguintes categorias:

- a) A realização de pesquisas voltada para o desenvolvimento urbano sustentável, identificados em 12 (40%) PDI's;
- b) O estímulo à criação de espaços verdes e a preservação do patrimônio histórico e cultural, encontrados em 3 (10%) documentos;
- c) O desenvolvimento de projetos de extensão que promovam a conscientização ambiental e o engajamento em práticas sustentáveis, presentes em 16 (53,3%) PDI's;
- d) O estímulo à mobilidade urbana sustentável, por meio da oferta de bicicletários, incentivos ao uso de transporte público e outras iniciativas que reduzam o tráfego de veículos na instituição, existentes em 6 (20%) PDI's;
- e) A realização de investimentos em tecnologias e práticas sustentáveis, como uso de energia solar e utilização racional da água, constatados em 16 (53,3%) documentos analisados.

Gráfico 12 - Objetivos e Metas relacionados ao ODS 11 - Cidades e Comunidades Sustentáveis



Fonte: PDI's analisados, (2023).

Os objetivos e metas relacionados de forma mais próxima com o ODS 11 – cidades e comunidades sustentáveis foram encontrados, principalmente, naquelas IES que ofertam os cursos de Arquitetura e Urbanismo, Engenharia Civil e Gestão Ambiental, embora a questão da sustentabilidade seja um tema transversal que, de acordo com a legislação, deve estar presente em todos os cursos ofertados pelas IES.

4.1.2.12 Objetivos e metas para o consumo e produção responsáveis

Na análise realizada, foram encontrados nos PDI's das IES objetivos e metas que dizem respeito ao ODS 12 – consumo e produção responsáveis classificados nas seguintes categorias:

- a) A realização de campanhas de conscientização sobre a importância da redução do consumo de recursos, presentes em 9 (30%) PDI's;
- b) A promoção de ações de sensibilização dos estudantes e colaboradores da instituição para a importância da redução do consumo de água e energia, identificados em 8 (26,7%) PDI's;
- c) A adoção de práticas sustentáveis na gestão dos recursos da instituição, como a redução do consumo de energia elétrica, água e papel, existentes em 14 (46,7%) documentos analisados;
- d) O desenvolvimento de projetos de pesquisa e extensão em áreas relacionadas ao desenvolvimento sustentável, encontrados em 9 (30%) PDI's.

Gráfico 13 - Objetivos e Metas relacionados ao ODS 12 – Consumo e Produção Responsáveis



Fonte: PDI's analisados, (2023).

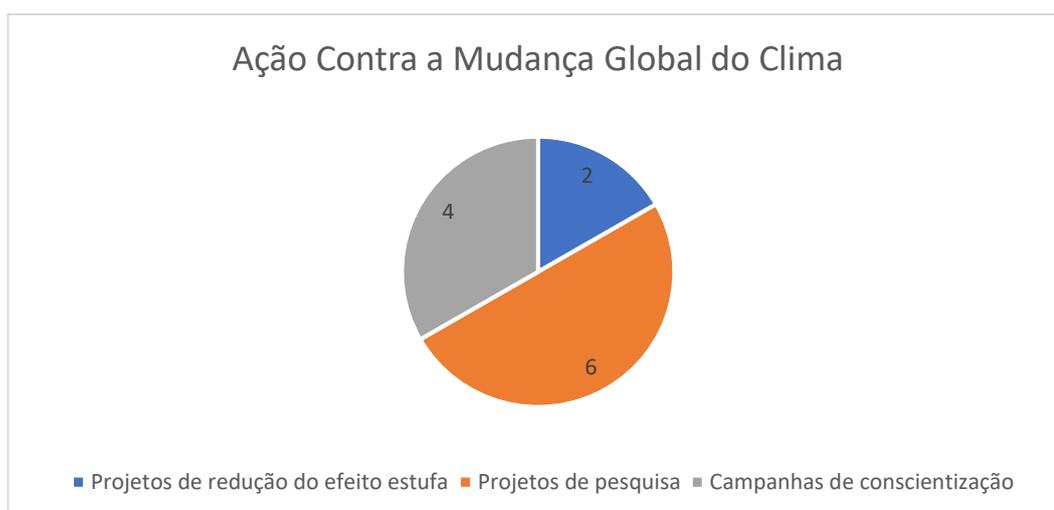
Os objetivos e metas das IES referentes ao ODS 12 – consumo e produção responsáveis, encontrados em seus PDI's, apresentam forte relação com aqueles estabelecidos para os ODS 06 – água potável e saneamento e ODS 07 – energia limpa e acessível e estão presentes em Instituições de maior porte (acima de 40 cursos) e que ofertam o curso de Gestão Ambiental.

4.1.2.13 Objetivos e metas contra a mudança global do clima

No tocante ao ODS 13 – ação contra a mudança global do clima, foram identificados nos PDI das IES objetivos e metas nas categorias a seguir:

- a) Implementar projetos de redução de emissão de gases de efeito estufa na instituição e incentivar a mobilidade sustentável, encontrados em 2 (6,7%) PDI's;
- b) Desenvolver projetos de pesquisa em áreas relacionadas à mitigação e adaptação às mudanças climáticas, presentes em 6 (20%) PDI's;
- c) Realizar campanhas de conscientização para a comunidade acadêmica sobre a importância da ação contra as mudanças climáticas, existentes em 4 (13,3%) documentos.

Gráfico 14 - Objetivos e Metas relacionados ao ODS 13 - Ação Contra a Mudança Global do Clima



Fonte: PDI's analisados, (2023).

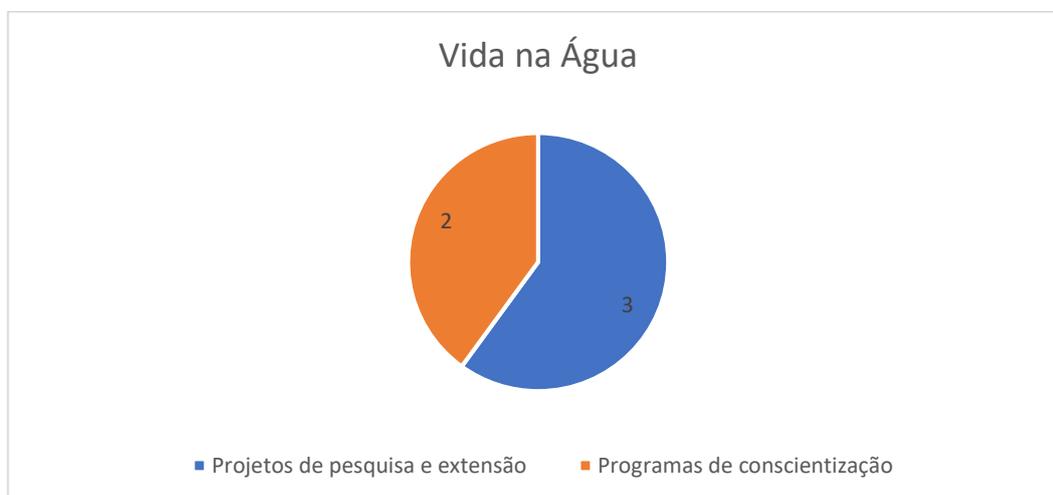
Mesmo sendo um assunto bastante discutido nos dias atuais, abordado com certa frequência pela mídia, o ODS 13 - ação contra a mudança global do clima não é tratado com prioridade nos PDI's das IES pesquisadas, uma vez que foram encontrados, especificamente em relação a esse tema, objetivos e metas em apenas 8 documentos, em IES de maior porte e que ofertam o curso de Gestão Ambiental.

4.1.2.14 Objetivos e metas para a vida na água

No que diz respeito ao ODS 14 – vida na água, foram encontrados objetivos e metas nas seguintes categorias:

- a) O desenvolvimento de projetos de pesquisa e extensão voltados para a conservação da biodiversidade marinha e costeira, identificados em 3 (10%) PDI's;
- b) A implementação de programas de conscientização sobre a importância da preservação da vida marinha e dos oceanos, presentes em 2 (6,7%) PDI's.

Gráfico 15 - Objetivos e Metas relacionados ao ODS 14 - Vida na Água



Fonte: PDI's analisados, (2023).

Devido à especificidade do tema, o número de IES que apresentam objetivos e metas ligados diretamente ao ODS 14 – vida na água é pequeno. Foram identificados objetivos referentes à conservação da biodiversidade marinha e costeira e à implementação de campanhas de conscientização sobre a importância da vida marinha e dos oceanos em IES localizadas na região leste do Estado, mais próximas do litoral.

4.1.2.15 Objetivos e metas para a vida terrestre

Foram encontrados, em relação ao ODS 15 - vida terrestre, objetivos e metas referentes às seguintes categorias:

- a) A criação de áreas de preservação ambiental no campus universitário, como jardins botânicos e reservas ecológicas, existentes em 6 (20%) documentos;
- b) O desenvolvimento de pesquisas e projetos de extensão para a conservação de espécies terrestres ameaçadas de extinção, presentes em 8 (26,7%) PDI's;
- c) A implementação de programas de coleta seletiva de resíduos na instituição, visando à redução do volume de resíduos destinados a aterros sanitários, encontrados em 14 (46,7%) PDI's;
- d) O desenvolvimento de programas de conscientização sobre a importância da preservação da biodiversidade terrestre e dos ecossistemas, identificados em 3 (10%) documentos.

Gráfico 16 - Objetivos e Metas relacionados ao ODS 15 - Vida Terrestre



Fonte: PDI's analisados, (2023).

Os objetivos e metas relacionados com o ODS 15 – vida terrestre, presentes nos PDI's das IES estudadas, concentram-se em Instituições que ofertam cursos na área de Ciências Agrárias, como Agronomia e Medicina Veterinária; também foram identificados entre aquelas IES que possuem em seu portfólio os cursos de Gestão Ambiental e Ciências Biológicas. A preocupação com o tratamento do lixo se

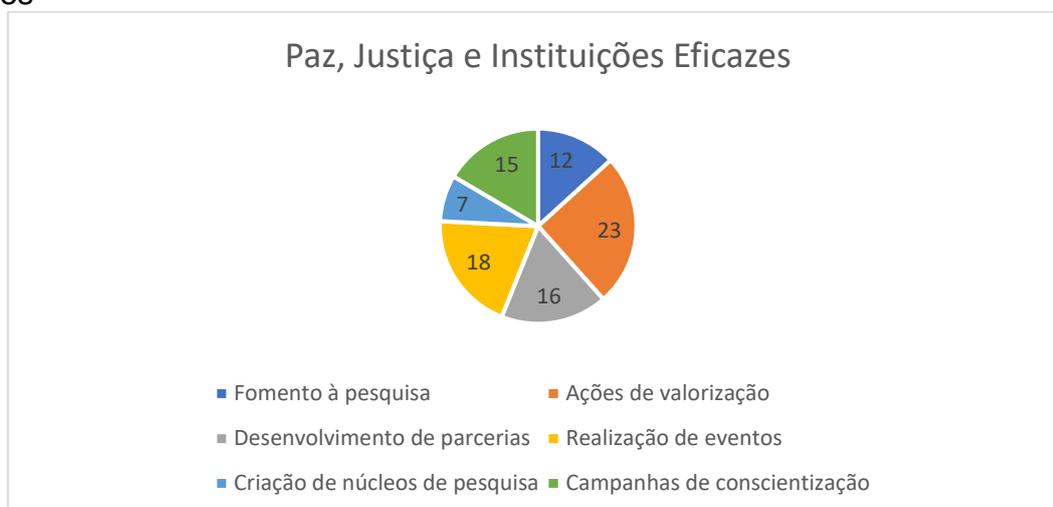
sobressai nesse conjunto de IES, considerando que a implementação de programas de coleta seletiva está presente em 46,7% desse grupo.

4.1.2.16 Objetivos e metas para a paz, justiça e instituições eficazes

No que se refere ao ODS 16 - paz, justiça e instituições eficazes, os PDI's analisados apresentam objetivos e metas classificados nas seguintes categorias:

- a) O fomento à pesquisa e a produção de conhecimento sobre temas relacionados à justiça social, direitos humanos e cidadania, encontrados em 12 (40%) PDI's;
- b) A promoção de ações para a valorização da diversidade étnica e cultural, com o objetivo de combater a discriminação e a exclusão social, encontrados em 23 (76,7%) PDI's;
- c) O desenvolvimento de parcerias com órgãos governamentais e organizações da sociedade civil para a promoção de ações voltadas para a construção de uma cultura de paz e respeito às instituições democráticas, presentes em 16 (53,3%) documentos;
- d) A realização de eventos, seminários e debates sobre questões relacionadas à justiça social, direitos humanos e combate à corrupção, existentes em 18 (60%) PDI's;
- e) A criação de núcleos de pesquisa e extensão que visem à promoção de justiça social e igualdade de oportunidades, identificados nos PDI's de 7 (23,3%) IES;
- f) O desenvolvimento de ações e campanhas de conscientização sobre a importância do respeito à diversidade cultural e promoção da paz, constatados em 15 (50%) PDI's.

Gráfico 17 - Objetivos e Metas relacionados ao ODS 16 - Paz, Justiça e Instituições Eficazes



Fonte: PDI's analisados, (2023).

Um dos temas transversais estabelecidos pela legislação que deve estar presente nas IES diz respeito aos direitos humanos. É um dos itens avaliados nos processos de credenciamento e recredenciamento institucional, no indicador 2.4 do Instrumento de Avaliação Institucional Externa - presencial e a distância:

Indicador 2.4 – PDI, políticas institucionais voltadas para à valorização da diversidade, do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural, e ações afirmativas de defesa e promoção dos direitos humanos e da igualdade étnico-racial (BRASIL, 2017, p.13).

Como o ODS 17 - paz, justiça e instituições eficazes está diretamente ligado à questão dos direitos humanos, a existência de objetivos e metas referentes a esse ODS, portanto, era esperada e foram encontrados na maioria dos PDI's dos Centros Universitários pesquisados.

4.1.2.17 Objetivos e metas para parcerias e meios de implementação

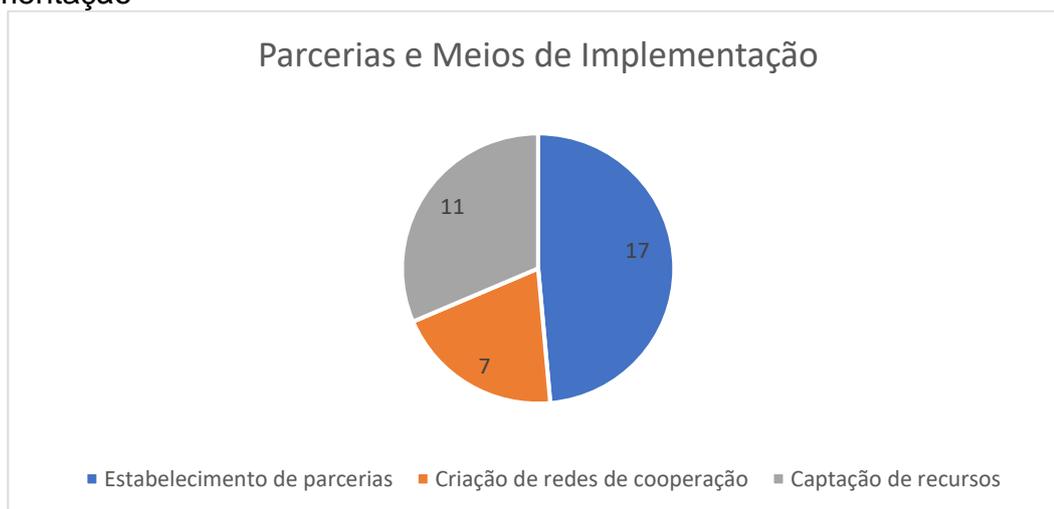
Quanto aos objetivos e metas relacionados com o ODS 17 – parcerias e meios de implementação, a análise permitiu identificar a existência de objetivos e metas enquadrados nas seguintes categorias:

- a) O estabelecimento de parcerias com instituições públicas e privadas para o desenvolvimento de projetos e ações, encontrados em 17 (56,7%) PDI's;
- b) A criação de redes de cooperação e colaboração com outras instituições

de ensino e pesquisa para o compartilhamento de conhecimento e experiências, presentes em 7 (23,3%) documentos;

- c) O desenvolvimento de iniciativas para a captação de recursos e investimentos para projetos, identificados em 11 (36,7%) PDI's.

Gráfico 18 - Objetivos e Metas relacionados ao ODS 17 - Parcerias e Meios de Implementação



Fonte: PDI's analisados, (2023).

A existência de objetivos e metas nos PDI's das IES, relacionados ao ODS 17 - parcerias e meios de implementação, é de fundamental importância, considerando o papel que essas instituições possuem na implementação dos ODS. Foram encontrados nos documentos analisados 35 objetivos e metas que dizem respeito ao estabelecimento de parcerias com a finalidade de desenvolver projetos e ações, compartilhar experiências e permitir a captação de recursos e investimentos voltados aos ODS.

4.1.3. Verificação da existência de estratégias e ações relacionados aos ODS

Da mesma forma adotada para os objetivos e metas, a quantificação das estratégias e ações relacionadas aos ODS, foram criadas algumas categorias de estratégias genéricas, nas quais foram agrupadas as diferentes formas de redação utilizadas pelas IES.

Importante ressaltar que as estratégias e ações identificadas nos PDI's dos Centros Universitários pesquisados guardam estreita relação com os objetivos e

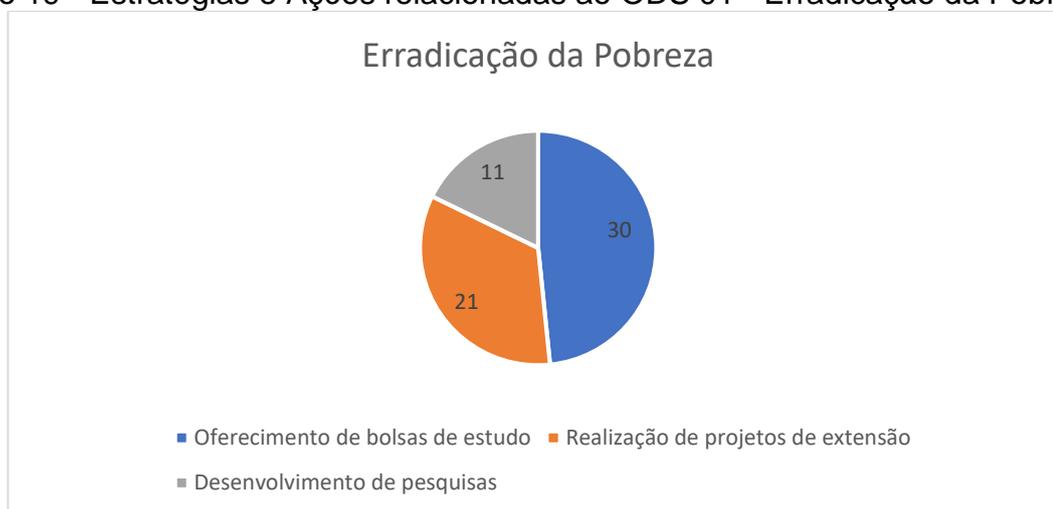
metas presentes nos respectivos documentos, de modo que as categorias adotadas para sua classificação são, em sua maioria, as mesmas utilizadas no tópico anterior.

Como resultado da análise, foram identificadas estratégias e ações adotadas pelas IES em seus Planos de Desenvolvimento Institucional (PDI) que podem contribuir para o alcance dos ODS, enquadradas nas categorias especificadas a seguir.

4.1.3.1 Estratégias e ações para erradicação da pobreza

- a) Oferecer bolsas de estudo e programas de assistência estudantil para estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, encontradas em 30 (100%) PDI's;
- b) Realizar projetos de extensão voltados para a capacitação e geração de renda para comunidades em situação de pobreza, presentes em 21 (70%) documentos;
- c) Desenvolver pesquisas voltadas para soluções inovadoras e acessíveis para combate à pobreza, identificadas em 11 (36,7%) PDI's.

Gráfico 19 - Estratégias e Ações relacionadas ao ODS 01 - Erradicação da Pobreza



Fonte: PDI's analisados, (2023).

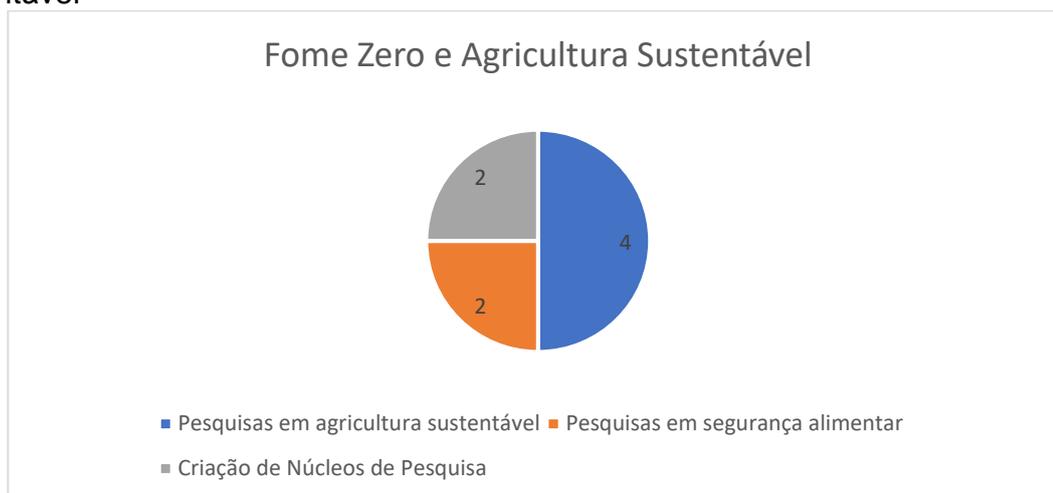
Assim como foi constatada na totalidade da amostra a existência de objetivos e metas relacionadas ao ODS 01 – erradicação da pobreza, foram identificadas, em todos os PDI's das IES analisadas, estratégias e ações voltadas para o tema,

reforçando a preocupação com os impactos que sua atuação pode ter na melhoria da qualidade de vida da população.

4.1.3.2 Estratégias e ações para fome zero e agricultura sustentável

- a) Realizar pesquisas na área de agricultura sustentável, encontradas em 4 (13,3%) PDI's;
- b) Criar de núcleos de pesquisa e extensão em agroecologia, encontradas em 2 (6,7%) PDI's;
- c) Desenvolver projetos de pesquisa e extensão que visem a melhoria da produção de alimentos e a promoção da segurança alimentar, presentes em 2 (6,7%) documentos.

Gráfico 20 - Estratégias e Ações relacionadas ao ODS 02 - Fome Zero e Agricultura Sustentável



Fonte: PDI's analisados, (2023).

A presença de estratégias e ações que se referem ao ODS 02 – fome zero e agricultura sustentável foi identificada no mesmo conjunto de IES que possuem, em seus PDI's, objetivos e metas relacionados a esse tema, tendo, em seu portfólio de cursos de graduação ofertados na área de Ciências Agrárias, os cursos de Agronomia, Agroecologia, Agricultura e Agronegócios.

4.1.3.3 Estratégias e ações para saúde e bem-estar

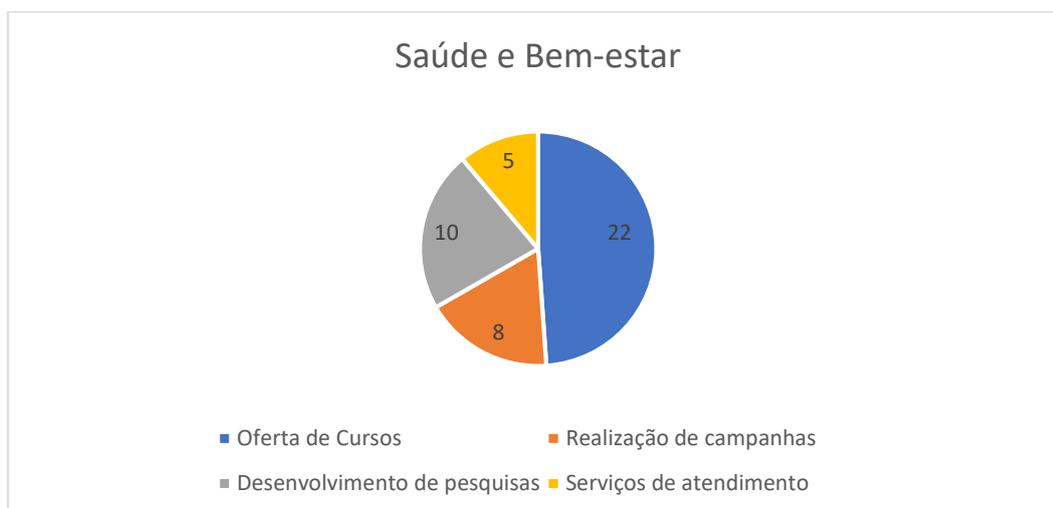
- a) Oferecer cursos e atividades relacionadas à promoção da saúde e

prevenção de doenças, identificadas em 22 (73,3%) PDI's;

- b) Realizar campanhas de vacinação e de conscientização sobre doenças, encontradas em 8 (26,7%) PDI's;
- c) Realizar projetos de pesquisa e extensão voltados para prevenção e combate a doenças e promoção da saúde, presentes em 10 (33,3%) PDI's;
- d) Disponibilizar serviços de atendimento psicológico para a comunidade acadêmica e a comunidade externa, constatadas nos documentos de 5 (16,7%) IES analisadas.

A identificação de objetivos e metas relacionadas ao ODS 03 – saúde e bem-estar se deu no conjunto de IES que ofertam cursos de graduação na área de Ciências da Saúde, como Medicina, Enfermagem, Fisioterapia, Nutrição e, também, o curso de Psicologia, embora esse último pertença à área de Ciências Humanas.

Gráfico 21 - Estratégias e Ações relacionadas ao ODS 03 - Saúde e bem-estar



Fonte: PDI's analisados, (2023).

4.1.3.4 Estratégias e ações para educação de qualidade

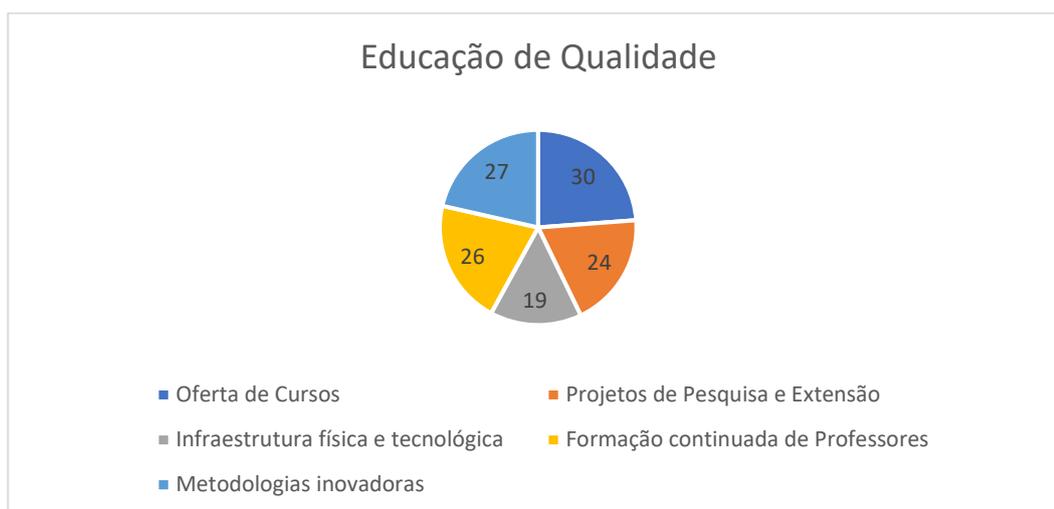
- a) Oferecer cursos de graduação e pós-graduação de qualidade, presentes em 30 (100%) PDI's;
- b) Realizar projetos de pesquisa e extensão voltados para a melhoria da qualidade da educação no país, encontradas em 24 (80%) PDI's;
- c) Melhorar a infraestrutura física e tecnológica, identificadas em 19 (63,3%) PDI's;
- d) Promover a formação continuada dos professores, encontradas em 26

(86,7%) documentos;

- e) Implementar metodologias inovadoras de ensino, constatadas em 27 (90%) PDI's.

Tendo em vista que o ODS 04 - educação de qualidade é um tema relacionado à atividade-fim das IES (ensino, pesquisa e extensão), os PDI's dos Centros Universitários pesquisados apresentam, em sua totalidade, estratégias e ações específicas para esse tema, independentemente do tamanho das IES e/ou dos cursos que ofertam. Essa constatação é coerente com os resultados obtidos no que diz respeito à existência de objetivos e metas para esse ODS, uma vez que a existência de objetivos e metas implica, necessariamente, o estabelecimento de estratégias e ações correspondentes, a fim de que os primeiros possam ser alcançados.

Gráfico 22 - Estratégias e Ações relacionadas ao ODS 04 - Educação de Qualidade



Fonte: PDI's analisados, (2023).

4.1.3.5 Estratégias e ações para a igualdade de gênero

- Estimular a participação de mulheres em cursos e carreiras tradicionalmente masculinas, presentes em 11 (36,7%) PDI's;
- Realizar campanhas de conscientização sobre a importância da igualdade de gênero e combate ao assédio sexual, encontradas em 8 (26,7%) PDI's;
- Promover a igualdade de gênero nas atividades acadêmicas e administrativas da instituição, encontradas em 12 (40%) PDI's;
- Desenvolver pesquisas e projetos de extensão sobre a igualdade de

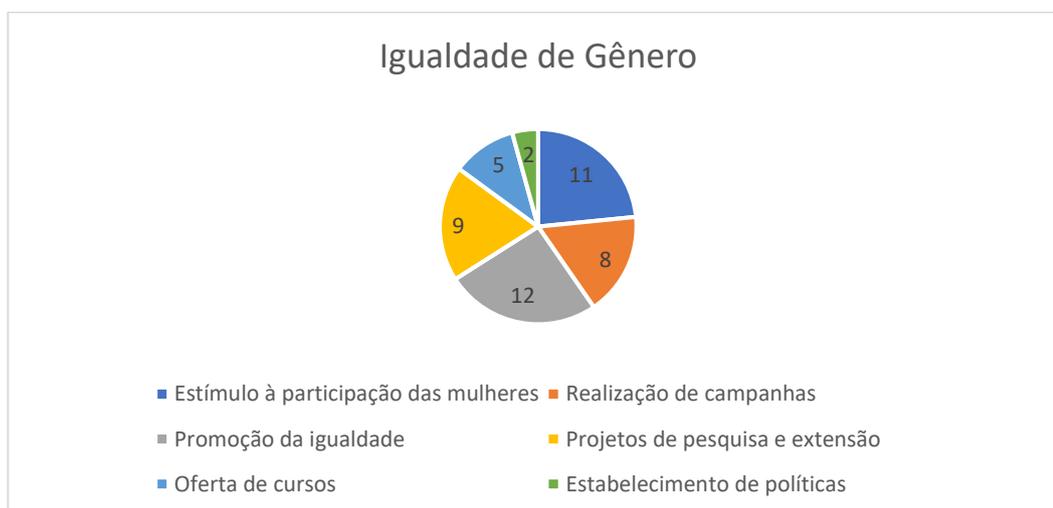
gênero, identificadas em 9 (30%) PDI's;

e) Oferecer cursos e disciplinas com foco em estudos de gênero e diversidade, encontradas em 5 (16,7%) documentos;

f) Estabelecer políticas e práticas que visem à igualdade de oportunidades e à promoção da diversidade, constatadas em 2 (6,7%) PDI's.

Assim como os objetivos e metas relacionados ao ODS 05 – igualdade de gênero se deu nos PDI's dos Centros Universitários de maior porte (acima de 20 cursos), indicando que nas IES menores essa parece ainda não ser uma prioridade, as estratégias e ações para a consecução dos mesmos está presente nos PDI's desse mesmo grupo.

Gráfico 22 - Estratégias e Ações relacionadas ao ODS 05 – Igualdade de Gênero



Fonte: PDI's analisados, (2023).

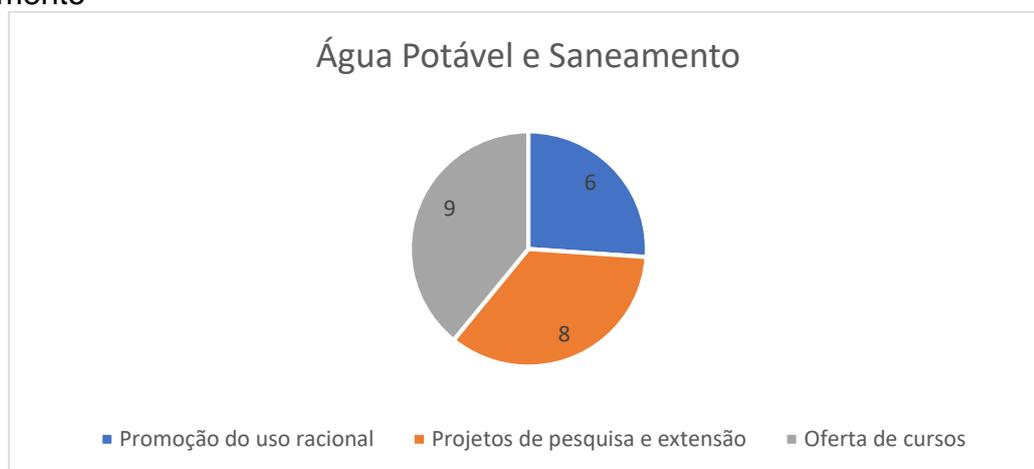
4.1.3.6 Estratégias e ações para água potável e saneamento

a) Promover o uso racional da água e implementação de sistemas de reuso e reciclagem de água na instituição, encontradas em 6 (20%) PDI's;

b) Desenvolver projetos de pesquisa e extensão voltados para a preservação e gestão da água, presentes em 8 (26,7%) PDI's;

c) Oferecer cursos e disciplinas voltados para a formação de profissionais capacitados na área de saneamento ambiental, identificadas em 9 (30%) PDI's.

Gráfico 23 - Estratégias e Ações relacionadas ao ODS 06 – Água Potável e Saneamento



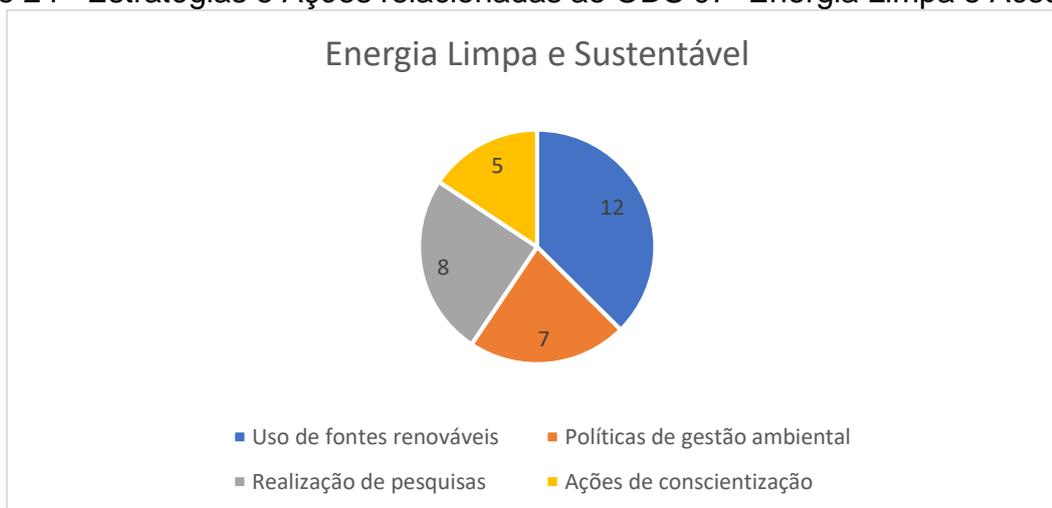
Fonte: PDI's analisados, (2023).

As estratégias e ações enquadrados nas categorias acima foram encontrados nos PDI's de Instituições de maior porte (acima de 40 cursos) que ofertam o curso de Gestão Ambiental, em consonância com os objetivos e metas estabelecidos por essas IES em relação ao ODS 06 - água potável e saneamento.

4.1.3.7 Estratégias e ações para energia limpa e acessível

- a) Utilizar fontes de energia renovável na IES, como energia solar e eólica, encontrados em 12 (40%) PDI's;
- b) Desenvolver políticas de gestão ambiental que promovam a sustentabilidade das instalações físicas e a redução do consumo de recursos naturais, presentes em 7 (23,3%) documentos;
- c) Desenvolver pesquisas voltadas para a produção e uso de fontes de energia limpa e renovável, encontradas em 8 (26,7%) documentos;
- d) Promover ações de conscientização sobre o uso racional de energia e incentivar o uso de tecnologias sustentáveis, identificadas em 5 (16,7%) PDI's.

Gráfico 24 - Estratégias e Ações relacionadas ao ODS 07- Energia Limpa e Acessível



Fonte: PDI's analisados, (2023).

Assim como os objetivos e metas citados no item 4.1.2.7, as estratégias e ações relativas ao ODS 07 - energia limpa e acessível, enquadrados nas categorias acima, foram encontradas nos PDI's do mesmo conjunto de IES que demonstram uma preocupação com o ODS 06 - água potável e saneamento (com um acréscimo de 3 IES com as mesmas características), dada a forte relação existente entre esses dois ODS.

4.1.3.8 Estratégias e ações para o trabalho decente e crescimento econômico

- a) Implementar de cursos de graduação e pós-graduação em áreas de tecnologia e inovação para formar profissionais altamente qualificados para o mercado de trabalho, presentes em 30 (100%) PDI's;
- b) Oferecer cursos e programas de capacitação para o mercado de trabalho, encontrados em 18 (60%) PDI's;
- c) Estimular a incubação de empresas e startups na IES, identificadas em 11 (36,7%) documentos;
- d) Fomentar a empregabilidade dos estudantes por meio de programas de estágio, bolsas de pesquisa e incentivos à iniciação científica, encontradas em 30 (100%) PDI's;
- e) Promover o empreendedorismo e a inovação na instituição, constatadas em 23 (76,7%) PDI's;
- f) Desenvolver projetos de pesquisa voltados para a geração de emprego e

renda, encontradas em 12 (40%) PDI's.

Gráfico 25 - Estratégias e Ações relacionadas ao ODS 08 - Trabalho Decente e Crescimento Econômico



Fonte: PDI's analisados, (2023).

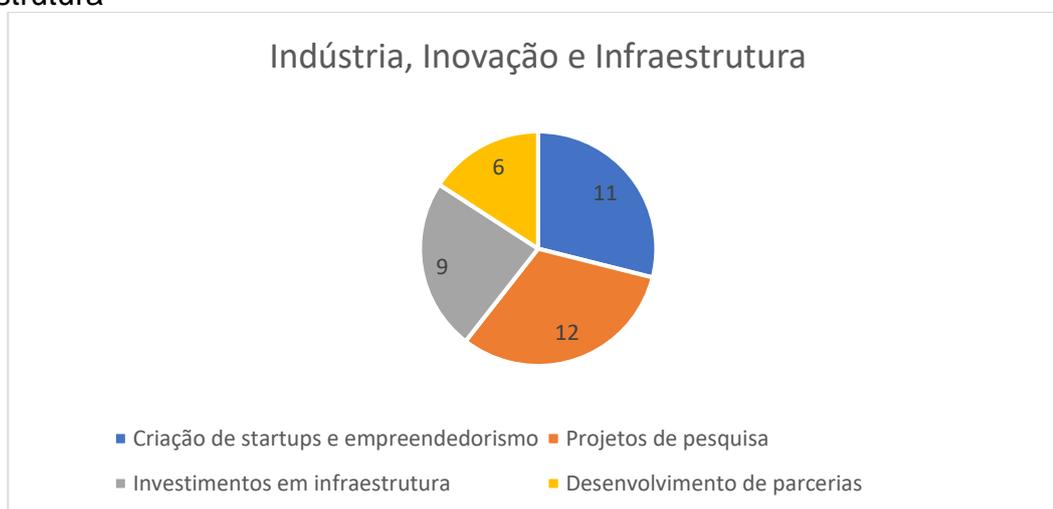
Sendo a formação para o mundo do trabalho uma preocupação de todas as Instituições de Ensino, os seus PDI's apresentam objetivos e metas que dizem respeito à formação dos mais diferentes profissionais, os quais estão estreitamente relacionados com o ODS 08 - trabalho decente e desenvolvimento econômico. Para o alcance desses objetivos e metas, conseqüentemente, os PDI's explicitam as estratégias e ações correspondentes, que estão presentes em 100% dos documentos analisados.

4.1.3.9 Estratégias e ações para indústria, inovação e infraestrutura

- a) Estimular a criação de startups e empreendedorismo na área de tecnologia, encontradas em 11 (36,7%) PDI's;
- b) Desenvolver projetos de pesquisa aplicada em áreas tecnológicas avançadas, como inteligência artificial, biotecnologia e robótica, presentes em 12 (40%) PDI's;
- c) Realizar investimentos em infraestrutura tecnológica, como data centers, laboratórios de informática e equipamentos de última geração, identificadas em 9 (30%) documentos;
- d) Desenvolver parcerias com empresas e outras instituições para fomentar a

inovação e o desenvolvimento de novas tecnologias, encontradas em 6 (20%) PDI's.

Gráfico 26 - Estratégias e Ações relacionadas ao ODS 09 – Indústria, Inovação e Infraestrutura



Fonte: PDI's analisados, (2023).

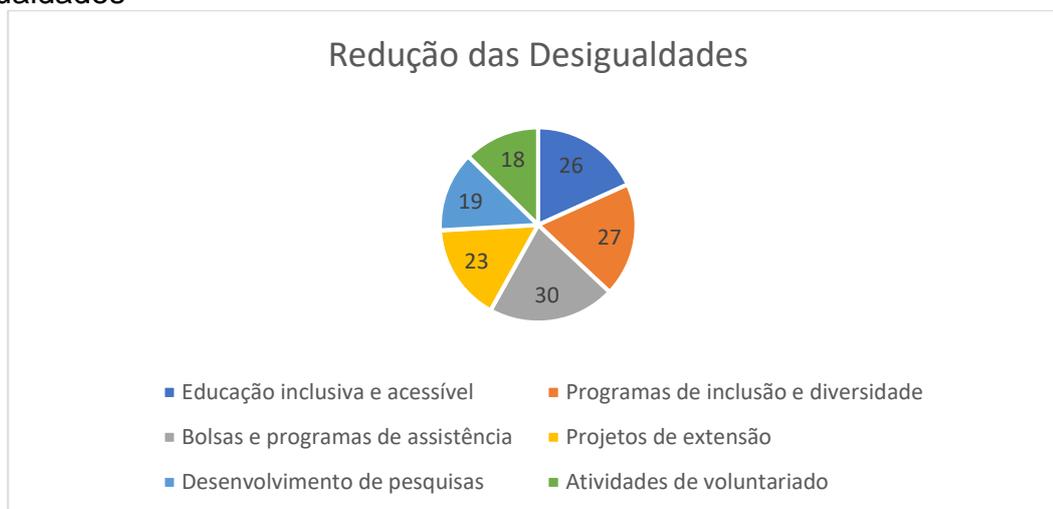
Mesmo tendo uma ligação bastante próxima com o ODS 08 – trabalho decente e crescimento econômico, o ODS 09 - indústria, inovação e infraestrutura é um pouco mais específico, de modo que a presença de estratégias e ações diretamente a ele relacionados foi constatada em um número menor, de 14 PDI's, pertencentes a Centros Universitários com mais de 40 cursos, sendo o mesmo conjunto em que estão presentes alguns objetivos e metas referentes ao ODS 09.

4.1.3.10 Estratégias e ações para redução das desigualdades

- a) Promover a educação inclusiva e acessível, garantindo igualdade de oportunidades para todos os estudantes, independentemente de sua origem social, cultural ou étnica, encontradas em 26 (86,7%) PDI's;
- b) Criar programas de inclusão e diversidade para incentivar a participação de grupos minoritários em cursos de graduação e pós-graduação, identificadas em 27 (90%) PDI's;
- c) Oferecer bolsas e programas de assistência estudantil para grupos em situação de vulnerabilidade social, presentes em 30 (100%) PDI's;
- d) Realizar projetos de extensão voltados para a promoção da inclusão social

- e combate às desigualdades, encontradas em 23 (76,7%) PDI's;
- e) Realizar pesquisas voltadas à promoção da inclusão social, constatadas em 19 (63,3%) PDI's;
- f) Incentivar a participação dos estudantes em atividades de voluntariado e de engajamento comunitário, a fim de promover o desenvolvimento social e econômico das comunidades carentes, encontradas em 18 (60%) PDI's.

Gráfico 27 - Estratégias e Ações relacionadas ao ODS 10 - Redução das Desigualdades



Fonte: PDI's analisados, (2023).

Como a redução das desigualdades é uma preocupação inerente a todos os Centros Universitários pesquisados, foram encontradas estratégias e ações relativas ao ODS 10 - redução das desigualdades, as quais estão vinculadas aos objetivos e metas estabelecidos pelas IES em relação a esse tema.

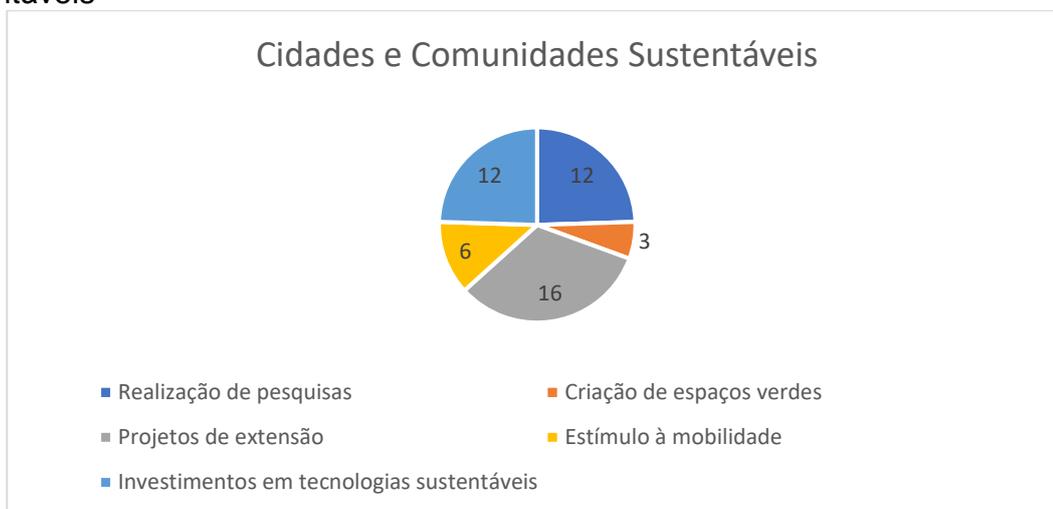
4.1.3.11 Estratégias e ações para cidades e comunidades sustentáveis

- a) Realizar pesquisas voltada para o desenvolvimento urbano sustentável, encontradas em 12 (40%) PDI's;
- b) Estimular a criação de espaços verdes e a preservação do patrimônio histórico e cultural, identificadas em 3 (10%) PDI's;
- c) Desenvolver projetos de extensão que atuem diretamente na comunidade, promovendo a conscientização ambiental e o engajamento em práticas sustentáveis, presentes em 16 (53,3%) PDI's;
- d) Estimular a mobilidade urbana sustentável, por meio da oferta de

bicicletários, incentivos ao uso de transporte público e outras iniciativas que reduzam o tráfego de veículos na instituição, constatadas em 6 (20%) documentos;

- e) Realizar investimentos em tecnologias e práticas sustentáveis, como uso de energia solar e utilização racional da água, presentes em 12 (40%) PDI's.

Gráfico 28 - Estratégias e Ações relacionadas ao ODS 11 – Cidades e Comunidades Sustentáveis



Fonte: PDI's analisados, (2023).

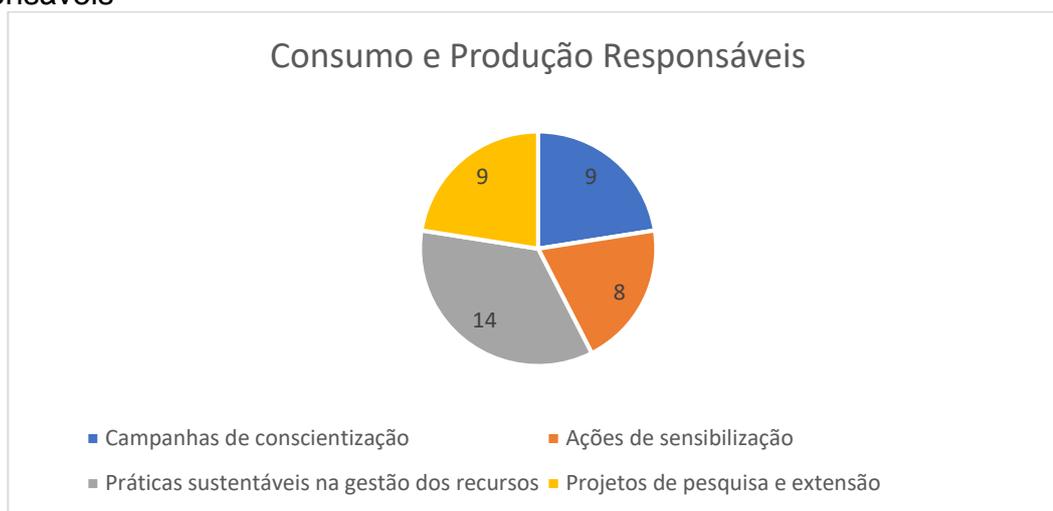
Os objetivos e metas relacionados de forma mais próxima com o ODS 11 – cidades e comunidades sustentáveis identificados em IES que ofertam os cursos de Arquitetura e Urbanismo, Engenharia Civil e Gestão Ambiental, levam, necessariamente, ao estabelecimento de estratégias e ações correspondentes. Por essa razão, no mesmo conjunto de PDI's, as mesmas estão presentes, demonstrando a coerência das IES na elaboração dos seus planos de desenvolvimento.

4.1.3.12 Estratégias e ações para o consumo e produção responsáveis

- a) Realizar campanhas de conscientização sobre a importância da redução do consumo de recursos, encontradas em 9 (30%) PDI's;
- b) Promover ações de sensibilização dos estudantes e colaboradores da instituição para a importância da redução do consumo de água e energia, encontradas em 8 (26,7%) PDI's;

- c) Implementar práticas sustentáveis na gestão dos recursos da instituição, como a redução do consumo de energia elétrica, água e papel, identificadas em 14 (46,7%) PDI's;
- d) Desenvolver projetos de pesquisa e extensão em áreas relacionadas ao desenvolvimento sustentável, presentes em 9 (30%) PDI's.

Gráfico 29 - Estratégias e Ações relacionadas ao ODS 12 - Consumo e Produção Responsáveis



Fonte: PDI's analisados, (2023).

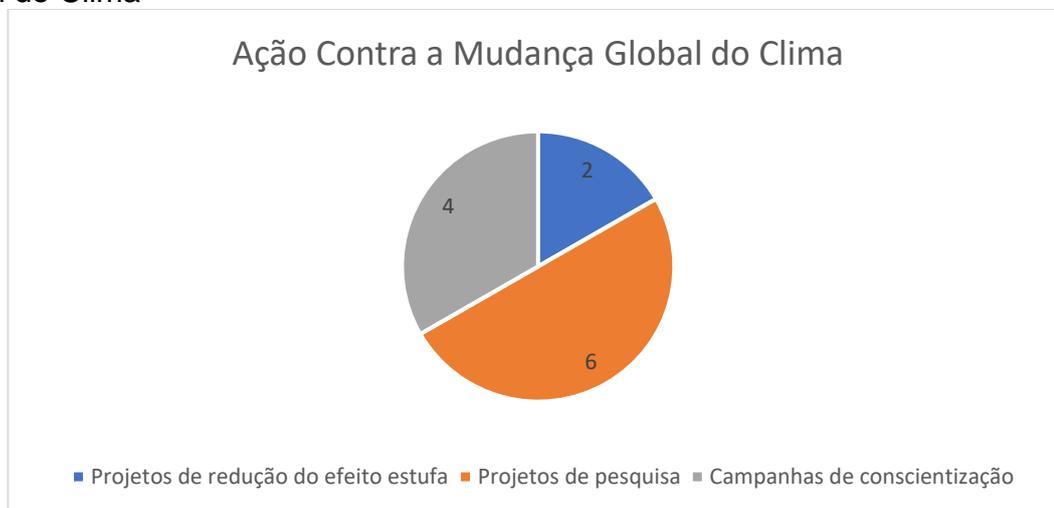
Do mesmo modo que os objetivos e metas das IES referentes ao ODS 12 - consumo e produção responsáveis, presentes em Instituições de maior porte (acima de 40 cursos) e que ofertam o curso de Gestão Ambiental, as estratégias e ações identificadas nos PDI's analisados guardam estreita relação com aquelas estabelecidas para os ODS 06 - água potável e saneamento e ODS 07 - energia limpa e acessível.

4.1.3.13 Estratégias e ações contra a mudança global do clima

- a) Implementar projetos de redução de emissão de gases de efeito estufa na instituição e incentivar a mobilidade sustentável, presentes em 2 (6,7%) PDI's;
- b) Desenvolver projetos de pesquisa em áreas relacionadas à mitigação e adaptação às mudanças climáticas, encontradas em 6 (20%) PDI's;
- c) Realizar campanhas de conscientização para a comunidade acadêmica sobre a importância da ação contra as mudanças climáticas, identificadas

em 4 (13,3%) documentos.

Gráfico 30 - Estratégias e Ações relacionadas ao ODS 13 - Ação Contra a Mudança Global do Clima



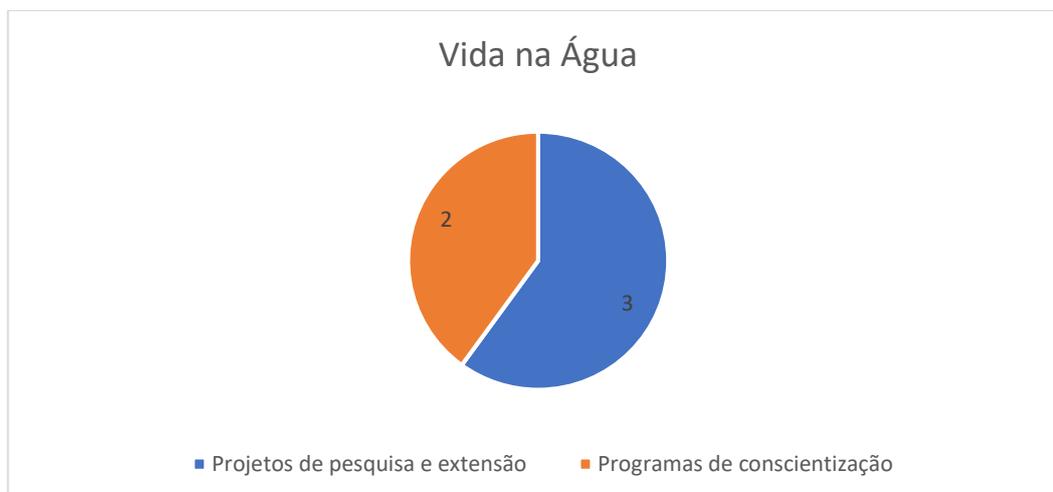
Fonte: PDI's analisados, (2023).

As estratégias e ações relativas ao ODS 13 - ação contra a mudança global do clima foram identificadas no mesmo conjunto de 8 documentos em que estão presentes objetivos e metas vinculados a esse ODS, em IES que ofertam mais de 40 cursos, entre eles o de Gestão Ambiental.

4.1.3.14 Estratégias e ações para a vida na água

- a) Desenvolver projetos de pesquisa e extensão voltados para a conservação da biodiversidade marinha e costeira, encontradas em 3 (10%) PDI's;
- b) Implementar programas de conscientização sobre a importância da preservação da vida marinha e dos oceanos, presentes em 2 (6,7%) PDI's.

Gráfico 31 - Estratégias e Ações relacionadas ao ODS 14 - Vida na Água



Fonte: PDI's analisados, (2023).

As estratégias e ações especificamente relacionadas ao ODS 14 - vida na água foram identificadas nos PDI's das IES que apresentam objetivos e metas ligados a esse ODS. As estratégias encontradas se referem, assim como os objetivos e metas a que correspondem, à conservação da biodiversidade marinha e costeira e à implementação de campanhas de conscientização sobre a importância da vida marinha e dos oceanos.

4.1.3.15 Estratégias e ações para a vida terrestre

- a) Criar e manter áreas de preservação ambiental no campus universitário, como jardins botânicos e reservas ecológicas, encontradas em 6 (20%) PDI's;
- b) Desenvolver pesquisas e projetos de extensão para a conservação de espécies terrestres ameaçadas de extinção, identificadas em 8 (26,7%) PDI's;
- c) Implementar programas de coleta seletiva de resíduos na instituição, visando à redução do volume de resíduos destinados a aterros sanitários, presentes em 14 (46,7%) PDI's;
- d) Implementar programas de conscientização sobre a importância da preservação da biodiversidade terrestre e dos ecossistemas, constatadas em 3 (10%) documentos.

Gráfico 32 - Estratégias e Ações relacionadas ao ODS 15 - Vida Terrestre



Fonte: PDI's analisados, (2023).

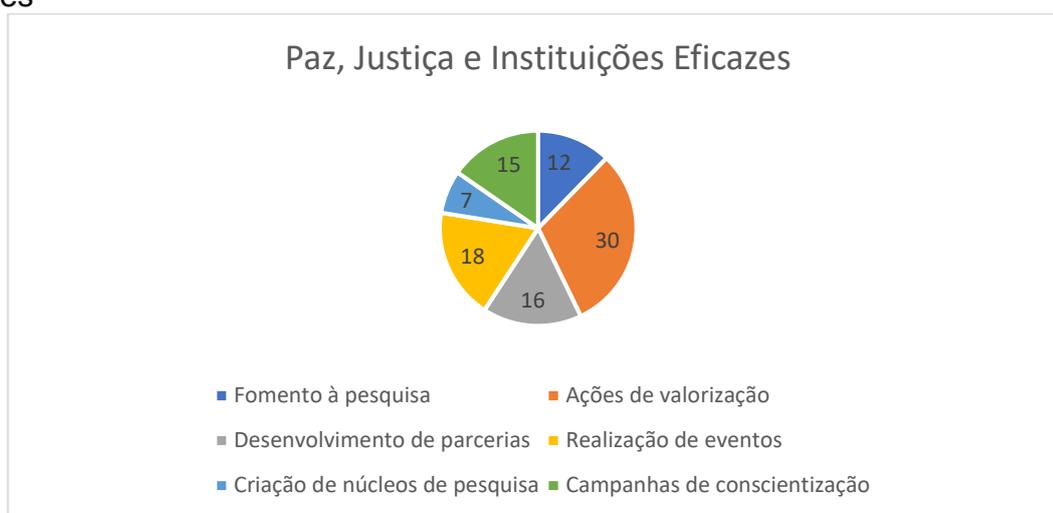
Como ocorre nos ODS anteriores, as estratégias e ações existentes nos PDI's analisados dizem respeito aos objetivos e metas estabelecidos pelas IES. Sendo assim, as estratégias e ações relacionadas ao ODS 15 - vida terrestre, estão presentes em IES que ofertam cursos de Agronomia, Medicina Veterinária, Gestão Ambiental e Ciências Biológicas, nas quais foram identificados objetivos e metas ligados ao ODS 15.

4.1.3.16 Estratégias e ações para a paz, justiça e instituições eficazes

- a) Fomentar a pesquisa e a produção de conhecimento sobre temas relacionados à justiça social, direitos humanos e cidadania, encontradas em 12 (40%) PDI's;
- b) Promover ações para a valorização da diversidade étnica e cultural, com o objetivo de combater a discriminação e a exclusão social, encontradas em 30 (100%) PDI's;
- c) Desenvolver parcerias com órgãos governamentais e organizações da sociedade civil para a promoção de ações voltadas para a construção de uma cultura de paz e respeito às instituições democráticas, identificadas em 16 (53,3%) PDI's;
- d) Promover eventos, seminários e debates sobre questões relacionadas à justiça social, direitos humanos e combate à corrupção, presentes em 18 (60%) PDI's;

- e) Criar núcleos de pesquisa e extensão que visem à promoção de justiça social e igualdade de oportunidades, constatadas em 7 (23,3%) PDI's;
- f) Desenvolver ações e campanhas de conscientização sobre a importância do respeito à diversidade cultural e promoção da paz, encontradas em 15 (50%) PDI's.

Gráfico 33 - Estratégias e Ações relacionadas ao ODS 16 - Paz, Justiça e Instituições Eficazes



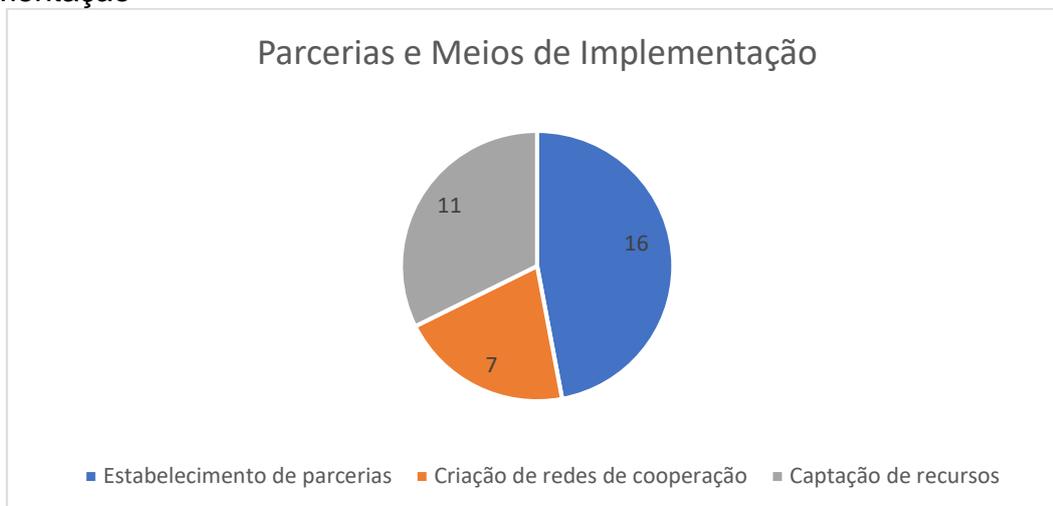
Fonte: PDI's analisados, (2023).

Mantendo a coerência já constatada entre a existência de objetivos e metas e estratégias e ações correspondentes, para o ODS 17 - paz, justiça e instituições eficazes, foram encontradas na maioria dos PDI's dos Centros Universitários pesquisados estratégias e ações referentes a esse ODS, diretamente ligado à questão dos direitos humanos.

4.1.3.17 Estratégias e ações para parcerias e meios de implementação

- a) Estabelecer parcerias com instituições públicas e privadas para o desenvolvimento de projetos e ações, encontradas em 16 (53,3%) PDI's;
- b) Criar redes de cooperação e colaboração com outras instituições de ensino e pesquisa para o compartilhamento de conhecimento e experiências, identificadas em 7 (23,3%) PDI's;
- c) Desenvolver iniciativas para a captação de recursos e investimentos para projetos, presentes em 11 (36,7%) documentos.

Gráfico 34 - Estratégias e Ações relacionadas ao ODS 17 – Parcerias e Meios de Implementação



Fonte: PDI's analisados, (2023).

A presença de objetivos e metas nos PDI's das IES, relacionados ao ODS 17 - parcerias e meios de implementação, levou à identificação de estratégias e ações estabelecidas para seu alcance. Tendo em vista, o importante o papel que as IES desempenham na implementação dos ODS, a constatação de que seus planos de desenvolvimento institucional são elaborados de forma coerente, tendo, para cada objetivo e meta, pelo menos uma estratégia e ação correspondente, é um forte indicador de que, se não em sua totalidade, pelo menos uma boa parte dos ODS é tratada, por essas Instituições, com o zelo necessário.

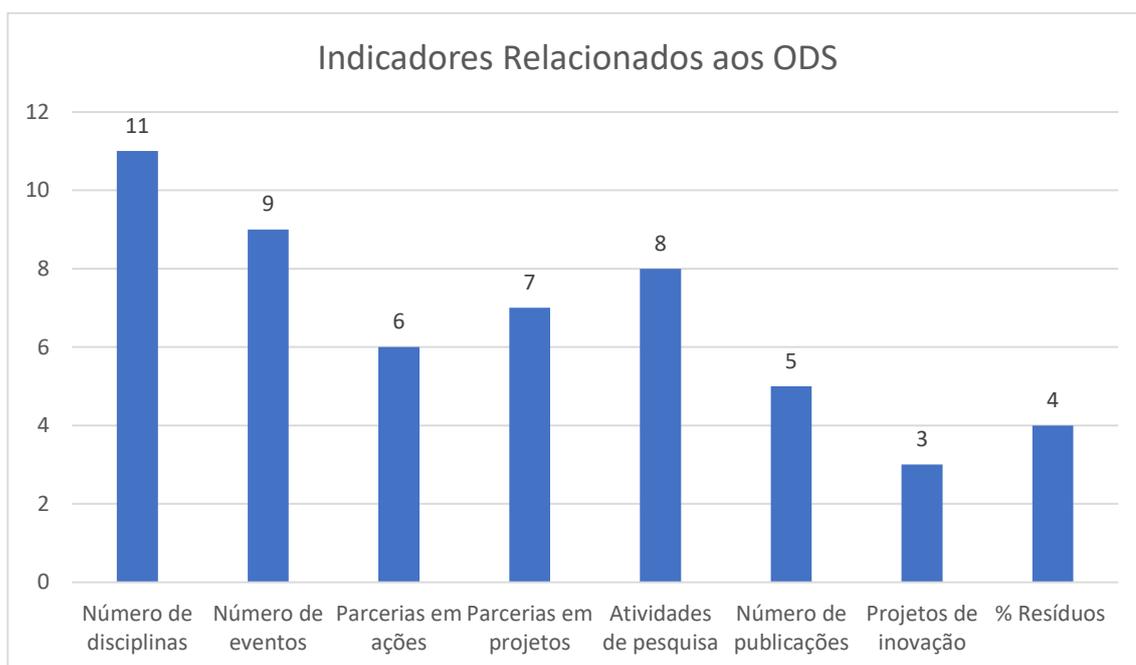
4.1.4. Verificação da existência de indicadores de monitoramento

Existem diversos indicadores de monitoramento que poderiam ser incluídos nos PDI's das IES para avaliar o progresso das ações relacionadas aos ODS. Em especial, no que diz respeito às ações relacionadas aos ODS, foram encontrados, de maneira implícita, alguns indicadores que podem permitir a avaliação do impacto dessas ações, a saber:

- a) Número de disciplinas, projetos e atividades de ensino que abordam temas relacionados aos ODS, presentes em 11 (36,7%) PDI's;
- b) Número de eventos e atividades realizadas pela IES para discutir e promover ações relacionadas aos ODS, encontrados em 9 (30%) PDI's;
- c) Número de parcerias estabelecidas com organizações externas para a

- promoção de ações relacionadas aos ODS, identificados em 6 (20%) PDI's;
- d) Número de parcerias estabelecidas com outras instituições para o desenvolvimento de projetos relacionados aos ODS, encontrados em 7 (23,3%) PDI's;
- e) Número de atividades de pesquisa e extensão desenvolvidas com a temática dos ODS, constatados em 8 (26,7%) PDI's;
- f) Número de publicações científicas relacionadas aos ODS, presentes em 5 (16,7%) documentos;
- g) Número de projetos de inovação e empreendedorismo com foco nos ODS, encontrados em 3 (10%) PDI's;
- h) Percentual de resíduos sólidos reciclados na instituição, identificados em 4 (13,3%) PDI's.

Gráfico 35 - Indicadores relacionados aos ODS



Fonte: PDI's analisados, (2023).

Na elaboração de um PDI, assim como de qualquer planejamento, é preciso pensar em sua avaliação e monitoramento em intervalos regulares durante seu período de execução. A realização de monitoramento e avaliação das iniciativas e estratégias propostas é uma etapa fundamental para verificar o alcance das metas estabelecidas.

O monitoramento dos indicadores propostos nos PDI's subsidia o processo de avaliação institucional interna, conduzido pela Comissão Própria de Avaliação (CPA). Nesse sentido, o monitoramento visa ao gerenciamento das informações sobre a execução das ações, projetos e programas necessários para o alcance dos objetivos, com o propósito de possibilitar aos gestores a tomadas de decisão de forma tempestiva e assertiva.

Na análise realizada, constatou-se que os PDI's da IES não apresentam, explicitamente, os indicadores que seriam adotados para monitoramento do alcance dos objetivos e metas propostas. Evidencia-se, dessa forma, que os indicadores é algo novo nos PDI's das IES, que ainda precisam buscar uma maior adequação destes à realidade a ser mensurada.

De modo geral, os indicadores identificados permitem às IES o acompanhamento da implementação das estratégias, de modo a implantar uma cultura focada na melhoria da execução das ações.

4.1.5. Verificação da existência de parcerias relacionadas aos ODS

Para verificar a existência de parcerias para o desenvolvimento dos ODS nos PDI's, foram buscadas na análise documental informações que pudessem indicar a existência de parcerias para o desenvolvimento dos ODS. Os resultados apontam para a existência dos seguintes itens:

- a) Menções a instituições, empresas ou organizações parceiras que estejam trabalhando na implementação dos ODS em conjunto com a IES, encontradas em 6 (20%) PDI's.
- b) Descrição de projetos e ações em andamento que estejam alinhados aos ODS e que envolvam a participação de parceiros externos, presentes em 13 (43,3%) PDI's.
- c) Indicação de eventos, seminários, congressos e outras atividades que visem discutir e promover o desenvolvimento dos ODS e que tenham a participação de parceiros externos, identificados em 9 (30%) PDI's.
- d) A citação de convênios e acordos de cooperação técnica com outras instituições, organizações e empresas que tenham como objetivo a promoção do desenvolvimento sustentável e alinhados aos ODS,

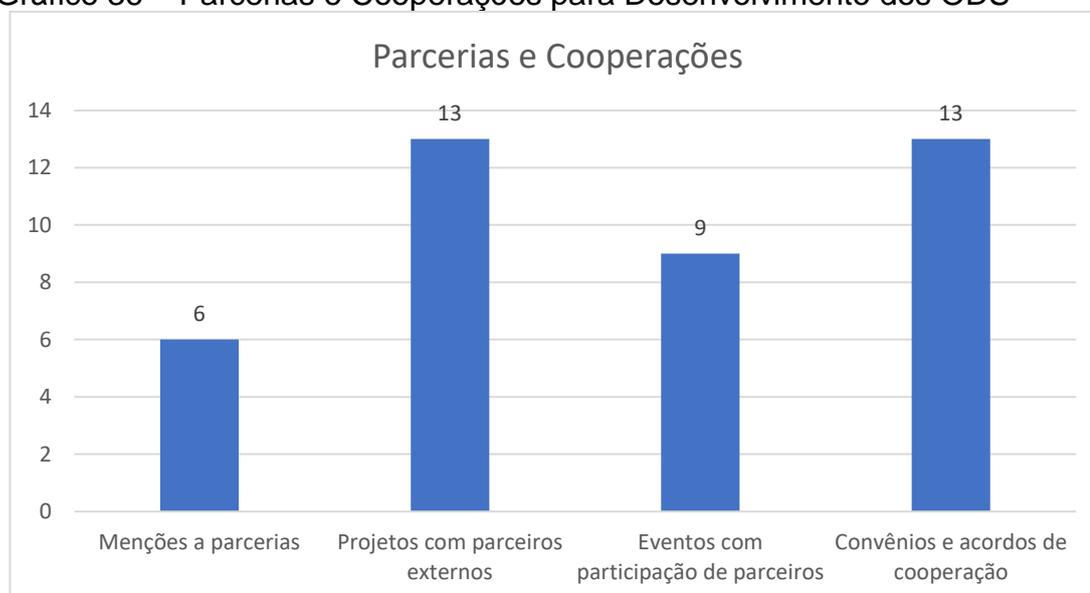
encontrados em 13 (43,3%) PDI's.

A ONU indica duas necessidades fundamentais para se alcançar uma sociedade próspera, a partir da junção pessoas e planeta: a paz e as parcerias, tratadas nos ODS 16 - paz, justiça e instituições eficazes e ODS 17 - parcerias e meios de implementação. Com relação às parcerias, aponta que:

Estamos determinados a mobilizar os meios necessários para implementar esta Agenda por meio de uma Parceria Global para o Desenvolvimento Sustentável revitalizada, com base no espírito de solidariedade global fortalecida, com ênfase especial nas necessidades dos mais pobres e mais vulneráveis e com a participação de todos os países, todas os grupos interessados e todas as pessoas. As interconexões e a natureza integrada dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável são de importância crucial para assegurar que o propósito da nova Agenda se concretize (ONU, 2015).

Há, portanto, uma ênfase na interconexão e participação de todos os grupos interessados para que a relação entre os seres humanos e o planeta seja consciente e desencadeie a paz e a prosperidade do mesmo, o que reforça a importância das IES, estabelecerem parcerias que possam viabilizar sua participação no desenvolvimento dos ODS.

Gráfico 36 – Parcerias e Cooperações para Desenvolvimento dos ODS



Fonte: PDI's analisados, (2023).

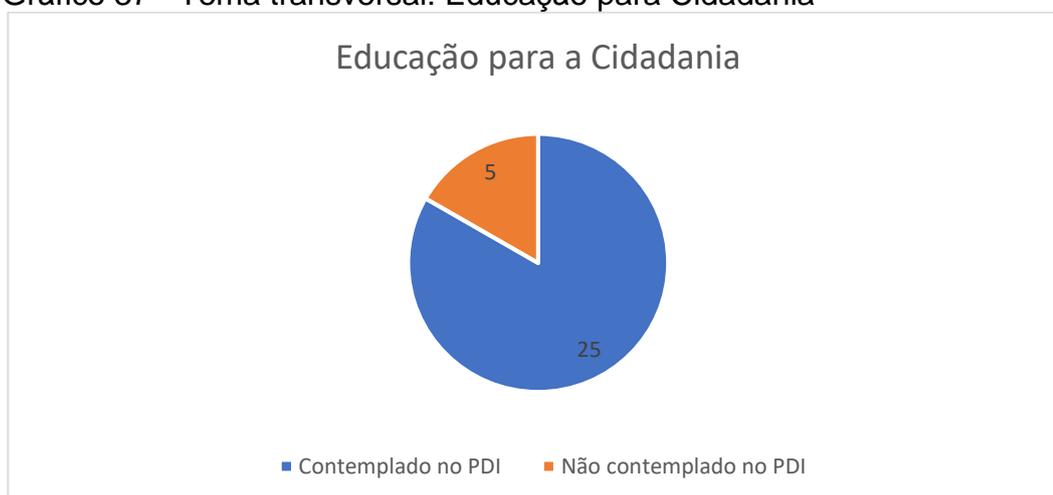
4.1.6. Verificação da existência de temas transversais relacionados aos ODS

Os temas transversais são questões que perpassam todas as áreas do conhecimento e que estão relacionados a valores, direitos e práticas sociais, culturais e políticas. Eles são importantes para o desenvolvimento de uma educação mais integral e que contribua para a formação de cidadãos críticos e participativos. Alguns temas transversais que se relacionam com os ODS encontrados nos PDI's das IES foram: educação para a cidadania; diversidade cultural; direitos humanos; sustentabilidade ambiental; inovação e tecnologia e participação cidadã. A seguir são apresentados os resultados obtidos para cada um desses temas.

4.1.6.1 Educação para a cidadania

A promoção dos ODS requer a formação de cidadãos conscientes de seu papel na sociedade e comprometidos com a construção de um mundo mais justo e sustentável. O tema transversal relativo à educação para a cidadania foi encontrado em 25 (83,3%) dos 30 PDI's analisados.

Gráfico 37 - Tema transversal: Educação para Cidadania



Fonte: PDI's analisados, (2023).

A educação para a cidadania é um dos temas transversais mais importantes que as IES devem considerar em seus Planos de Desenvolvimento Institucional (PDI). Isso porque ela tem um papel fundamental na formação de cidadãos críticos e participativos, capazes de contribuir para a construção de uma sociedade mais justa, igualitária e democrática.

Ao incluir a educação para a cidadania em seu PDI, as IES assumem o compromisso de promover uma formação integral de seus alunos, que vai além do desenvolvimento de habilidades técnicas e conhecimentos específicos de cada área de atuação. Essa formação deve contemplar a reflexão sobre valores, direitos e práticas sociais, culturais e políticas, de forma a estimular a participação ativa dos estudantes na vida social e política do país.

A educação para a cidadania também está diretamente relacionada aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), uma vez que o alcance desses objetivos depende, em grande medida, do engajamento e da mobilização da sociedade civil. Ao formar cidadãos conscientes e engajados, as IES contribuem para a promoção dos ODS e para a construção de um mundo mais justo, igualitário e sustentável.

Além disso, a inclusão da educação para a cidadania no PDI das IES pode contribuir para a formação de profissionais mais éticos e responsáveis, capazes de atuar de forma consciente e comprometida com o desenvolvimento social e ambiental do país. Isso pode ter um impacto positivo não apenas na vida dos indivíduos formados pela instituição, mas também na sociedade como um todo.

De maneira concisa, a inclusão da educação para a cidadania nos PDI's das IES é fundamental para a formação de cidadãos críticos e participativos, engajados com os desafios sociais e ambientais do mundo contemporâneo, e contribui para a promoção dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e para a construção de um futuro mais justo e sustentável.

4.1.6.2 Diversidade cultural

A diversidade cultural é um valor importante para a promoção dos ODS, pois reconhece e respeita as diferenças culturais e sociais das pessoas e povos. Esse tema transversal foi encontrado em 28 (93,3%) documentos, dentre os 30 analisados.

Gráfico 38 - Tema transversal: Diversidade Cultural



Fonte: PDI's analisados, (2023).

A diversidade cultural é um tema transversal de extrema importância que as IES devem considerar em seus Planos de Desenvolvimento Institucional (PDI). Ela se refere à variedade de culturas que existem em uma determinada sociedade, incluindo suas tradições, crenças, costumes, línguas, expressões artísticas, entre outros aspectos.

Ao incluir a diversidade cultural como tema transversal em seu PDI, as IES assumem o compromisso de valorizar e respeitar a pluralidade de culturas presentes em sua comunidade acadêmica, bem como de promover a inclusão e a equidade, combatendo a discriminação e o preconceito.

A valorização da diversidade cultural também é fundamental para a formação de profissionais mais sensíveis e preparados para atuar em um mundo globalizado, em que as interações interculturais são cada vez mais frequentes e importantes. A inclusão desse tema transversal no PDI das IES pode contribuir para a formação de indivíduos mais tolerantes, capazes de lidar com a diversidade cultural de forma respeitosa e construtiva.

Por conseguinte, a diversidade cultural está diretamente relacionada aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), em especial ao ODS 10, que visa reduzir as desigualdades sociais e econômicas. A inclusão da diversidade cultural como tema transversal no PDI das IES pode contribuir para o alcance desse objetivo, ao estimular a inclusão de grupos historicamente marginalizados e combatendo o racismo, a xenofobia e outras formas de discriminação.

4.1.6.3 Direitos humanos

A promoção dos direitos humanos está diretamente relacionada aos ODS, pois a erradicação da pobreza e da desigualdade passa pela garantia de direitos fundamentais, como acesso à educação, saúde, moradia, segurança e dignidade. Dentre os PDI analisados, esse tema está presente em 27 (90%) documentos.

Gráfico 39 – Tema transversal: Direitos Humanos



Fonte: PDI's analisados, (2023).

A inclusão dos Direitos Humanos como tema transversal no PDI das IES é de extrema relevância, pois representa um compromisso com a defesa e a promoção dos valores fundamentais da dignidade humana, da liberdade, da igualdade e da justiça social.

Ao incluir os Direitos Humanos como tema transversal, as IES assumem a responsabilidade de formar profissionais com uma visão crítica e reflexiva sobre as questões relacionadas aos direitos humanos, capacitando-os a lidar de forma respeitosa e construtiva com as demandas da sociedade em que estão inseridos.

Ademais, a inclusão dos Direitos Humanos no PDI das IES é fundamental para o desenvolvimento de uma cultura de respeito à diversidade e de combate à discriminação, preconceito e violência, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Vale ressaltar que a promoção dos Direitos Humanos está diretamente relacionada aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), em especial ao ODS 16, que visa promover sociedades pacíficas e inclusivas, proporcionar o acesso

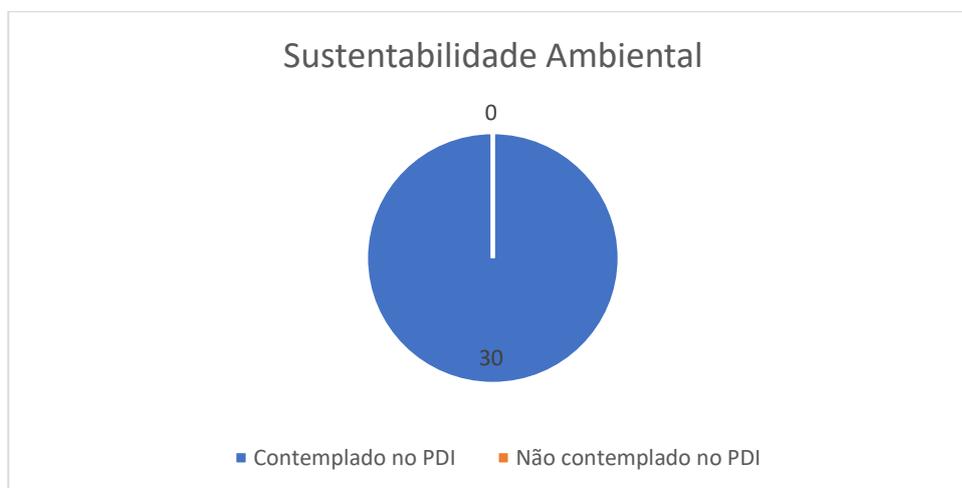
à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis.

Portanto, a inclusão dos Direitos Humanos como tema transversal no PDI das IES é uma forma de contribuir para a formação de cidadãos mais conscientes, críticos e comprometidos com a promoção dos valores fundamentais da democracia, da cidadania e dos Direitos Humanos, e para o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

4.1.6.4 Sustentabilidade ambiental

A preservação do meio ambiente é uma questão crucial para o alcance dos ODS, uma vez que a sustentabilidade ambiental está diretamente relacionada à garantia de condições de vida dignas para as gerações presentes e futuras. O tema está presente nos 30 (100%) PDI analisados.

Gráfico 40 - Tema transversal: Sustentabilidade Ambiental



Fonte: PDI's analisados, (2023).

A inclusão da sustentabilidade ambiental como tema transversal no PDI das IES é fundamental para o desenvolvimento de uma consciência crítica e reflexiva sobre a importância da preservação do meio ambiente e dos recursos naturais para a sobrevivência das gerações futuras.

Ao incluir a sustentabilidade ambiental como tema transversal, as IES assumem a responsabilidade de formar profissionais capazes de lidar de forma ética e responsável com as questões relacionadas ao meio ambiente, contribuindo para o

desenvolvimento de soluções sustentáveis e para a promoção de um futuro mais justo e equitativo.

Além do mais, a inclusão da sustentabilidade ambiental no PDI das IES é crucial para a promoção de um ensino mais interdisciplinar e integrado, capaz de integrar conhecimentos e práticas de diversas áreas do conhecimento, e para a promoção de uma cultura de inovação e empreendedorismo sustentável, capaz de desenvolver soluções tecnológicas e sociais que contribuam para a preservação do meio ambiente.

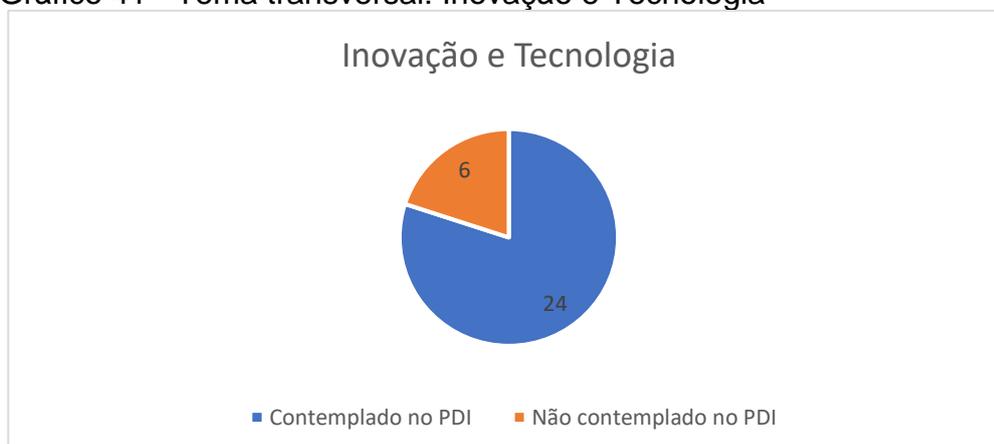
Importante ressaltar, que a promoção da sustentabilidade ambiental está diretamente relacionada aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), em especial ao ODS 13, que busca promover a ação climática e reduzir as emissões de gases de efeito estufa, e ao ODS 15, que visa proteger, restaurar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres e marinhos.

Portanto, a inclusão da sustentabilidade ambiental como tema transversal no PDI das IES é uma forma de contribuir para a formação de cidadãos mais conscientes, críticos e comprometidos com a preservação do meio ambiente e dos recursos naturais, e para o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

4.1.6.5 Inovação e tecnologia

A inovação e a tecnologia são importantes para o desenvolvimento sustentável, pois permitem a criação de soluções criativas e eficazes para os desafios sociais e ambientais. Em 24 (80%) documentos, o tema é explicitamente abordado pelas IES.

Gráfico 41 - Tema transversal: Inovação e Tecnologia



Fonte: PDI's analisados, (2023).

A inclusão da inovação e tecnologia como tema transversal nos Planos de Desenvolvimento Institucional (PDI) das Instituições de Ensino Superior (IES) é fundamental para o desenvolvimento de uma cultura de empreendedorismo, criatividade e inovação nas universidades.

A inovação e tecnologia são essenciais para o desenvolvimento econômico e social, e cada vez mais se tornam fatores decisivos para a competitividade das organizações. Nesse sentido, a inclusão da inovação e tecnologia como tema transversal nos PDI's das IES é uma forma de preparar os estudantes para lidar com os desafios do mundo contemporâneo e contribuir para o desenvolvimento de soluções criativas e inovadoras para os problemas sociais, econômicos e ambientais.

Outrossim, a inclusão da inovação e tecnologia como tema transversal nos PDI's das IES pode contribuir para a promoção de uma cultura de pesquisa e desenvolvimento, incentivando a criação de projetos interdisciplinares e o uso de tecnologias de ponta para a resolução de problemas complexos.

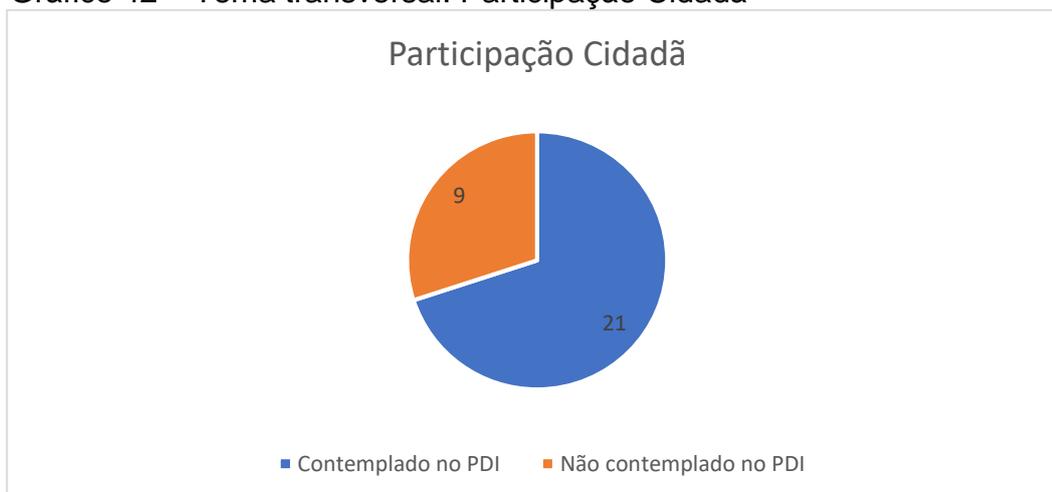
Por fim, vale ressaltar que a inclusão da inovação e tecnologia como tema transversal nos PDI's das IES está diretamente relacionada aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), em especial ao ODS 9, que visa promover a inovação e a infraestrutura, e ao ODS 17, que busca fortalecer as parcerias e a cooperação internacional para o desenvolvimento sustentável.

Sendo assim, a inclusão da inovação e tecnologia como tema transversal no PDI das IES é uma forma de preparar os estudantes para lidar com os desafios do mundo contemporâneo e contribuir para a construção de um futuro mais justo e sustentável, alinhado aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

4.1.6.6 Participação cidadã

A participação cidadã é fundamental para o alcance dos ODS, uma vez que as mudanças necessárias exigem o engajamento e a mobilização de todos os setores da sociedade. Extremamente importante, esse tema foi abordado em 21 (70%) dos PDI's analisados.

Gráfico 42 – Tema transversal: Participação Cidadã



Fonte: PDI's analisados, (2023).

A participação cidadã é um tema transversal fundamental nos Planos de Desenvolvimento Institucional (PDI) das Instituições de Ensino Superior (IES), pois é um dos pilares da democracia e do desenvolvimento social, econômico e político.

A participação cidadã engloba a participação ativa da sociedade civil na tomada de decisões, na formulação e implementação de políticas públicas, na fiscalização e no controle social das ações do governo. Na universidade, a participação cidadã pode ocorrer por meio da participação dos estudantes, docentes, técnicos-administrativos e comunidade externa em conselhos e comissões, fóruns de discussão, eventos e projetos de extensão.

A inclusão da participação cidadã como tema transversal no PDI das IES é fundamental para a formação de cidadãos críticos, conscientes de seus direitos e deveres, e comprometidos com o desenvolvimento sustentável. A participação cidadã também contribui para a formação de uma cultura de diálogo, tolerância e respeito à diversidade de opiniões, valores e culturas.

No entanto, a inclusão da participação cidadã como tema transversal no PDI das IES está diretamente relacionada aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), em especial ao ODS 16, que visa promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, e ao ODS 17, que visa fortalecer as parcerias e a cooperação internacional para o desenvolvimento sustentável.

Dessa forma, a inclusão da participação cidadã como tema transversal no PDI das IES é uma forma de estimular a participação ativa dos estudantes, docentes, técnicos-administrativos e comunidade externa na vida universitária, contribuindo para

a formação de cidadãos conscientes e engajados com o desenvolvimento sustentável e alinhado aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

4.2. ANÁLISE DAS RESPOSTAS DOS GESTORES

Para verificar se os PDI's dos Centros Universitários que compõem a amostra contemplam os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) estabelecidos pela Organização das Nações Unidas (ONU), foram enviados questionários para 37 gestores, dos quais 26 (86,7%) responderam às perguntas. O Quadro 2 a seguir sintetiza as respostas obtidas.

Quadro 2 - Síntese das respostas ao questionário

1. Em que área o Centro Universitário atua? (Marque todas as opções relevantes)		
Graduação	26	100%
Pesquisa	26	100%
Extensão	26	100%
Pós-graduação	26	100%
Cursos Livres	14	54%
Outros (especificar: cursos de capacitação, consultorias)	8	31%
2. Quantos cursos são oferecidos pelo Centro Universitário?		
Menos de 20	4	15%
Entre 20 e 40	8	31%
Mais de 40	14	54%
3. Como a instituição aborda o tema da sustentabilidade em sua gestão e práticas? (Marque todas as opções relevantes)		
Está incorporado na missão e visão institucional	10	38%
É abordado em políticas e diretrizes institucionais	20	77%
É integrado em programas e projetos específicos	26	100%
É tema de eventos e atividades de sensibilização	20	77%
Outros (especificar: ementas de disciplinas específicas)	12	46%
4. Você conhece a agenda 2030 da ONU em relação aos ODS?		
Sim, conheço detalhadamente o assunto	5	19%
Sim, conheço um pouco do assunto	20	77%
Sim, já ouvi falar do assunto	1	4%
Não, não conheço	0	0%
5. Quais estratégias o Centro Universitário tem adotado para promover a implementação dos ODS em suas atividades acadêmicas? (Marque todas as opções relevantes)		

Inclusão dos ODS na matriz curricular dos cursos	2	8%
Desenvolvimento de projetos de pesquisa voltados para os ODS	26	100%
Promoção de atividades de extensão relacionadas aos ODS	26	100%
Parcerias com organizações externas para a implementação dos ODS	6	23%
Capacitação de docentes e discentes sobre os ODS	17	65%
6. Quais ações específicas o Centro Universitário tem adotado para fomentar o desenvolvimento sustentável e a promoção dos ODS? (Marque todas as opções relevantes)		
Promoção de eventos e campanhas de sensibilização sobre sustentabilidade e os ODS	20	77%
Desenvolvimento de programas de incentivo à pesquisa e extensão relacionados à sustentabilidade e aos ODS	26	100%
Parcerias com empresas, governos e organizações da sociedade civil para ações voltadas à sustentabilidade e aos ODS	6	26%
Integração da sustentabilidade e dos ODS em projetos de inovação e empreendedorismo	4	15%
Participação em redes e iniciativas relacionadas à sustentabilidade e aos ODS	2	8%
7. Quais são os principais desafios enfrentados pelo Centro Universitário na promoção da sustentabilidade e dos ODS? (Marque todas as opções relevantes)		
Falta de recursos financeiros	4	15%
Dificuldades na sensibilização e engajamento da comunidade acadêmica	21	81%
Pouca integração da sustentabilidade e dos ODS na cultura institucional	3	12%
Limitações de capacitação sobre sustentabilidade e os ODS	3	12%
Falta de interesse Institucional no tema	15	58%
8. O PDI do Centro Universitário contempla metas relacionadas aos ODS? (Marque a opção mais adequada)		
Sim, todos os ODS são contemplados no PDI	4	15%
Sim, alguns ODS são contemplados no PDI	22	85%
Não, o PDI não contempla metas relacionadas aos ODS	0	0%
Não tenho conhecimento sobre o PDI do Centro Universitário	0	0%
9. Como o Centro Universitário tem integrado os ODS em seu PDI? (Marque todas as opções relevantes)		
Definição de metas e indicadores específicos relacionados aos ODS no PDI	4	15%
Inclusão de ações e projetos voltados para os ODS no PDI	26	100%
Monitoramento e avaliação do progresso das metas relacionadas aos ODS no PDI	3	12%
Envolvimento da comunidade acadêmica na definição e implementação das ações relacionadas aos ODS no PDI	15	58%
Articulação com parceiros externos para a implementação das metas relacionadas aos ODS no PDI	8	31%

Fonte: Questionários respondidos, (2023).

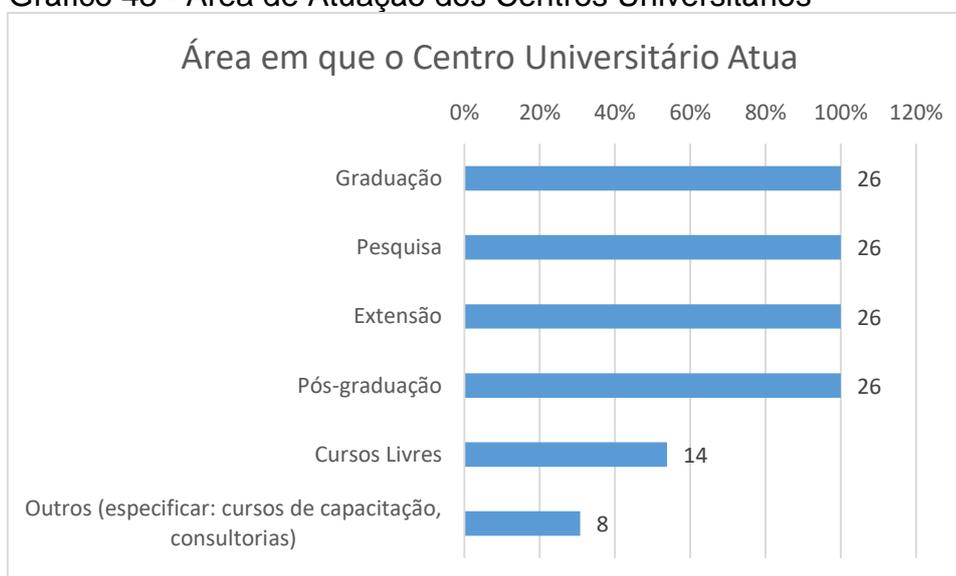
As respostas ao questionário auxiliaram na identificação das percepções dos gestores acerca da atuação de suas respectivas IES, no que diz respeito ao desenvolvimento dos ODS.

A seguir são apresentados os resultados obtidos para cada uma das perguntas do questionário, acompanhados dos respectivos gráficos ilustrativos.

As duas primeiras perguntas do questionário têm como objetivo verificar as características da amostra, identificando a área de atuação e o número de cursos ofertados.

Quanto à área de atuação dos Centros Universitários, verificou-se que 100% (26 IES) atuam no ensino – graduação e pós-graduação, na pesquisa e na extensão; 53,8% (14 IES) ofertam cursos livres e 30,8% (8 IES) atuam com cursos de capacitação e consultorias.

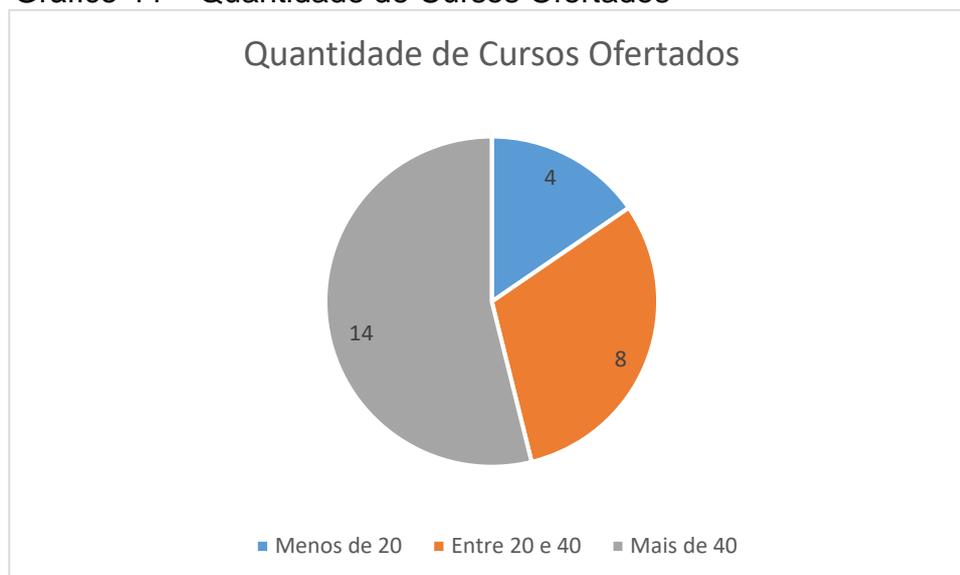
Gráfico 43 - Área de Atuação dos Centros Universitários



Fonte: Questionários respondidos, (2023).

No que se refere ao número de cursos, 14 IES (53,8%) ofertam mais de 40 cursos; 8 IES (30,8%) ofertam entre 20 e 40 cursos e 4 IES (15,4%) oferecem menos de 20 cursos, o que permite concluir que a maioria dos Centros Universitários do Paraná são Instituições de grande porte.

Gráfico 44 – Quantidade de Cursos Ofertados



Fonte: Questionários respondidos, (2023).

As respostas dos gestores sobre como as IES abordam o tema da sustentabilidade em sua gestão e práticas indicam que em 100% (26 IES), a sustentabilidade é integrada em programas e projetos específicos; 76,9% (20 IES) tratam do tema em suas políticas e diretrizes institucionais e em eventos e atividades de sensibilização; em 46,2% (12 IES), o tema é tratado em ementas de disciplinas específicas e apenas 38,5% (10 IES) incorporam o tema da sustentabilidade em sua missão e visão institucional.

No tocante à função das IES ou como elas se colocam no seio da sociedade, Gazzone et al. (2018), apontam que:

[...] as Instituições de Ensino Superior (IES) possuem papel fundamental, por serem formadoras de pensamento e opinião, sendo assim, podem potencializar a criação e a difusão de um pensamento sustentável. Para tanto, é necessário que as pessoas envolvidas no desenvolvimento das atividades universitárias sirvam como base para a disseminação do conhecimento e fortalecimento de práticas sustentáveis. Embora tenha havido alguns desenvolvimentos na educação superior no que concerne ao desenvolvimento sustentável, ainda existem numerosos desafios que precisam ser superados (GAZZONE et al., 2018, p. 3).

Como já mencionado anteriormente, as IES formam não só profissionais de diferentes áreas do conhecimento, mas também, sujeitos que podem ser multiplicadores de um comportamento sustentável. Nesse contexto, as respostas dos gestores à questão sobre como a instituição aborda o tema da sustentabilidade em

sua gestão e práticas demonstram que, mesmo sem estabelecer uma relação direta com os ODS, o tema sustentabilidade está presente.

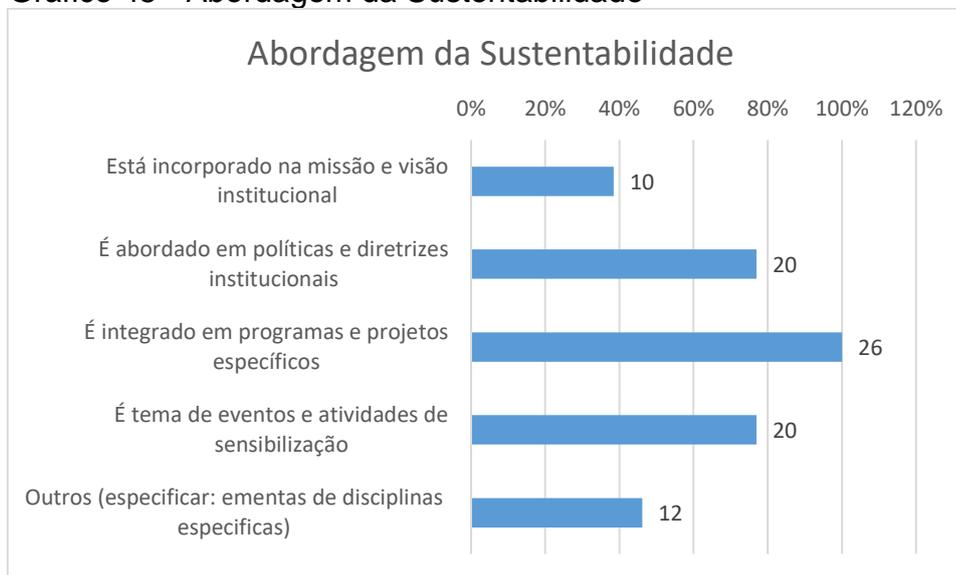
Isso também pode ser explicado, em parte, pelo fato de que o tema da sustentabilidade é contemplado no processo de avaliação institucional conduzido pelo Ministério da Educação (MEC), sendo abordado em dois indicadores do Instrumento de Avaliação Institucional Externa:

Indicador 2.4 - PDI, políticas institucionais voltadas para à valorização da diversidade, do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural, e ações afirmativas de defesa e promoção dos direitos humanos e da igualdade étnico-racial.

Indicador 2.5 - PDI e políticas institucionais voltadas ao desenvolvimento econômico e à responsabilidade social (BRASIL, 2017, p. 13).

As respostas dos gestores apresentam coerência com a análise documental, na qual a verificação da existência de temas transversais relacionados aos ODS, no item 4.1.6.4 - Sustentabilidade ambiental, constatou que 100% das IES tratam da sustentabilidade em seu PDI.

Gráfico 45 - Abordagem da Sustentabilidade

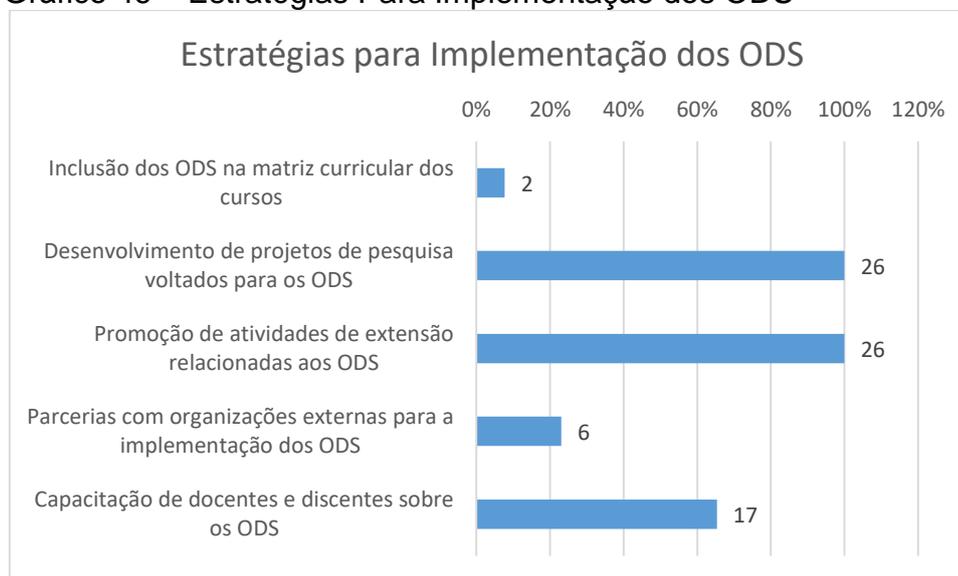


Fonte: Questionários respondidos, (2023).

Quanto às estratégias adotadas para a implementação dos ODS, foi constatado que 2 IES (7,7%) incluem os ODS nas matrizes curriculares dos cursos ofertados; 26 IES (100%) desenvolvem projetos de pesquisa e de extensão voltados para os ODS; 6 IES (23,1%) fazem parcerias com organizações externas para a

implementação dos ODS e em 17 IES (65,4%) os gestores afirmam que realizam a capacitação de professores e alunos sobre os ODS.

Gráfico 46 – Estratégias Para Implementação dos ODS



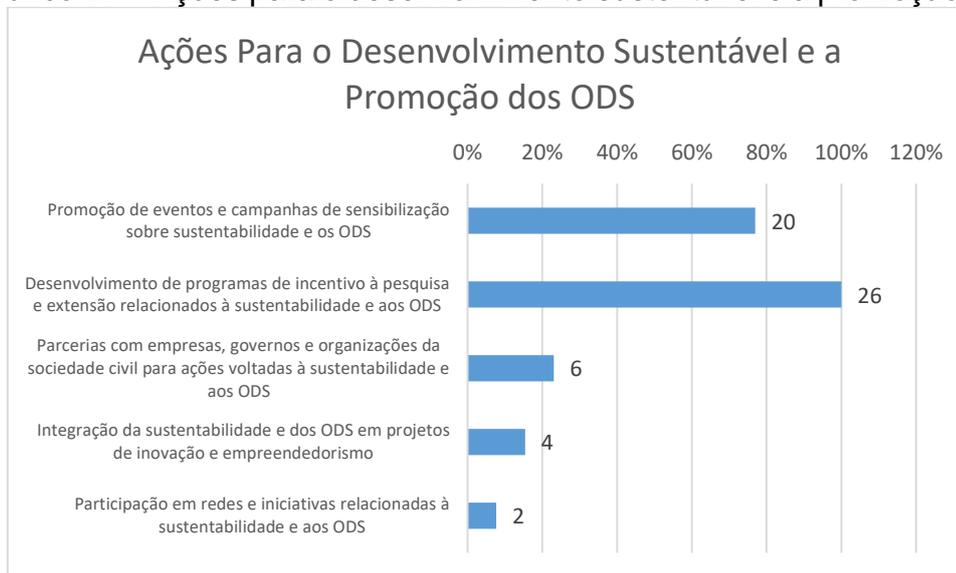
Fonte: Questionários respondidos, (2023).

No que concerne às ações para o desenvolvimento sustentável e a promoção dos ODS, foi identificado que 20 IES (76,9%) promovem eventos e campanhas de sensibilização sobre sustentabilidade e os ODS; 26 IES (100%) desenvolvem programas de incentivo à pesquisa e extensão relacionados à sustentabilidade e os ODS; em 6 IES (23,1%) existem parcerias com empresas, governos e organizações da sociedade civil para ações voltadas à sustentabilidade e aos ODS; 4 gestores (15,4%) responderam que realizam a integração da sustentabilidade e dos ODS em projetos de inovação e empreendedorismo e apenas 2 (7,7%) afirmaram participar de redes e iniciativas relacionadas à sustentabilidade e aos ODS.

As respostas obtidas indicam a existência de várias formas adotadas pelas IES para promover o desenvolvimento sustentável, com ênfase no planejamento e desenvolvimento de práticas de ensino, pesquisa e extensão. Contudo, as práticas sustentáveis não acontecem necessariamente de maneira automática, sendo sempre dependentes do interesse e participação da instituição. Gazzone et al. (2018, p.6) afirmam que alguns aspectos que podem dificultar a inserção de práticas sustentáveis nas instituições de ensino superior estão relacionados ao “sistema burocrático e hierárquico rígido; a falta de conscientização e comprometimento dos agentes

envolvidos (docentes, discentes e administração); e a inexistência de definição de políticas institucionais de curto e longo prazo”.

Gráfico 47 – Ações para o desenvolvimento sustentável e a promoção dos ODS



Fonte: Questionários respondidos, (2023).

Com relação à pergunta 7, sobre os principais desafios enfrentados na promoção da sustentabilidade e dos ODS, 4 gestores (15,4%) apontaram a falta de recursos financeiros destinados especificamente para esse fim; 21 (80,1%) deles apontaram a existência de algumas dificuldades na sensibilização e engajamento da comunidade acadêmica; apenas 3 (11,5%) afirmaram haver limitações na capacitação sobre sustentabilidade e ODS e 15 (57,7%) responderam que há falta de interesse institucional no tema.

As respostas dos gestores a essa questão não apresentam total aderência às evidências levantadas na análise dos PDI's, na qual, no item 4.1.6.4 - Sustentabilidade Ambiental, constatou-se a presença do tema em 100% dos documentos.

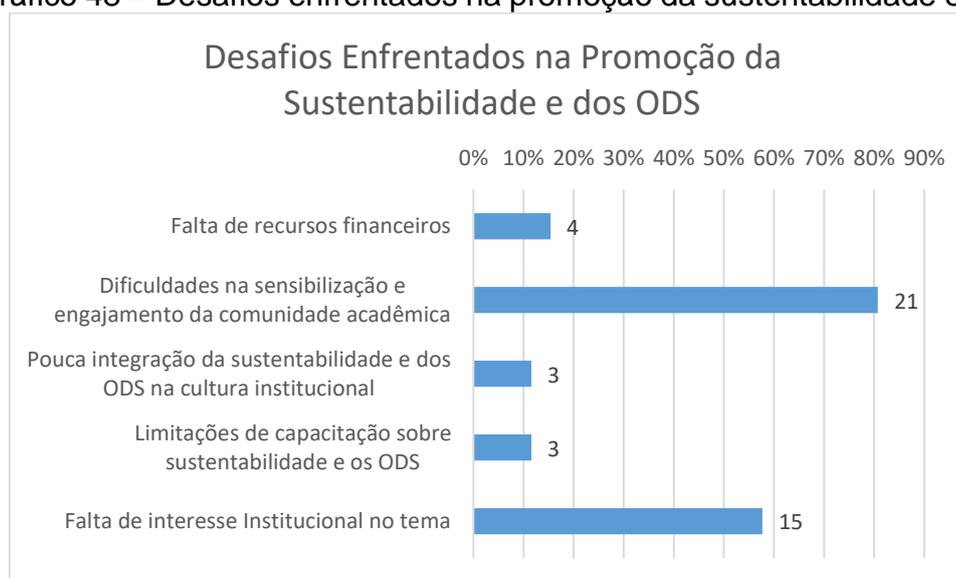
Uma possível explicação para que a questão da sustentabilidade ainda enfrente alguns desafios, mesmo estando presente em todos os PDI's, pode ser encontrada no trabalho de Gazzone et al. (2018, p.6), que afirmam que o “desenvolvimento sustentável ainda é algo pouco palpável na Universidade e que depende de maior engajamento dos atores envolvidos nesse processo”. Assim sendo, o que se verifica é que a sustentabilidade (e práticas a ela associadas) é um tópico presente e recorrente nos planos de desenvolvimento das instituições, o que não

significa, necessariamente, que as instituições possuam uma política de desenvolvimento sustentável ou uma agenda voltada a isso.

Considerando que a Portaria nº 1.428/2019 estabelece diretrizes gerais para a implementação da Educação Ambiental nas instituições de ensino do país, o que inclui a inclusão dos ODS nos projetos pedagógicos das IES, a inclusão dos ODS e do tema referente à sustentabilidade, deve ser feita de forma transversal, integrada a todas as áreas do conhecimento, devendo ser acompanhada de ações integradas entre as IES e outras instituições e órgãos da sociedade.

Isso permite dizer que, para atendimento à Legislação, as IES incluem em seus PDI's objetivos, metas, estratégias e ações relativas à sustentabilidade, mas na prática encontram dificuldades para sua efetiva implementação.

Gráfico 48 – Desafios enfrentados na promoção da sustentabilidade e dos ODS

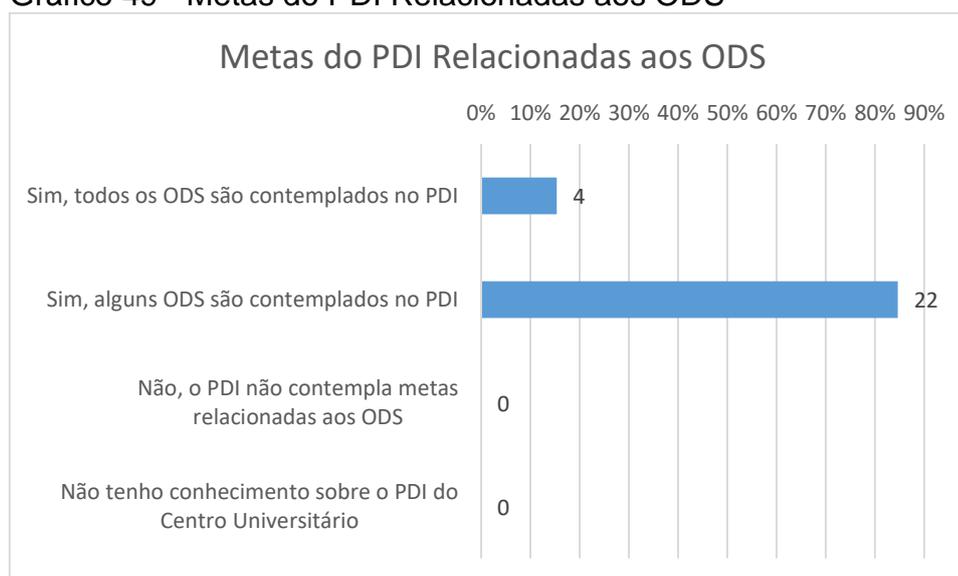


Fonte: Questionários respondidos, (2023).

Quanto às metas do PDI relacionadas aos ODS, 4 gestores (15,4%) responderam que todos os ODS são contemplados em seus PDI's; 22 (84,6%) afirmaram que alguns ODS são contemplados nos PDI's. Nenhum deles disse que os PDI's não contemplam metas relacionadas aos ODS ou que não tem conhecimento sobre o PDI de sua Instituição.

Esses resultados corroboram aos encontrados na análise dos PDI's, na qual se constatou que os 30 (100%) documentos analisados apresentam objetivos e metas relacionados aos 17 ODS, ainda que nem todos contemplem a totalidade dos ODS.

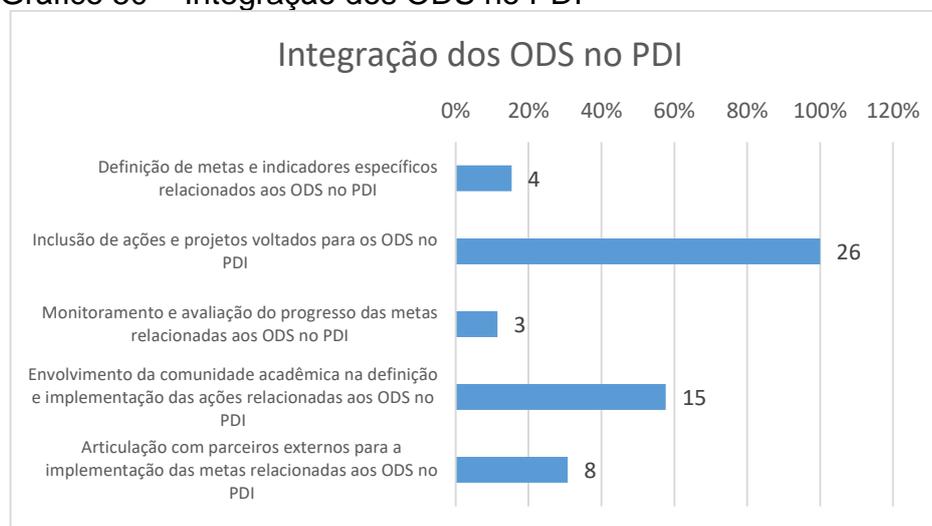
Gráfico 49 - Metas do PDI Relacionadas aos ODS



Fonte: Questionários respondidos, (2023).

Na questão sobre a integração dos ODS no PDI, 26 gestores (100%) afirmaram que isso ocorre mediante a inclusão de ações e projetos voltados aos ODS; 4 (15,4%) dizem adotar a definição de metas e indicadores específicos relacionados aos ODS; 3 gestores (11,5%) apontaram a existência de monitoramento e avaliação do progresso das metas relacionadas aos ODS; 15 (57,7%) indicaram o envolvimento da comunidade acadêmica na definição e implementação das ações relacionadas aos ODS e 8 gestores (30,8%) dizem que há articulação com parceiros externos para a implementação das metas do PDI relacionadas aos ODS.

Gráfico 50 – Integração dos ODS no PDI



Fonte: Questionários respondidos, (2023).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base no objetivo geral de “analisar o papel dos Centros Universitários do Estado do Paraná no desenvolvimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) estabelecidos pela Organização das Nações Unidas (ONU)”, foram analisados os PDI’s de 30 IES e tabuladas as respostas obtidas ao questionário aplicado a 26 gestores.

Os objetivos específicos propostos foram atendidos, uma vez que, no tocante ao objetivo específico de “Identificar na produção científica o que são os objetivos do desenvolvimento Sustentável (ODS) estabelecidos pela Organização das Nações Unidas (ONU)”, o presente estudo apresenta, no capítulo 2, uma ampla revisão bibliográfica acerca dos ODS, do papel e responsabilidade social que as Instituições de Ensino Superior (IES) desempenham, bem como, sobre a legislação que trata do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI).

Com relação ao objetivo específico de “Analisar os planos de desenvolvimento institucional dos Centros Universitários do Estado do Paraná para verificar o nível de institucionalização dos ODS”, o capítulo 4, no subitem 4.1, apresenta detalhadamente os resultados obtidos na análise dos referidos documentos.

No que concerne ao objetivo de “Verificar quais são as práticas e estratégias adotadas pelos Centros Universitários do Estado do Paraná para promover os ODS”, os resultados das respostas dos gestores ao questionário aplicado foram discutidos no subitem 4.2.

Os resultados referentes à análise dos PDI’s permitem concluir que as IES tratam, mesmo que não seja de forma explícita, os ODS em seus PDI’s, apresentando em maior ou menor número, objetivos, metas, estratégias e ações relacionadas aos mesmos. Ficou evidenciado que nem todos os 17 ODS recebem a mesma atenção; os mais abordados, direta ou indiretamente pelas IES são os ODS 01 - erradicação da pobreza, presente em 30 PDI’s; ODS 03 - saúde e bem-estar, em 22 PDI’s; ODS 04 - educação de qualidade, em 30 PDI’s; ODS 08 - trabalho decente e crescimento econômico, em 30 PDI’s; e ODS 10 - redução das desigualdades, em 29 PDI’s. Isso ocorre por se tratar de ODS mais relacionados com uma das finalidades das IES, que é proporcionar a formação de profissionais-cidadãos que possam contribuir para a melhoria da qualidade de vida da sociedade.

Por sua vez, os ODS com menor número de ocorrências nos PDI's foram: ODS 02 - fome zero e agricultura sustentável, encontrado em 06 PDI's; ODS 06 - água potável e saneamento, em 09 PDI's; ODS 13 - ação contra a mudança global do clima, em 06 PDI's; e ODS 14 - vida na água, em 03 PDI's. Uma possível explicação para a aparente pouca importância dada para esses ODS seria sua especificidade, além do fato de que nem todas as IES demonstrarem total conhecimento sobre os 17 ODS propostos pela ONU.

As respostas dos gestores ao questionário apresentam, em linhas gerais, coerência com os resultados obtidos na análise dos PDI's. Algumas divergências podem ser explicadas pelo fato de que os PDI's, como exigência regulatória, nem sempre são utilizados como instrumento efetivo de gestão.

Embora seja um planejamento, como o nome indica, o PDI é visto mais como uma obrigação legal e as atividades cotidianas dos gestores, no desenvolvimento dos processos relativos ao ensino, pesquisa e extensão, não seguem necessariamente à risca o estabelecido nesses documentos, que são vistos mais como "guias", cujas políticas e diretrizes orientam as atividades das IES.

Como respostas às perguntas da pesquisa, quais sejam: 1) qual o papel das IES no desenvolvimento da agenda 2030 sobre compromissos estabelecidos na Assembleia das Nações Unidas?, e 2) como os Centros Universitários do Estado do Paraná atuam no desenvolvimento ODS estabelecidos pela ONU?, pode-se afirmar que as IES têm relevante responsabilidade e precisam assumir efetivamente o compromisso com a agenda 2030, em especial no que diz respeito à implementação e alcance dos 17 ODS propostos e suas respectivas metas.

Esse papel se materializa a partir de objetivos e metas, estratégias e ações estabelecidos pelas IES em seus Planos de Desenvolvimento Institucional, documento que deveria nortear suas atividades, para além da exigência legal inerente aos processos de avaliação institucional e de cursos.

A Agenda 2030 ajuda a avaliar o ponto de partida dos países, em especial os da América Latina e Caribe, e analisar e formular os meios para alcançar essa nova visão da sustentabilidade. Os ODS são uma ferramenta de planejamento para os países, com uma visão de longo prazo, e permitem que sejam traçados os caminhos para o desenvolvimento sustentável, em harmonia com o meio ambiente, por meio de políticas públicas e instrumentos de orçamento, monitoramento e avaliação. Dessa forma, os países devem integrar os ODS em seus Planos Nacionais de

Desenvolvimento (JOHANNING, 2023). Consequentemente, sendo a educação um bem público, imprescindível e insubstituível, direito de todos e dever do Estado, os ODS precisam, da mesma forma, estar presentes, de maneira explícita, nos Planos de Desenvolvimento Institucional das IES.

Considerando que uma das metas propostas nos ODS é assegurar que até 2030 todos os alunos adquiram os conhecimentos teóricos e práticos necessários para promover o desenvolvimento sustentável, entre outras coisas, a “Educação para o Desenvolvimento Sustentável” e os estilos de vida sustentáveis, os direitos humanos, a igualdade de gênero, a promoção da cultura da paz e não violência e a valorização da diversidade cultural e a contribuição da cultura para o desenvolvimento sustentável, o papel das IES pode ser resumido como fundamental e indispensável, com base no consenso internacional promovido pela Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) de que a educação superior deve ser vista como um “Bem Público e Social” e no fato de que a Agenda 2030 requer a participação efetiva de todos os setores da sociedade e do Estado para sua implementação.

Embora venham atuando de alguma forma no desenvolvimento dos ODS, é necessário que as IES e, por consequência, seus gestores e demais atores da comunidade acadêmica, procurem tratar, de maneira mais explícita e direta, dos ODS em seus PDI's e em suas atividades de ensino, pesquisa, extensão e gestão. Somente com o compromisso e engajamento de todos será possível cumprir com sucesso as propostas da agenda 2030.

Como contribuições do presente estudo e suas implicações para as IES, podem ser apresentadas as seguintes recomendações/sugestões:

- a) Tratar explicitamente dos ODS nos PDI's e utilizar de forma efetiva essa ferramenta como apoio na condução das atividades de ensino, pesquisa, extensão e gestão;
- b) Definir claramente estratégias, diretrizes e regulamentos com um eixo central de desenvolvimento sustentável, integrado aos ODS, e estabelecer indicadores de monitoramento e acompanhamento das ações;
- c) Organizar os currículos dos cursos de forma integral levando em conta os conceitos da sustentabilidade (aspectos ambientais, sociais, econômicos, culturais e suas inter-relações);

- d) Manter programas permanentes de capacitação docente focados na sustentabilidade;
- e) Estabelecer um cronograma de oferta recorrente de cursos de atualização que contemplem os novos acordos globais e regionais de sustentabilidade segundo a Agenda 2030;
- f) Participar ativamente das discussões e formulação das políticas públicas de educação para o desenvolvimento sustentável, em especial para a Educação Superior.

Novos trabalhos, seguindo a temática da presente tese, que analisa o papel e a contribuição dos Centros Universitários do Estado do Paraná na consecução dos ODS, podem contribuir para que a inserção dos ODS nas atividades e ações de ensino, pesquisa, extensão e gestão nas IES aconteça de maneira mais eficiente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALDAY, H.E.C. O Planejamento Estratégico dentro do Conceito de Administração Estratégica. **Revista FAE**, 2000. 3(2): p. 9 - 16. Disponível em: <https://revistafae.fae.edu/revistafae/issue/view/41>. Acesso em: 25 ago. 2022.

AZANHA, J.M. **Política e Planos de Educação no Brasil**: alguns pontos para reflexão. Cadernos de Pesquisa, 1993.

BONAZZI, F.L.Z. e MEIRELLES, D.S. Modelo de negócio: Uma abordagem evolutiva no setor de SVA sob a ótica do método Canvas. **Revista Ibero-Americana de Estratégia**, 2015. Disponível em: <https://periodicos.uninove.br/riae/article/view/15587>. Acesso em: 02 set. 2022.

BORGES, C. L. P. **Ambientalização do Currículo e sua Influência na Atuação Profissional Voltada à Sustentabilidade**: um estudo de caso em duas universidades paranaenses. 2021. 210 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural Sustentável) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon, 2021.

BRAAM, G.J.M. e NIJSEN, E. J. **Performance effects of using the Balanced Scorecard**: a note on the Dutch experience. Long Range Planning, 2004.

BRANDÃO, C. A. **Território e desenvolvimento**: as múltiplas escalas entre o local e o global. 2º ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2012.

BRASIL. **Decreto 3860/2001, de 09 de julho de 2001**. Dispõe sobre a organização do ensino superior, a avaliação de cursos e instituições, e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2001/D3860.htm. Acesso em: 18 ago. 2022.

_____. **Parecer CNE/CES 1366/2001, de 12 de dezembro de 2001**. Dispõe sobre o credenciamento, transferência de manutenção, estatutos e regimentos de instituições de ensino superior, autorização de cursos de graduação, reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos superiores, normas e critérios para supervisão do ensino superior. Disponível em: https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/view/CNE_pces136601.pdf?query=M%C3%89DIO. Acesso em: 18 ago. 2022.

_____. **Resolução CNE/CES 10/2002, de 11 de março de 2002**. Dispõe sobre o credenciamento, transferência de manutenção, estatutos e regimentos de instituições de ensino superior, autorização de cursos de graduação, reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos superiores, normas e critérios para supervisão do ensino superior do Sistema Federal de Educação Superior. Disponível em: https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/view/CNE_rces1002.pdf?query=P LENA. Acesso em: 18 ago. 2022.

_____. **Resolução CNE/CES 23/2002, de 05 de novembro de 2002**. Dispõe sobre o credenciamento de universidades e centros universitários do sistema federal de educação superior. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rces23_02.pdf. Acesso em: 18 ago. 2022.

_____. **Lei 10861/2004, de 14 de abril de 2004.** Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/l10.861.htm. Acesso em: 18 ago. 2022.

_____. **Decreto 5773/2006, de 09 de maio de 2006.** Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/legislacao/decreton57731.pdf>. Acesso em: 18 ago. 2022.

_____. **Decreto 9235/2017, de 15 de dezembro de 2017.** Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação das instituições de educação superior e dos cursos superiores de graduação e de pós-graduação no sistema federal de ensino. Disponível em: <https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=DEC&numero=9235&ano=2017&ato=fddlzZU1UeZpWTfe9#:~:text=Ementa%3A,NO%20SISTEMA%20FEDERAL%20DE%20ENSINO>. Acesso em: 18 ago. 2022.

BRUNDTLAND, G. H. (org.). **Nosso Futuro Comum.** Editora da FGV, 1987. Our Common Future, Oxford: Oxford University Press, 1987.

CAVALCANTI, C. **Meio ambiente, desenvolvimento sustentável e políticas públicas.** 4º ed. São Paulo: Cortez, 2002.

CAPONI, N. F. **A Educação Ambiental nos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas na Perspectiva da Teoria Institucional.** 2021. 236 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural Sustentável) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon, 2021.

COLAUTO, R., MECCA, M. e LEZAN, A. Gestão Governamental: Análise SWOT em Estudo Situacional de um Município de Minas Gerais. in **XIV Congresso Brasileiro de Custos.** 2007. João Pessoa. Disponível em: http://abcustos.org.br/texto/viewpublic?ID_TEXTO=2523. Acesso em: 25 ago.2022.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. **Nosso Futuro Comum.** 2º edição, Rio de Janeiro: FGV, 1991.

CORRÊA, A.C., *et al.* A dimensão operacional de um sistema de gestão integrada para a administração da educação superior: Arquitetura do MEES. **Business and Management Review**, 2015. 4(10): p. 223 - 232. Disponível em: <https://cberuk.com/cdn/publications/2020-11-25-19-43-35-PM.pdf>. Acesso em: 25 ago. 2022.

DAL MAGRO, C.B. e RAUSCH, R.B. Plano de desenvolvimento institucional de universidades federais brasileiras. **Administração: Ensino e Pesquisa**, 2012. 13(3): p. 427 - 454. Disponível em: <https://raep.emnuvens.com.br/raep/article/view/85>. Acesso em: 25 ago. 2022.

DE TONI, J. O que é planejamento estratégico situacional? **Revista Espaço Acadêmico**, 2004. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/issue/view/1424>. Acesso em: 25 ago. 2022.

DIAS, R.C., *et al.* Impacto do Planejamento Estratégico Situacional em um Ambulatório de Atenção Especializada. **Revista de Gestão em Sistemas de Saúde**, 2012. 01(01): p. 83-96. Disponível em: <https://periodicos.uninove.br/revistargss>. Acesso em: 25 ago. 2022.

DRAHEIN, A. D. **Proposta de avaliação de práticas sustentáveis nas operações de serviço em instituições de ensino superior da rede federal de educação profissional, científica e tecnológica**. 2016. 150 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção e Sistemas) – Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Pato Branco, 2016.

GABRICH, F.D.A. “Canvas” e o modelo jurídico de negócios. *CONPEDI Law Review*, 2015. 01(7): p.7-32. Disponível em: <https://www.indexlaw.org/index.php/conpedireview/article/view/3462/0>. Acesso em: 25 ago. 2022.

GALLI, A. **Educação Ambiental como instrumento para o desenvolvimento sustentável**. Dissertação – Mestrado em Direito. Programa de Pós-Graduação em Direito Econômico e Social. Pontifícia Universidade Católica do Paraná PUCPR, Curitiba, 2007.

GAZZONI, F. *et al.* O papel das IES no desenvolvimento sustentável: estudo de caso da Universidade Federal de Santa Maria. **Revista Gestão Universitária na América Latina – GUAL**. V. 11 (1), Universidade Federal de Santa Catarina UFSC, Florianópolis, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/gual/article/view/1983-4535.2018v11n1p48>. Acesso em: 11 ago. 2022.

GHEMAWAT, P. **A estratégia e o cenário dos negócios**. Porto Alegre: Bookman, 2000.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 1991.

_____. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1999.

HUERTAS, C. **Entrevista com Carlos Matus**. O método PES. São Paulo: Edições Fundap, 1995.

JOHANNING, L. S. R. Sustentabilidade: Fundamental em la Formación Profesional. **XV Congresso Brasileiro da Educação Superior Particular – CBESP**. Alexânia, 2023. Disponível em: <https://cbesp.com.br/download/xv-cbsp-painel-1-lorena-johanning-inp/>. Acesso em: 29 mai. 2023.

KAPLAN, R.S., **Strategic Performance Measurement and Management in Nonprofit Organizations**. *Nonprofit Management & Leadership*, 2001. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/epdf/10.1002/nml.11308>. Acesso em: 02 set 2022.

KAPLAN, R.S. and NORTON, D. P. **The balanced scorecard**. USA: Harvard College, 1996.

_____. **The strategy-focused organization**: how balanced scorecard companies thrive in the new business environment. USA: Harvard Business School Publishing Corporation, 2001.

KUBO, R. R. e SOGLIO, F. D. **Desenvolvimento, agricultura e sustentabilidade**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2016.

LAKATOS, E. M. e MARCONI, M. de A. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 1993.

_____. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Atlas, 1991.

LIMA, A.C.C., CAVALCANTI, A.A. and V. PONTE, V. Da onda da gestão da qualidade a uma filosofia da qualidade da gestão: Balanced Scorecard promovendo mudanças. **Revista Contabilidade & Finanças**, 2004. 15(Edição Especial): p. 79-94. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/rcf/a/hh5LcyHCvBNVcdXYv6Dbwqf/?lang=pt>. Acesso em: 02 set. 2022.

LOBOSCO, A., *et al.* Aplicabilidade de modelo de negócios em incubadoras de empresas de base tecnológica para sua auto-sustentabilidade: Um estudo em incubadoras portuguesas. **Revista Alcance**, 2015. 22(4): p. 490 - 517. Disponível em: <https://periodicos.univali.br/index.php/ra/index>.

Acesso em: 02 set. 2022.

LYRIO, M.V.L. *et al.* Orçamento por desempenho: uma análise da relação entre desempenho e alocação de recursos em ações no orçamento de uma Instituição Federal de Ensino Superior. **Revista Gestão Universitária na América Latina - GUAL**, 2014. 7(1): p. 148. Disponível em:

<https://periodicos.ufsc.br/index.php/gual/article/view/1983-4535.2014v7n1p148>. Acesso em: 11 ago. 2022.

MAXIMINIANO, A.C.A. **Introdução à Administração**. 1 ed., São Paulo: Atlas, 2008.

MATUS, C. **Adeus Senhor Presidente**. São Paulo: Fundap, 2007.

_____. **O método PES**: roteiro de análise teórica. São Paulo: Fundap, 1997.

MINAYO, M. C. de S. **O desafio do conhecimento**. São Paulo: Hucitec, 1993.

MIZAEL, G. A. Avaliação do Plano de Desenvolvimento Institucional das Universidades Federais do Consórcio Sul-Sudeste de Minas Gerais, in **Gestão Universitária na América Latina**, Florianópolis, v. 5, n. 4, p. 21-42, 2012. Edição Especial. Disponível em: <http://repositorio.ufla.br/jspui/handle/1/11500>. Acesso em: 25 ago. 2022.

MIZAEL, G. A. *et al.* Análise do Plano de Desenvolvimento Institucional das universidades federais do Consórcio Sul-Sudeste de Minas Gerais. **Revista de Administração Pública**, 2013. 47(5): p. 1145 - 1164. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/rap/a/PN3P4BZPCZGCFvKjynFhwHP/?lang=pt>. Acesso em: 25 ago. 2022.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS – ONU (2015). **Transformando nosso mundo**: A agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável. Traduzido do inglês pelo Centro de Informação das Nações Unidas para o Brasil (UNIC Rio), Ministério das Relações Exteriores do Brasil. 11 de fevereiro de 2016.

OSTERWALDER, A. and PIGNEUR, Y. **Business Model Generation**: inovação em modelos de negócios. Rio de Janeiro: Alta Books, 2011.

OSTERWALDER, A., PIGNEUR, Y. and TUCCI, C.L. **Clarifying business models: Origins, present, and future of the concept.** Communications of the Association for Information Systems, 2005.

RIEG, D.L. e ARAÚJO FILHO, T. O uso das metodologias “Planejamento Estratégico Situacional” e “Mapeamento Cognitivo” em uma situação concreta: o caso da proreitoria de extensão da UFSCar. **Gestão & Produção**, 2002. 9(2): p. 163 - 179. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/gp/a/9csZCHMNRNhRnzQ9qTMBB4j/?lang=pt>. Acesso em: 02 set. 2022.

ROCHA, F.N. and MEIRELLES, D.S. **Winning through specialization: The role of the business model in value creation**, in A new driver of structural change in the region? HERNÁNDEZ, R.A. *et al.*, Editors. United Nations: Santiago, Chile, 2014.

ROMEIRO, A. R. Desenvolvimento sustentável: uma perspectiva econômico-ecológica. **Estudos avançados**. 26(74), 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/F9XDcdCSWRS9Xr7SpknNJPv/?lang=pt>. Acesso em: 25 ago. 2022.

SANTOS, T. C. S. S. Organizações da sociedade civil e as construções teóricas contemporâneas acerca da sustentabilidade. **Cadernos de Gestão Social**, 2009. 2(1): p.105-120. Disponível em: <http://www.historias.interativas.nom.br/incorporais/lendas/textos/refcosta.pdf>. Acesso em: 11 ago. 2022.

SILVA, R.F.P.B. **O Balanced Scorecard Aplicado à Administração Pública: um Modelo Aplicável a uma Instituição de Ensino Superior**, in Faculdade de Economia. Universidade do Porto, 2009.

SOUZA, S. E. R. **A inserção da educação ambiental no currículo do curso de agronomia: um estudo de caso na UFSM**. 2006. 99 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2006.

SOUZA, J.C.V. **Gestão universitária em instituições particulares: Os documentos institucionais como indicadores do modelo de gestão**. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo: São Paulo, 2007.

TEIXEIRA, C.F. Formulação e implementação de políticas públicas saudáveis: desafios para o planejamento e gestão das ações de promoção da saúde nas cidades. **Saúde e Sociedade**, 2004. p. 37 - 46. Disponível em: <https://scielosp.org/article/sausoc/2004.v13n1/37-46/>. Acesso em: 02 set. 2022.

TRIVIÑOS, A.N.S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1992.

VEIGA, J. E. da. **O Prelúdio do Desenvolvimento Sustentável**. In: MERCADANTE, Aloizio, *et al.* Economia Brasileira: perspectivas do desenvolvimento. São Paulo: Visconde de Cairu, 2005.

WACHHOLZ, C. B. A sustentabilidade na universidade: o desafio da ambientalização na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. **ANPEDSUL**, 10., 2014, Florianópolis. Anais [...]. Florianópolis, out. 2014.

APÊNDICE – QUESTIONÁRIO DE PESQUISA
GESTORES DOS CENTROS UNIVERSITÁRIOS DO ESTADO DO PARANÁ

1. Em que área o Centro Universitário atua? (Marque todas as opções relevantes)
 - () Educação
 - () Pesquisa
 - () Extensão
 - () pós graduação
 - () Cursos livres
 - () Outros (especificar)_____

2. Quantos cursos são oferecidos pelo Centro Universitário?
 - () Menos de 20
 - () Entre 20 e 40
 - () Mais de 40

3. Como a instituição aborda o tema da sustentabilidade em sua gestão e práticas? (Marque todas as opções relevantes)
 - () Está incorporado na missão e visão institucional
 - () É abordado em políticas e diretrizes institucionais
 - () É integrado em programas e projetos específicos
 - () É tema de eventos e atividades de sensibilização
 - () Outros (especificar)_____

4. Você conhece a agenda 2030 da ONU em relação aos ODS?
 - () Sim conheço detalhadamente o assunto;
 - () Sim conheço um pouco do assunto
 - () Sim já ouvi falar do assunto
 - () Não, não conheço

5. Quais estratégias o Centro Universitário tem adotado para promover a implementação dos ODS em suas atividades acadêmicas? (Marque todas as opções relevantes)

- Inclusão dos ODS na matriz curricular dos cursos
- Desenvolvimento de projetos de pesquisa voltados para os ODS
- Promoção de atividades de extensão relacionadas aos ODS
- Parcerias com organizações externas para a implementação dos ODS
- Capacitação de docentes e discentes sobre os ODS
- Outros (especificar)_____

6. Quais ações específicas o Centro Universitário tem adotado para fomentar o desenvolvimento sustentável e a promoção dos ODS? (Marque todas as opções relevantes)

- Promoção de eventos e campanhas de sensibilização sobre sustentabilidade e os ODS
- Desenvolvimento de programas de incentivo à pesquisa e extensão relacionados à sustentabilidade e aos ODS
- Parcerias com empresas, governos e organizações da sociedade civil para ações voltadas à sustentabilidade e aos ODS
- Integração da sustentabilidade e dos ODS em projetos de inovação e empreendedorismo
- Participação em redes e iniciativas relacionadas à sustentabilidade e aos ODS
- Outros (especificar)_____

7. Quais são os principais desafios enfrentados pelo Centro Universitário na promoção da sustentabilidade e dos ODS? (Marque todas as opções relevantes)

- Falta de recursos financeiros
- Dificuldades na sensibilização e engajamento da comunidade acadêmica
- Pouca integração da sustentabilidade e dos ODS na cultura institucional
- Limitações de capacitação sobre sustentabilidade e os ODS.
- falta de interesse Institucional no tema
- Outros (especificar)_____

8. O PDI do Centro Universitário contempla metas relacionadas aos ODS? (Marque a opção mais adequada)

- Sim, todos os ODS são contemplados no PDI
- Sim, alguns ODS são contemplados no PDI

- Não, o PDI não contempla metas relacionadas aos ODS
- Não tenho conhecimento sobre o PDI do Centro Universitário

9. Como o Centro Universitário tem integrado os ODS em seu PDI? (Marque todas as opções relevantes)

- Definição de metas e indicadores específicos relacionados aos ODS no PDI
- Inclusão de ações e projetos voltados para os ODS no PDI

Monitoramento e avaliação do progresso das metas relacionadas aos ODS no PDI

- Envolvimento da comunidade acadêmica na definição e implementação das ações relacionadas aos ODS no PDI

- Articulação com parceiros externos para a implementação das metas relacionadas aos ODS no PDI

- Outros (especificar)_____